

## Editorial

### UM GOVERNO, UM PROGRAMA, UMA POLÍTICA

O governo minoritário constituído pelo Partido Socialista apresentará dentro de dias o seu programa à Assembleia da República. A expectativa e a desconfiança das classes trabalhadoras e de todos os portugueses progressistas justificam-se plenamente.

Mas o Partido Socialista propõe-se obter um voto de confiança da maioria dos deputados eleitos pelo povo português para a acção do governo que constituiu.

A confiança de quem?

Encontram-se representadas na Assembleia da República forças que defendem caminhos políticos para Portugal completamente diferentes: forças que defendem os interesses dos trabalhadores e forças que defendem os interesses dos exploradores; forças que lutam pela consolidação da democracia rumo ao socialismo e forças que pretendem o regresso de Portugal ao fascismo; forças que lutam pela defesa da Constituição e forças que a ela se opõem. Tais diferenças correspondem às diferenças de interesses das diversas classes do povo português, correspondem aos interesses da maioria dos trabalhadores e da minoria dos exploradores.

(Continua na pág. 2)



Grande participação registou o I Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras

## MULHERES TRABALHADORAS EM ENCONTRO NACIONAL

Pág. 4



Pág. 6

## «PROIBIÇÕES PROFISSIONAIS» NA RFA E BERLIM OCIDENTAL

Denunciando a repressão que o «democrático» governo da Alemanha Federal pratica, afastando da função pública e mesmo dos empregos particulares comunistas e democratas, realizou-se em Estrasburgo uma reunião entre os Partidos Comunistas da Europa capitalista, na qual o PCP esteve presente e em que foi aprovado um documento.

Condenando as práticas antidemocráticas do governo da RFA, o documento apela à solidariedade para com todos os democratas alemães vítimas das «proibições».

Esta inovação de liberdade passou a ser praticada em 1972, em pleno governo social-democrata. - Pág. 11



A exposição foi visitada por quase todos os que foram ao Mercado do Povo

## JORNADAS DE SOLIDARIEDADE COM POVOS DAS EX-COLÓNIAS



Pág. 2

Um aspecto do atentado terrorista na Associação de Amizade Portugal-RDA

## Assembleia da República: O PCP EXIGE MEDIDAS CONTRA O TERRORISMO

Pág. 2

- Para quando o julgamento dos criminosos da Pide?
- O Primeiro-Ministro e a Intersindical
- A Quadratura do Círculo
- Política de Paz ou «Guerra Fria»?
- O CDS Avisa...
- Jovens do MPLA entrevistados pelo «Avante!»
- Reunião de emigrantes comunistas

## «AVANTE!» ENTREVISTA

### O CAMARADA VÍTOR LOURO

«O nível das produções obtidas é um facto indelével. Note-se que este ano se produziu mais cerca de 450 mil toneladas de trigo de inverno, aveia e cevada do que nos últimos dez anos, isto é, produziu-se mais 61%. Este aumento de produção não se deve apenas às condições favoráveis do ano agrícola mas, principalmente, a um aumento significativo da área cultivada.»

«Tem-se assistido a um suceder de despachos ministeriais mandando devolver, aos anteriores proprietários, gados, máquinas, receitas provenientes de colheitas, mandando fazer o pagamento coercivo de dívidas dos agrários a partir de fundos já realizados pelas cooperativas.»

Pág. 9



# O CDS AVISA...

O CDS realizou o seu II Congresso. Das conclusões, intervenções, discursos e moções convém fazer alguns sublinhados — confirmações uns, novidades outros, avisos todos.

1.º O CDS não defende o socialismo, ataca o socialismo.

2.º O CDS não apoia o Presidente da República. Depois de ter apoiado a candidatura do general Ramalho Eanes, o Congresso retirou das conclusões o ponto 14.º da moção da Comissão Política onde esse apoio ficava consignado. Revela-se assim com toda a clareza aquilo que o PCP sempre denunciou: o apoio do partido dos ex-ministros fascistas ao general Ramalho Eanes foi uma manobra imposta pelas circunstâncias.

3.º O CDS admite vir a apoiar o governo minoritário do PS e admite não o vir a apoiar posteriormente.

4.º O CDS vai continuar a dedicar carinho (sic) às camadas sociais que sempre o têm apoiado, embora vá desencadear uma vasta operação junto das classes trabalhadoras. O CDS não faz a injustiça (sic) às classes trabalhadoras de considerar que elas só apoiam os partidos dos trabalhadores e a política dos trabalhadores, entende que os trabalhadores poderão ser chamados a apoiar os partidos e a política dos patrões — isto é, do CDS.

5.º O CDS considera que Portugal já é um país socialista. Esta constatação serve para o CDS afirmar que os partidos que se reclamam do socialismo já não têm nada a fazer uma vez que, segundo ele — já o fizeram. A partir daqui surge a grande hipótese do CDS — que é desfazê-lo.

6.º Esta última argumentação do CDS baseia-se nas declarações de dirigentes do Partido Socialista. O CDS considera que as inflexões da política do PS constituem vitórias do CDS, ou seja, da direita.

7.º O CDS considera que o facto de o Partido Socialista afirmar que as medidas revolucionárias tomadas (nacionalizações, reforma agrária, controlo operário) terão de ser «disciplinadas», «limitadas», etc. e que a Revolução está concluída, dá grandes hipóteses à direita uma vez que coloca o PS num impasse em que não poderá fazer uma política de esquerda que fizesse avançar o processo revolucionário, ao passo que o contrário será feito com vantagem pelas forças de direita.

8.º O ex-assistente de Marcelo Caetano, prof. Diogo Freitas do Amaral, foi reeleito presidente do CDS.

# POLÍTICA DE PAZ OU «GUERRA FRIA»?

Afirmações do novo ministro dos Negócios Estrangeiros do governo minoritário PS retomam argumentos dos mais sombrios períodos da guerra-fria e causam grandes apreensões sobre a política externa portuguesa

O «Diário de Notícias» transcreveu um artigo do novo responsável pelo ministério dos Negócios Estrangeiros, dr. Medeiros Ferreira, dirigente do Partido Socialista.

Passa embora a superficialidade e afectação que caracterizam a comprida prosa, as afirmações feitas exigem alguns reparos, se considerarmos que provêm da pessoa a quem o Partido Socialista entregou a responsabilidade das relações externas da República Portuguesa.

O sr. dr. Medeiros Ferreira tem da política internacional, das relações entre os povos e os países uma visão indigente e simplória, que um palavrado que se designará por geo-político se limita por vezes a tornar confrangedor.

O articulista inventa opções onde elas não existem, aponta conflitos onde eles não estão, enumera problemas que não se põem — tudo isto para escamotear uma opção de classe e uma opção política que não se expressa: optar entre o imperialismo e o socialismo, optar entre a paz e a guerra, entre a coexistência pacífica e a agressão.

A primeira realidade salta à vista no que com generosidade se pode designar pelas teorizações do dr. Medeiros Ferreira acerca de «Relações externas e defesa nacional» (título do artigo) é o facto de o

indigitado ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal escrever um artigo sobre questões de política internacional e militares e nem sequer utilizar uma vez que seja a palavra paz. Não se trata evidentemente de uma questão formal, mas de um pormenor que exuberantemente sintetiza o teor do que vai na cabeça do autor.

O princípio de que o sr. dr. Medeiros Ferreira parte para todas as suas afirmações são princípios belicistas, catatónicos, em que Portugal será invadido, entrará em conflitos imaginários e terríveis em que Portugal se vê transportado à época das Cruzadas, com as suas fronteiras ameaçadas, o seu território invadido, a sua costa a ferro e fogo.

Este panorama apocalíptico revela duas coisas: primeiro que o dr. Medeiros Ferreira ignora por completo os esforços que em todo o mundo os povos realizam para impedir os conflitos armados, segundo o sr. dr. Medeiros Ferreira

longe de se integrar nesses esforços, entende que a solução correcta é criar condições para que os diferendos se resolvam por vias violentas — que o mesmo é dizer, criar condições para que eles surjam!

O sr. dr. Medeiros Ferreira não concebe a política de uma democracia a caminho do

socialismo como um contributo à paz mundial, não concebe a acção das Forças Armadas de uma democracia a caminho do socialismo como pautadas pelo anseio universal da consolidação da paz, mas sim pela necessidade de fazer a guerra com inimigos que se não existem se inventam.

Não expressa, a opção do dr. Medeiros Ferreira aparece contudo bem explícita. O dirigente do PS encarregue dos Negócios Estrangeiros afirma que foi um erro apresentar os países socialistas como opção para as relações externas portuguesas (coisa que ninguém fez); que «Portugal como Cuba da Europa» foi hipóteses que jamais interessou o povo português talvez pela muito suficiente razão de que ninguém com um mínimo de

responsabilidade jamais colocou tal teoria. E este alinhavar de coisas que ninguém disse ou defendeu serve para quê?

Para o dr. Medeiros Ferreira defender em roupagens de presunçosa e escamoteadora linguagem as mais reacionárias, as mais retrógradas teses da «guerra fria», repetir as teses do imperialismo que a luta dos povos já rebateu e derrotou!

Quando o sr. dr. Medeiros Ferreira afirma a monstruosidade de que «a defesa da nossa fronteira

terrestre começa na fronteira com a Alemanha Oriental» isto significa pura e simplesmente que o actual ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal condena os países socialistas como inimigos! E como inimigos contra os quais é preciso erguer um exército, contra os quais é preciso estar de espingarda apertada — enquadra naturalmente pela NATO, na qual explicitamente o dr. Medeiros Ferreira concede um papel dirigente ao imperialismo norte-americano!

Surge assim claro que quando o dr. Medeiros Ferreira pretende condenar a tal tese das preferências com os países socialistas que ninguém colocou, mais não pretende do que abrir caminho à sua tese de que os países socialistas são inimigos do povo português contra os quais este deve estar em condições de se defender!

Os considerandos sobre política interna do dirigente do PS colocado no ministério dos Negócios Estrangeiros são igualmente relevantes.

Assim, «o predomínio político das classes trabalhadoras e o socialismo desde que não seja veiculado por partidos que ponham em causa a segurança do mundo ocidental». Esta enormidade merece também alguns comentários.

Em primeiro lugar, cabe perguntar o que entende o dr.

Medeiros Ferreira por «mundo ocidental»? Se o dr. Medeiros Ferreira fala dos países da Europa e das Américas, seria necessário que explicasse se, por exemplo, em relação aos EUA, fala das ITT, das General Motors, da CIA, do Pentágono, do imperialismo, da exploração

fraternais com todos os povos, de relações na base do respeito mútuo com todos os países, pela independência nacional face à exploração e à opressão do imperialismo. «Mas temos de admitir que os invasores, sejam eles quais forem,

## MUITAS VIAGENS DO SR. CARLUCCI

O embaixador dos Estados Unidos dr. Frank Carlucci tem efectuado ultimamente diversas deslocações. Esteve em Santa Margarida a assistir aos exercícios da nova brigada mista portuguesa integrada nas forças da NATO. Assistiu ao que desejou e conduziu mesmo um blindado de origem americana entregue ao Exército português.

Esteve nos Açores onde assistiu à abertura da Assembleia Regional dos Açores. Tomou lugar na mesa da presidência.

Esteve já em várias regiões de Portugal, nomeadamente no Norte do País, onde efectuou contactos com diversas entidades políticas, a esmagadora maioria das quais claramente identificadas com o regime fascista derrubado e com os ataques à jovem democracia portuguesa.

Por outro lado, chegaram a Portugal técnicos militares americanos e da República Federal Alemã que irão dar instruções aos soldados portugueses que compõem a brigada mista da NATO.

As actividades do embaixador dos monopólios responsáveis pela guerra do Vietnam, pelos massacres do Chile, pelos apoios aos inimigos do povo angolano, pelos auxílios às forças que massacraram os refugiados palestinos no Líbano, não surpreendem.

Surpreende que tal possa acontecer num país independente, com uma Constituição que preconiza a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares.

Tais actividades constituem uma clara ingerência nas questões internas do nosso país. Preocupa os que se batem pelo respeito da Constituição, por um Portugal livre e independente, defensor da paz e do entendimento entre os povos.

## Editorial

# UM GOVERNO, UM PROGRAMA, UMA POLÍTICA

(Continuação da pág. 1)

A política para que o governo pede a confiança merecerá pelos seus objectivos a confiança das classes trabalhadoras e da maioria do povo português ou a confiança da minoria que pretende restaurar a ordem capitalista e as suas expressões políticas.

A questão essencial que se coloca é, portanto, saber qual a opção de classe que manifesta o programa político do governo minoritário do Partido Socialista: a opção por uma política de esquerda ao serviço das classes trabalhadoras ou a opção por uma política de direita ao serviço da recuperação capitalista.

O programa de governo que irá ser apresentado não surge do nada. Enquadra-se num processo político e provem de um partido político cuja actuação é conhecida.

Existem razões para não ter confiança em que o programa de governo do Partido Socialista corresponda a uma opção de classe ao serviço dos trabalhadores e do povo português, corresponda a uma orientação de esquerda e a uma política de esquerda.

Algumas declarações positivas feitas pelo Primeiro-Ministro no acto de posse do novo Governo entram claramente em contradição com factos reais, actuações concretas e declarações claras que indiciam que as classes trabalhadoras não verão os seus interesses defendidos pela acção do novo governo.

A actuação dos ministros do Partido Socialista no VI Governo — onde dispunham da maioria — não serviu os interesses das classes trabalhadoras. Bem pelo contrário, assistiu-se durante a vigência do último governo provisório a uma ofensiva de recuperação capitalista que foi tolerada, fomentada e mesmo promovida pela acção governativa.

Frequentemente, as classes trabalhadoras se tiveram de erguer contra medidas que punham claramente em causa as principais conquistas da revolução — as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário.

A acção económica do VI Governo agravou as condições de vida da grande maioria do povo português, criou situações lesivas no campo da independência nacional, estimulou a ofensiva dos capitalistas para recuperação das posições perdidas e, quer por as não defender quer por mesmo as atacar abertamente, afectou conquistas que as massas populares e o MFA haviam assegurado ao povo português.

Nos últimos dias de vigência do VI Governo assistiu-se a uma descarada ofensiva dos ministros socialistas no sentido de serem tomadas medidas de carácter nitidamente antipopular, num esforço para poupar ao novo governo a responsabilidade de as lançar. Tal facto denota claramente que o Partido Socialista está na disposição de tomar tais medidas antipopulares, tendo apenas ensaiado uma

habilidade política no sentido de iludir a responsabilidade que sobre ele impende.

A constituição do novo governo é, igualmente, um elemento que aumenta a desconfiança na sua política. Vários dos novos ministros têm-se destacado pelas suas posições de direita, pelos seus ataques ao processo revolucionário, pelo seu anticomunismo.

Enquanto membros de governos provisórios, alguns deles destacaram-se pelas suas responsabilidades em medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores e de apoio à recuperação capitalista. Em situações conhecidas, viram a sua acção contestada e condenada pelo povo português e é evidente que não podem merecer a sua confiança. O povo português conhece-os.

O facto de não se ter hesitado em dar preponderância no elenco governativo a elementos conservadores e contestados pelas classes trabalhadoras indica que não se pretende fazer uma política que mereça o seu apoio.

As declarações já produzidas por alguns dos novos ministros são claramente contrárias a uma política de esquerda, ao próprio processo democrático.

Destacam-se as afirmações feitas sobre as nacionalizações: os responsáveis do PS anunciam que não haverá mais nacionalizações, põem mesmo em dúvida algumas delas, quando se torna evidente que a construção do socialismo é incompatível com uma limitação programática desse teor. Destacam-se os ataques feitos à Reforma Agrária, medidas que a põem em causa, e o anúncio de outras que claramente visam o seu desmantelamento e ineficácia. Destaca-se a defesa de regulamentação do controlo operário, apresentada no final do VI Governo e contestada em bloco pelas organizações de trabalhadores.

Destacam-se as afirmações produzidas no campo da política estrangeira em que o ministro responsável, com toda a clareza, defende uma política de submissão ao imperialismo contrária aos acordos de segurança e cooperação europeia subscritos por Portugal, de negação da independência nacional e da política de paz e entendimento entre os povos consignada na própria Constituição.

As declarações dos partidos da direita reacçãoária, são igualmente esclarecedoras. Os representantes do grande capital não escondem a sua esperança em que a política do novo governo sirva os interesses que defendem e afirmam (como ficou claramente expresso no Congresso do CDS) que a constituição de uma governo minoritário socialista e a política que se prevê ele venha a seguir criam condições

favoráveis à acção das forças de direita, das forças que abertamente trabalham e conspíram para a recuperação capitalista.

Nas afirmações e actos do Partido Socialista em geral e do novo governo em particular não se encontra uma clara recusa ou denúncia dessas manobras e esperanças.

Constituído a defesa da Constituição uma tarefa essencial para a consolidação e avanço da democracia em Portugal e declarando-se o PS como seu defensor, outras afirmações dos seus dirigentes e actuações dos seus ministros entram abertamente em conflito com os preceitos constitucionais, na sua forma e no seu espírito.

Declarando-se defensor da Constituição em palavras, o PS tem demonstrado estar disposto a ignorá-la nos actos. E isto é inquietante.

Declarações, medidas tomadas pelo VI Governo, fazem prever que o Partido Socialista e o governo minoritário por ele constituído estão na disposição de ignorar a Constituição, o que, no presente momento histórico, é contrário aos interesses das classes trabalhadoras, da democracia e do socialismo.

Nas eleições para a Assembleia da República o povo português elegeu uma maioria de esquerda, criando condições para a constituição de um governo de esquerda que aplicasse uma política de esquerda.

O Partido Socialista ignorou este voto e ao insistir na constituição de um governo minoritário contrariou expressamente o caminho que lhe foi apontado pela vontade popular. Ao recusar a constituição de um governo de esquerda o PS indica que o seu governo minoritário não seguirá uma política de esquerda. O PS, iludindo o voto popular tem afirmado que o governo de esquerda só pode ser o seu governo minoritário, a sua fórmula de governo sozinha, que esconde propósitos claros de uma política social-democrata de direita, cheia de perigos para a democracia portuguesa.

O programa de governo que irá ser apresentado aparece portanto e desde já, como não podendo merecer a confiança das classes trabalhadoras — logo, das forças políticas que as representam.

A Constituição consagra o direito dos partidos políticos recusarem a política do governo e actuarem consequentemente com essa posição. Ao fazê-lo, a oposição reflectirá politicamente o que constitui a vontade e acção das forças que representam. No caso de um governo que siga uma política de direita, serão as classes trabalhadoras, a maioria do povo português que não poderão deixar de opor-se a uma tal política.

ou se fala dos trabalhadores americanos explorados e em luta, dos negros segregados e em luta. Se é da Europa social-democrata que fala, conviria esclarecer se fala dos governos de Giscard d'Estaing que vende armas e reactores nucleares aos nazis sul-africanos, dos governos que declararam descaradamente boicotarão os créditos a Itália se o PCI entrar para o Governo, ou se fala dos trabalhadores que se batem contra a proibição de exercício de profissão na Alemanha, dos eleitores que deram uma clamorosa vitória ao PCI, dos mineiros ingleses em greve.

É claro que mundo ocidental é apenas um eufemismo para designar os países onde o capitalismo pode ainda manter o seu domínio — e só isso os identifica entre si! Para os trabalhadores, para os povos, essas diferenças esbatem-se na solidariedade profunda da luta por um futuro livre de opressão e exploração, da construção activa da paz e do socialismo.

Mas note-se que este tipo de palavrado costuma ter uma formulação diferente: o anticomunismo que inspira esta afirmação costuma escolher a frase «partidos que se oponham à segurança nacional».

O dr. Medeiros Ferreira vai mais longe por um lado, recebe pelo outro. Na realidade, as organizações políticas dos trabalhadores portugueses já não têm apenas que esperar os atestados do dr. Medeiros Ferreira para que este diga se elas põem ou não «em perigo a segurança nacional»: o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal remete esse juízo para os mentores do «mundo ocidental», para o Pentágono, para a CIA, para a ITT. Eles dirão se as organizações construídas pelos trabalhadores portugueses garantem a segurança do imperialismo! Tudo isto, claro, em nome da «independência nacional»!

Mas esta curva formal aponta também outra coisa: é que o sr. dr. Medeiros Ferreira não tem coragem para erguer a sua voz e assumir a responsabilidade de afirmar claramente o que pretende insinuar: de que os trabalhadores portugueses têm organizações que «põem em causa a segurança nacional». De facto, os partidos dos trabalhadores portugueses não só não precisam, como não aceitam os atestados do dr. Medeiros Ferreira ou dos mentores do «mundo ocidental» que ele defende: têm e terão os atestados da sua luta consequente pela paz, pela coexistência pacífica, pelo estabelecimento de relações

possam entrar em Portugal. E nesse caso temos de possuir forças armadas treinadas e capazes de desencadear uma guerra de guerrilha — este o sentido profundo da aliança Povo/Forças Armadas».

Este pequeno trecho chega a ser insultuoso! A aliança Povo/Forças Armadas não ganha o seu «sentido profundo» na construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo; não ganha o seu «sentido profundo» na construção da paz como o fez quando liquidou as guerras coloniais; não ganha o seu «sentido profundo» quando assegura condições para um progresso económico e social; para o ministro dos Negócios Estrangeiros a aliança Povo/Forças Armadas é um fenómeno virado para a guerra, para o conflito, para responder a invasões «sejam elas quais forem».

Não foi para fazer a «guerra de guerrilhas» face a «invasores, sejam eles quais forem», que virão das «fronteiras terrestres que começam na fronteira com a Alemanha Oriental», que as Forças Armadas portuguesas fizeram o 25 de Abril e o povo a elas se aliou.

Foi para construir (como está consignado na Constituição que está em vigor também no Ministério dos Negócios Estrangeiros) «um Estado democrático que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo».

É também o artigo 7.º da Constituição que diz:

«1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do direito dos povos à autodeterminação e independência, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não-ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da Humanidade».

«2. Portugal preconiza a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos».

«3. Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente o colonialismo e o imperialismo, e manterá laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa».

# ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: POSIÇÕES DEFINIDAS

1 — O começo dos trabalhos da Assembleia da República, como o PCP tem salientado nos seus documentos, integra-se no processo de institucionalização do regime democrático português, "saída da Revolução, conquistado e modelado pela luta do nosso Povo e definido na Constituição".

Como se diz no documento do CG do PCP de 5 de Julho de 1976 "depende em larga medida da composição, orientação e actividade dos órgãos do poder a consolidação e prosseguimento do processo democrático". Por isso, a Assembleia da República é mais um importante terreno de luta em que se deverá fazer sentir a acção revolucionária dos comunistas e do seu Partido, na vanguarda da luta geral da classe operária, dos trabalhadores e das massas populares, pela democracia e pelo socialismo.

2 — Na sessão de 4 de Junho da Assembleia da República, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, exprimiu, na sua intervenção, os propósitos que aí, como em todos os sectores da vida nacional, animam o Partido Comunista Português:

"Agrim de forma a contribuir para a consolidação, a estabilidade e o prosseguimento do regime democrático, segundo os princípios definidos na Constituição. (...)

Agrim de forma a contribuir para tornar possível aquilo que foi durante longos anos um projecto comum das forças progressistas e é hoje uma orientação constitucional: que a construção da democracia política seja acompanhada da construção da democracia económica, social e cultural. (...)

Álvaro Cunhal acabou declarando o empenho do Partido Comunista Português em "unir a sua vontade e os seus esforços à vontade e esforços de todos aqueles que querem assegurar ao Povo português a liberdade, a democracia, o bem-estar material e cultural, a paz e a independência".

3 — O fundamental dos trabalhos da Assembleia da República até agora foi a elaboração e aprovação do seu Regimento — o conjunto de normas que rege o papel dos deputados e dos grupos parlamentares, a organização e o funcionamento da Assembleia, e o modo de exercício da sua competência legislativa e fiscalizadora. A posição do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português sobre o Regimento foi definida por Vítor Moreira em declaração de voto: "os deputados do PCP procuraram opor-se a formas de regulamentação que de algum modo limitassem a capacidade de discussão e de fiscalização política da Assembleia, que reduzissem as funções do Plenário em favor das Comissões, ou dos deputados em favor dos grupos parlamentares".

4 — Nesta última semana, entre as questões discutidas, destacaremos, para já, a das Comissões Especializadas Permanentes e a regulamentação da discussão, pela Assembleia, do Programa do Governo.

Quanto à primeira questão é importante saber que estas comissões terão um papel destacado na atenção aos actos do Governo e na preparação das matérias que serão discutidas pelo Plenário. Em face desta sua função, o Grupo Parlamentar do PCP propôs (o que foi aceite) que fosse criada uma Comissão de Agricultura e Pescas. A justificação de tal Comissão encontra-se no facto de a sua existência facilitar a discussão de problemas que dizem respeito a dois sectores muito importantes na vida económica e social portuguesa. Esta Comissão poderá permitir que a Assembleia se debruce mais eficazmente sobre os problemas dos pescadores, sobre a Reforma Agrária, sobre os problemas do campesinato, que é uma camada fundamental na base social de apoio ao prosseguimento do processo democrático.

Ainda quanto a esta questão, há a salientar que o grupo parlamentar comunista se opôs a uma proposta do CDS que visava criar uma comissão dos Assuntos Europeus e a uma outra proposta do mesmo partido pretendendo a criação de uma comissão de Emigração. Quanto à primeira, justificando a posição do grupo parlamentar do PCP, Abolm Inglês afirmou entre outras coisas: "Os interesses dos trabalhadores e da Nação portuguesa, empenhados numa via de transição para o socialismo, não se compadecem com a pressa de atrelar Portugal ainda mais estreitamente ao "carro" de uma integração europeia que só o é pretensamente, pois é apenas um pequeno grupo de

Estados onde domina o grande capital monopolista, ferido, aliás, por uma profunda crise, que precisamente se pretende superar à custa dos trabalhadores e das pequenas nações". Quanto à segunda proposta referida, diria o camarada Vítor Moreira: "Não queremos deixar de frisar a nota de que não deixa efectivamente de ser estranho que sejam os porta-vozes dos interesses que aqui em Portugal exploram os emigrantes antes de o serem, e que lá fora representam os mesmos interesses dos que exploram os emigrantes, lá como imigrantes, que aqui se proponham mais uma vez explorá-los ao fazerem um debate de argumentos fáceis" e demagógicos.

Quanto ao problema da discussão do programa do Governo, a questão que o Grupo Parlamentar do PCP levantou através de Carlos Brito foi a de que "o Programa do Governo deve ser um documento escrito, donde constarão de modo preciso e claro as propostas, as medidas gerais, e as medidas concretas também, que o Governo se propõe executar para dar solução aos problemas nacionais. Assim, sempre entendemos que além de linhas de orientação, também deveria conter indicações de como vai executar-se essa política".

A garantia de que tal acontecesse não obteve o apoio da maioria da Assembleia, e por isso os deputados comunistas se abstiveram na votação. É importante notar que, não sendo o Programa um texto escrito, será mais fácil a qualquer Governo produzir apenas declarações gerais, linhas de intenção e de orientação, o que lhe permite fugir a que se torne mais facilmente claro o sentido político das opções que faz ou não faz, camuflar os compromissos que se querem esconder e fugir a uma responsabilização clara, não só pelo que se compromete a fazer, mas também pela maneira como o cumpre.

5 — Na 3.ª feira, dia da reunião em que pela primeira vez se abriu o período de intervenções sobre problemas da vida política nacional, o grupo parlamentar do PCP, pela voz de Carlos Brito, marcou veementemente a sua posição sobre um dos graves problemas que ameaçam a ordem democrática — o terrorismo. Fazendo um rápido balanço dos atentados bombistas, e das suas vítimas, Carlos Brito salientou o inequívoco carácter fascista desses atentados, denunciou a impunidade que os protege e, referindo-se às palavras do Presidente da República, que afirmou recentemente a necessidade de restabelecer a ordem democrática e assegurar o respeito pela legalidade combatendo o terrorismo, o crime e as práticas contrárias à convivência democrática, declarou: "Os deputados do PCP aplaudem os propósitos que se encerram nestas palavras e não têm dúvida que elas terão o devido apoio dos trabalhadores, único sector social que até agora reagiu com firmeza às investidas do terrorismo". Fazendo-se porta-voz do Povo que trabalha e que se indigna com a continuação do terrorismo e com a passividade das autoridades e dos órgãos do poder, Carlos Brito, disse:

"E não haverá elementos sobre o assalto à Standard Eléctrica? E não haverá conclusões acerca dos casos de Mirandela? Que se apurou sobre os "meninos" bombistas do Estoril? Que resultou das averiguações acerca de Ramiro Manuel Reis Moreira, indiciado como suspeito do atentado de S. Martinho do Campo, Santo Tirso? Como se explicou o anfitrião da bomba de Murça? Porque não se prenderam e levaram a julgamento os agressores de Manuel Joaquim Vale da Silva? Porque foi libertado o único dos agressores de Jaime Serra e Sousa Marques que se encontrava preso?"

Porque se silencia? Porque não se informa o País? A quem se protege? A divulgação dos elementos recolhidos não seria uma forma de mobilizar a vigilância popular e de isolar as organizações clandestinas do terror? (...)

O combate ao terrorismo não é apenas uma questão de Polícia Judiciária, como com assombro ouvimos há dias. O combate ao terrorismo é uma questão política, para a qual se exige acção política e concentração de esforços de diferentes autoridades.

Na sua evolução o terrorismo demonstrou exuberantemente que não era a "rejeição" de certas tendências e correntes ideológicas como com ingenuidade ou cinismo se asseverou. O terrorismo é a rejeição da democracia, da liberdade, por uma infima minoria de fascistas, infima mas criminoso".

# O COMBATE AO TERRORISMO É UMA TAREFA PATRIÓTICA DE DEFESA DA DEMOCRACIA

Urge denunciar os autores e mentores dos atentados terroristas, urge desmantelar as suas organizações clandestinas, urge investigar os apoios políticos e materiais que recebem. De que se está à espera?

Prosegue, impune, a escalada terrorista. Os fascistas atentam violentamente contra a ordem democrática sem que as autoridades tomem as devidas medidas punitivas. Não basta afirmar que elas vão ser tomadas; é urgente que, efectivamente, todas as actividades terroristas dos fascistas sejam de uma vez por todas, impedidas.

Desde que o novo Presidente da República tomou posse, verificam-se atentados bombistas contra instalações de electricidade, contra a Casa de Angola, contra a DETA e, na última sexta-feira, contra a Associação Portugal-RDA.

Este facto, conforme se salienta num comunicado difundido pela SIP do PCP, é extremamente significativo: as forças da direita e os seus grupos de acção tentam, a todo o preço, impedir a institucionalização de um regime democrático. As forças que tentam provocar a destabilização da situação do nosso país são conhecidas; os próprios autores dos atentados bombistas, dos ataques a pessoas e bens apontados a dedo pelo multidão. Pois bem: as autoridades são responsáveis perante o povo português pela sua punição. O povo português tem o direito de ser informado sobre as medidas que as autoridades já tomaram — ou venham a tomar — a propósito deste problema gravíssimo.

Os recentes atentados, conforme se salienta na referida nota do nosso Partido, visam "criar dificuldades à amizade e à cooperação com os novos países africanos,

antes submetidos ao colonialismo português, e com os países socialistas e procurar, por esta forma, impedir a justa diversificação das relações externas portuguesas, que é uma condição indispensável para uma efectiva independência nacional".

## REPUDIAR E COMBATER O TERRORISMO FASCISTA

Acerca da bomba que, na passada sexta-feira, cerca das 13 e 25, destruiu parcialmente as instalações da Associação Portugal-RDA, a respectiva direcção distribuiu um comunicado no qual refere: "A Direcção da Associação manifesta o mais vivo repúdio perante este acto terrorista, integrado na escalada reaccionária que ultimamente se tem vindo a verificar, a nível nacional, contra organizações democráticas, nomeadamente organizações para a amizade com os povos, tão somente interessadas no intercâmbio científico e cultural e na aproximação de todos os países para a paz e a cooperação mundiais".

O terrorismo fascista tem que ser impedido e castigado. A nota da SIP do PCP refere: "O PCP exorta os trabalhadores e as massas populares, todos os democratas e antifascistas a que continuem a insistir vigorosamente na justa exigência da rápida identificação dos agentes e mentores do terrorismo, do pronto desmantelamento das suas organizações clandestinas e de uma indispensável investigação em profundidade sobre os apoios políticos e materiais que recebem.

"Cada dia de atraso na definição e execução de uma firme política de combate ao terrorismo é tempo concedido aos inimigos da democracia para a preparação e concretização de novos atentados de consequências cada vez mais graves. O PCP considera que o combate ao terrorismo é uma tarefa patriótica de defesa do regime democrático. Terão sem dúvida o apoio das massas populares e das forças progressistas todas as medidas que os órgãos do Poder tomarem nesse combate decisivo para a salvaguarda e prosseguimento da revolução portuguesa".

# O PRIMEIRO-MINISTRO E A INTERSINDICAL

Não se pode aceitar que alguém que, pelas suas funções, deveria ser um dos principais defensores da Constituição, introduza na consideração de acções de interesse nacional, critérios partidários

Os representantes dos trabalhadores foram recebidos pelo Primeiro-Ministro, antes deste anunciar a formação do Governo. Trata-se, não apenas do cumprimento da Constituição, mas mais do que isso, uma importante vitória dos trabalhadores.

O facto do dr. Mário Soares ter recebido os representantes da Central Sindical Única dos trabalhadores portugueses — Intersindical Nacional — é um facto positivo que demonstra a importância cada vez maior que o movimento sindical tem na vida política portuguesa. Ouvindo-se os trabalhadores, cumpriu-se a Constituição, de que os órgãos do poder devem ser um dos principais garantes.

Mas este facto é positivo, outros devem preocupar seriamente os trabalhadores. Quando declarou ir proceder a consultas com a Intersindical e com os "sindicatos da linha democrática" — o que acabou por fazer — o Primeiro-Ministro intrometeu-se nos problemas internos dos trabalhadores e tentou objectivamente contribuir para a sua divisão.

Há uma realidade que nem o dr. Mário Soares — enquanto secretário-geral do PS e Primeiro-Ministro — nem ninguém pode contestar: a Intersindical Nacional é, de há cinco anos a esta parte, a central sindical única dos trabalhadores portugueses. Temperada na luta contra o regime fascista e reforçada nos combates pela defesa e consolidação do processo democrático, a Intersindical Nacional conquistou, nestes cinco anos, a confiança de muitas centenas de milhares de trabalhadores portugueses, conquistou o direito a ser a sua central sindical, a única. Ninguém pode contestar esta realidade.

## A INTER REPRESENTA OS TRABALHADORES

Admitimos que qualquer pessoa, nismo responsável dos órgãos de Poder, possa discordar, enquanto cidadão, da orientação seguida pela central sindical única dos

trabalhadores portugueses — que, enquanto organização amplamente democrática, actua tendo em conta os interesses de centenas de milhares de trabalhadores.

Não há dúvida que o Primeiro-Ministro como cidadão, discorda. Mas o que não pode acontecer é que alguém que pelas suas funções deveria ser um dos principais defensores da Constituição, introduza na consideração de acções de interesse nacional, critérios partidários. Isso é contrário ao disposto na Constituição, em que se prevê a consulta aos representantes dos trabalhadores.

A Intersindical Nacional não existe por força de uma legislação aprovada, sem que corresponda à realidade. A existência da Intersindical Nacional deriva da força da unidade dos trabalhadores. Por isso são os trabalhadores e a sua organização central sindical os mais firmes defensores da Constituição. Tal como foram os trabalhadores quem mais lutou pela conquista dos direitos agora consignados na Constituição.

Por isso quem tem o dever perante o povo português de cumprir e fazer cumprir a Constituição não pode de desrespeitá-la, introduzindo-lhe critérios que a desvirtuem. É porque tomar essa atitude faz lembrar a história do CDS, o partido da direita, que votou contra a Constituição o mas oportunisticamente apoiou o candidato presidencial que se comprometeu a defender a Constituição.

## ATTITUDE ESTRANHA

Depois de ter recebido a delegação da Intersindical Nacional — que se fez acompanhar de uma comissão de apoio composta pelas Federações dos Metalúrgicos, Têxteis, Rodoviários, Comércio, Mar e Portuários e Civil — o dr. Mário Soares recebeu uma outra delegação de sindicatos:

Uma atitude estranha, porquanto todos esses sindicatos estão filiados na Intersindical. E ainda mais estranha porque todos esses sindicatos (à excepção de um) subscreveram e apoiaram, no último plenário da Intersindical, a proposta que mandou o Secretariado da Intersindical para todos os contactos com os órgãos do Poder. Mais estranho ainda se torna este caso porque todos estes sindicatos (à excepção de um) foram eleitos para a comissão de apoio que acompanhou o

Secretariado da Intersindical. Festa acrescentar que todos esses sindicatos (à excepção dos Bancários do Norte) foram convocados pelo Secretariado da Intersindical para se integrarem na delegação unitária.

Os sindicatos que assim actuaram não fortaleceram a unidade dos trabalhadores mas, bem pelo contrário, prejudicaram-na. O Primeiro-Ministro, ao dar cobertura a esta atitude, intrometeu-se em assuntos que lhe são alheios.

# A QUADRATURA DO CÍRCULO

Há quem, no PPD, ainda pense em "socialismo". Há quem, no PS e no PPM (o dos reis) ache bem esse facto. Quem, no PPD, pensa ainda em "socialismo", organizou uns encontros de reflexão. Quem, no PS e no PPM, acredita, também lá foi. Assim decorreu, durante um fim-de-semana, um com certeza exaustivo e denso "Encontro de reflexão social-democrática para o socialismo". Ou, por outras palavras: a tentativa de demonstração da quadratura do círculo. A responsabilidade de tal comitimento pertence ao CERESD — Centro de Estudos e Reflexão Social-Democrática — formado por jovens intelectuais de "esquerda" do PPD (?) e onde pontifica o fogoso e dinâmico subdirector do semanário "Expresso", Marcelo Rebelo de Sousa.

No decorrer de tal sósipio, quem, no PPD, ainda pensa em "socialismo", concluiu que, em matéria de política agrária, «os desvios praticados no sul» são «gravosos e perigosos para a construção da democracia». Não se especifica se tais «desvios» foram antes ou depois do 25 de Abril.

Outra das boas tiradas deste denso encontro foi a que define ideologicamente a inspiração do grupo: diz ele, o grupo, que aceita "algumas linhas do pensamento marxista, do estruturalismo e do personalismo". Apenas se esqueceu de elucidar quais as "linhas" e em que páginas vêm...

Das conclusões de tal encontro ficámos a saber que o controlo operário — "prática aplicável a períodos de mutação revolucionária" — é "incompatível com a construção democrática do socialismo". Assim mesmo, com estas palavras! O controlo operário, para tais eméncias pensantes da "estrutura personalista do marxismo", não faz parte da via democrática para o socialismo.

Pela boca do controlo operário morre o peixe de quem, no PPD, ainda pensa em "socialismo"...

# PARA QUANDO O JULGAMENTO DOS CRIMINOSOS DA PIDE?

A União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) denuncia a libertação indiscriminada de mais de um milhar de elementos da ex-PIDE/DGS. A supressão das sequelas do fascismo só será devidamente concretizada se os órgãos de Estado se empenharem a fundo na luta pela justiça

Não é possível construir em Portugal a sociedade democrática que desejamos — e que a Constituição define e garante — sem que, definitivamente, sejam e eliminadas as manifestações da ideologia fascista e colonialista.

A luta pela defesa da democracia tem que ser, pois, um combate sem tréguas a todos aqueles que intentam fazer regressar Portugal a um passado de medo, de miséria, de opressão e de ignorância.

A supressão das sequelas do fascismo, se exige de todos nós essa vontade de luta, só pode, todavia, ser levada a cabo se os órgãos do Estado se empenharem a fundo no mesmo combate — com o que, de resto, apenas cumprirão os seus deveres constitucionais — salienta um documento recentemente divulgado em conferência de Imprensa pela União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP).

Durante o encontro com os jornalistas — onde estiveram presentes o dr. Levy Baptista, dr. Monteiro Baptista, Manuel Serra, Ivone Dias Lourenço, eng.º Fernando Vicente, Faria Borda e prof. Frágoso Mendes — foi referido que após 27 meses de luta pela consolidação da democracia, a URAP «vê com apreensão a recuperação que forças fascistas vêm fazendo, reagrupando-se, actuando,

praticando violências terroristas que, lamentavelmente, não tem recebido dos poderes públicos a resposta que se impõe.

«Só o clima de impunidade de que gozam os agentes fascistas desses actos do terrorismo tem possibilitado a preocupante ascensão de tais forças».

## ACAREAÇÕES INACEITÁVEIS

A libertação indiscriminada de mais de um milhar de elementos da ex-PIDE-DGS, sem julgamento e sem quaisquer garantias de controlo das suas actividades, numa altura em que o terrorismo revela a marca de uma inegável preparação técnica, constitui uma quebra significativa na defesa das instituições democráticas e torna-se um autêntico perigo nacional.

No entanto, tal como refere o documento da URAP, os antifascistas portugueses perguntam: Por que razão o processo do assassinato do General Humberto Delgado, instruído e remetido ao Tribunal Militar há cerca de dois anos, com abundantes elementos probatórios das responsabilidades a diversos níveis, não foi ainda julgado? Para além de constituir um acto de justiça à memória do General

Delgado, esse julgamento permitirá demonstrar à opinião pública nacional e internacional o que foi o fascismo e os métodos que utilizava.

Por outro lado — prossegue o documento — causa-nos as maiores apreensões o facto de a legislação punitiva das actividades criminosas da ex-PIDE/DGS ter vindo a sofrer, nos últimos meses, diversas alterações, sempre de sentido mais favorável aos elementos daquela polícia. Designadamente o Decreto-Lei n.º 349/76, de 13 de Maio, veio estabelecer esquemas de atenuação extraordinária de penas e acrescentar circunstâncias atenuantes que nos levam a pôr seriamente em dúvida a vontade determinada dos poderes públicos, de liquidarem de vez, de forma justa, aquilo que foi o suporte mais visível do fascismo: a sua polícia política.

Neste momento a prática seguida pela Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS «de acarear os antifascistas que foram torturados com os torturadores, em circunstâncias humilhantes e inaceitáveis, merece a nossa mais viva condenação».

## «MANTO DE SILÊNCIO»

Mas os resistentes antifascistas denunciam também «o manto de silêncio tão espesso como suspeito» que caiu sobre outra das organizações repressivas do fascismo: a Legião Portuguesa.

Decorridos mais de dois anos sobre a madrugada libertadora de 25 de Abril de 74, o aprelho de Estado herdado do fascismo ainda não foi eficazmente saneado.

Os saneamentos de indivíduos ligados ao regime de exploração e da tortura — tal como salienta o documento da URAP — foram, essencialmente, o produto do movimento popular contra o fascismo, que espontaneamente reagiu, dentro das empresas, contra a presença de colaboradores das forças repressivas fascistas. São esses elementos que agora, por via administrativa, podem ser «recuperados» — e que, juntamente com a tentativa de voltarem a instituir nas empresas os seus velhos métodos, virão ainda exigir, porventura, indemnizações que serão suportadas pelos próprios trabalhadores ou pelo Estado democrático.

Edificar uma sociedade livre em Portugal — tarefa de todos os antifascistas — implica obrigatoriamente o julgamento e castigo dos criminosos!

Proseguir esta luta representa, em poucas palavras, respeitar a Constituição da República Portuguesa, desenvolver com determinação os ideais libertadores de 25 de Abril.

No discurso que proferiu no seu acto de posse, como Presidente da República, em 14 de Julho, assumiu o General Ramalho Eanes o compromisso de banir totalmente as sequelas do fascismo e de combater o terrorismo.

A URAP regista como positivas tais afirmações e espera que, sem demora, sejam tomadas medidas no sentido de se liquidar de vez todo um passado de opressão, pondo-se cobro à apologia do fascismo e combatendo firmemente as actividades terroristas de bandas e organizações fascistas, com todos os meios de que o Estado democrático dispõe para o efeito: Forças Armadas, polícias e tribunais — conclui o documento.



## FESTIVAL INTERNACIONAL DA CANÇÃO POLÍTICA

dias 24, 25 e 26 de Setembro

Feira Internacional de Lisboa

NA FESTA DO «Avante!»



Foi a imagem de Martí que iluminou o longo período de lutas, de atrocidades, de assassinatos, de desastrosa confusão, que o imperialismo norte-americano, de braço dado com a burguesia indígena, impôs ao sacrificado e heróico povo cubano. Foi o serviço de guia na longa caminhada, que vai de 1926 até à revolução de 1959 e ao triunfo de 1962 e a vitória final de 1.º de Janeiro de 1959. E continuou a ser-lo, no período essencial da reconstrução nacional, da implantação da primeira parte socialista na América Latina.

# SEMANA TRABALHADORES

## CONTRA A LEI DA CONTRATAÇÃO

O avanço do patronato reaccionário, apoiado pelos partidos fascistas e pela política antioperária e antipopular do VI Governo Provisório é uma realidade que ninguém pode negar. O patronato, os grandes capitalistas que, durante os primeiros dezoito meses do processo democrático se entregaram à constante sabotagem das empresas e da economia nacional, visando sobretudo criar dificuldades à instauração de uma regime democrático — que uma vez consolidado, dificultaria os desejos de exploração desenfreada por parte do capital — mudaram hoje de tática e empregam-se a fundo na recuperação das empresas que abandonaram e nos constantes ataques desferidos contra as conquistas dos trabalhadores.

Uma das características mais salientes desta atitude do patronato consiste na constante recusa das entidades patronais em negociarem com os representantes dos trabalhadores, nomeadamente em encetarem negociações com vista a novos contratos colectivos de trabalho.

A actual lei da contratação colectiva de trabalho — em vigor desde Fevereiro último, quando terminou o congelamento de salários decretado na sequência dos acontecimentos do 25 de Novembro — em nada favorece os interesses dos trabalhadores, mas pelo contrário, permite que os patrões tomem aquela atitude. De facto, não há nenhum mecanismo na lei que obrigue os patrões a negociarem com os trabalhadores as suas justas reivindicações.

Esta situação representa, na prática, o congelamento da contratação colectiva, que lesa gravemente os interesses de centenas de milhares de trabalhadores.

Os recentes casos ocorridos no sector de trabalho são exemplares. No caso dos operários conserveiros, a entidade patronal apenas concordou em negociar depois dos trabalhadores terem recorrido a formas superiores e vitoriosas de luta; o mesmo se está a passar no sector químico, em que os representantes da entidade patronal (ex-funcionários do ex-Ministério das Corporações e actuais membros da CIP) procuram por todas as formas sabotar as negociações de um contrato que abrange cerca de 50 000 trabalhadores; na indústria hoteleira, a entidade patronal não compareceu há seis reuniões a fim de negociar um novo CCT que abrange 120 mil trabalhadores; os papéis do norte obtiveram um novo CCT apenas depois de terem paralisado cerca de 41 fábricas de papel e cartão.

Os exemplos podiam-se multiplicar, porque convém não esquecer os casos dos metalúrgicos, da construção civil e tantos outros.

A actual lei da contratação colectiva não serve os interesses dos trabalhadores. Por isso, tem que ser alterada ou, pura e simplesmente, revogada.

Certamente que hoje o Plenário da Intersindical Nacional tomará posição sobre este importante problema (incluído no ponto primeiro da ordem de trabalhos).

Qualquer que sejam as medidas a adoptar elas deverão ter em conta o reforço da unidade e da organização das massas trabalhadoras e do seu movimento sindical unitário.

## VIDA SINDICAL

- Realiza-se hoje, a partir das 10 horas da manhã, no Instituto Superior Técnico, o Plenário da Intersindical Nacional, com a seguinte ordem de trabalhos: Contratação Colectiva e Política Salarial; Congresso Sindical; Informações. Na convocatória, e tendo em conta o especial interesse para todo o movimento sindical da ordem de trabalhos, o secretariado da Inter convidou todos os sindicatos não filiados a estarem presentes nesta jornada de trabalho.
- Promovidos pela União dos Sindicatos de Lisboa, têm-se realizado em várias localidades da região de Lisboa reuniões de trabalhadores para análise das questões relativas à contratação colectiva e política salarial, defesa do poder de compra dos trabalhadores, cortes de energia e outras medidas governamentais.
- O plenário das direcções sindicais da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos (Alentejo, Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo e Viseu) aprovou uma moção na qual é exigida a imediata revogação do Decreto-Lei 530/76 — que permite o congelamento da contratação colectiva, a transferência dos trabalhadores dos seus postos de trabalho bem como a sua temporária dispensa, e a redução do período de laboração para três dias — por ser um decreto antipopular, anticonstitucional e antinacional.
- No referido plenário da Federação dos Metalúrgicos, as direcções sindicais presentes saudaram a iniciativa da Intersindical Nacional de convocar reuniões distritais e locais para a preparação do Congresso Sindical, condenando a formação de quaisquer grupos de pressão e a realização de iniciativas paralelas por serem um factor de divisão dos trabalhadores e do movimento sindical.
- A maioria dos trabalhadores do Sindicato da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas, em plenários realizados em Lisboa, Faro, Funchal e Ponta Delgada decidiram a sua reentrada na Intersindical. Anteriormente, já os trabalhadores da delegação do Porto tinham tomado idêntica decisão.
- Realizam-se hoje as eleições para o Sindicato dos Técnicos de Desenho. A lista A, proposta pela actual comissão directiva do sindicato, insiste na necessidade de reforçar a unidade da classe, lutando contra o divisionismo e o sectarismo.
- Os trabalhadores metalúrgicos da indústria química do distrito de Lisboa vão decidir, amanhã, a sua integração no Sindicato da Indústria Química do Centro.



## ENCONTRO DAS MULHERES TRABALHADORAS

A consciencialização das mulheres trabalhadoras da sua condição de exploradas é um factor fundamental para a sua mobilização para a luta por uma sociedade sem classes, para a construção do socialismo

Lutar pela construção de uma sociedade socialista implica, necessariamente, lutar pela criação de uma mentalidade nova, de um ser humano novo forjado na luta e trabalho, quotidianamente.

Um tal tarefa, tão gigantesca quanto aliciente, só poderá ser levada a cabo pelas massas populares, com o total empenhamento de homens e mulheres que com o seu trabalho criam a riqueza nacional.

Todavia, a participação das mulheres na vida política, económica e social dos países capitalistas e, no caso concreto, de Portugal, está longe de corresponder — ou mesmo de se aproximar — à percentagem de mulheres existentes na sociedade.

Nada mais pertinente que perguntar o porquê duma tal situação. Pois se as mulheres representam um factor determinante em qualquer alteração social — quer pelo seu número, quer pelo papel que desempenham (a passividade é forma negativa de intervenção) — como se justifica que a grande maioria continue a viver «a parte» da sociedade a que pertence?

A situação de opressão em que vive a grande maioria das mulheres é, sem dúvida alguma, fruto das necessidades de desenvolvimento do capitalismo. Tendo como objectivo supremo o lucro, as classes exploradoras têm-se servido desde sempre das mulheres como meio para mais facilmente atingirem os seus objectivos.

Exaltando a mulher como «rainha do lar» e mãe, pretende-se em primeiro lugar impedir a sua participação política e económica, condicionando a sua intervenção social ao tratamento da família e à educação dos filhos — necessariamente má porque baseada em conceitos ideológicos retrogradados transmitidos e fomentados pela classe dominante.

Porém, é o próprio capitalismo que acaba por chamar as mulheres a participar na vida económica. Não evidentemente, por desejo de respeitá-las para a sua condição de seres humanos tão importantes como os homens, com iguais direitos e deveres, com iguais capacidades, mas para se servir delas como mão-de-obra capaz de lhe render maiores lucros e para preencherem os lugares deixados pelos trabalhadores quando obrigados a defenderem na guerra os interesses da burguesia.

Dado que os salários dos trabalhadores são, de uma maneira geral, insuficientes para prover às necessidades do agregado familiar, a mulher é obrigada a trabalhar fora do lar para ajudar o marido ou a família. O seu salário surge, assim, como um complemento. Mas um complemento necessário.

Aproveitando-se desse facto e servindo-se de toda uma série de conceitos que apresentam a mulher como um ser inferior ao homem, o capitalismo passa a ter à disposição uma vasta reserva de mão-de-obra que pode explorar ainda mais do que aos homens.

Contudo, e aqui reside a contradição do capitalismo, é o próprio facto das mulheres serem duramente exploradas que as irá levar à tomada de consciência de classe tornando-se, então, juntamente com os seus companheiros, na força que combaterá e acabará por liquidar o capitalismo.

Em Portugal, onde as mulheres representam 52% do total da população — e apenas 25% desenvolvem uma actividade fora do lar — novas perspectivas se abrem à luta dos trabalhadores após o 25 de Abril. Embora continuem a existir numerosas e graves discriminações em relação às mulheres, algo se avançou já neste capítulo, verificando-se uma crescente consciencialização, como o demonstra muito concretamente o recente Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras realizado pela Intersindical.

Considerado como o primeiro passo para uma acção continuada e persistente na defesa dos direitos da

realização sem que sejam asseguradas as liberdades, as conquistas alcançadas e a democracia;

exploração do homem pelo homem;

— O reconhecimento de que nas empresas, nos sectores, nas regiões onde mais desenvolvida se encontra a luta dos trabalhadores, menores discriminações existem entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher, pelo que se impõe o seu desenvolvimento progressivo e alargamento a todas as empresas, sectores e regiões;

— O reconhecimento de que ao Movimento Sindical Unitário cabe um importante papel no esclarecimento, na organização e na mobilização das mulheres trabalhadoras com vista à sua integração na luta mais vasta que é a luta de todos os trabalhadores portugueses.

A participação das trabalhadoras agrícolas constituiu o ponto alto do Encontro. Do Alentejo, onde das relações de trabalho foi banida a exploração do homem pelo homem, chegou a voz de mulheres que, lado a lado com os companheiros, participam na realização dessa obra grandiosa que é a Reforma Agrária.

No final do Encontro foram aprovadas as conclusões saídas das teses propostas para debate.

Um ponto de partida, assim foi classificado o Encontro. Uma certeza que ficou em quantos nele participaram e que deverá ser transmitida a todos os trabalhadores: Não se julgue que veja menos pelo seu bebé a mãe que o deixa confiado a alguém e vai para um organismo sindical lutar pela transformação da vida. Nesse momento, não está a embalar-lhe o berço, mas está a alargar o caminho por onde ele há-de passar um dia.

## OPINIÕES DE PARTICIPANTES

Pensamos que este Encontro foi bom porque discutimos os nossos problemas e procurámos formas de os resolver. Se o conseguimos, oxalá assim seja, é bom para a gente e para os nossos filhos, é bom para todos.

Mas as mulheres do campo ainda estão muito atrasadas, não participam em reuniões, nem no sindicato... Trabalham ao lado dos homens durante todo o dia, mas depois vão para casa, têm os filhos para tratar, as lides caseiras. A mentalidade da maioria também ainda não alcança certas coisas, às vezes criticam até as companheiras mais afotas, como a gente, que nos metemos a caminho e cá vamos até Lisboa.

Mas com o tempo todas há-de perceber que estes assuntos são para o bem de todos e cá virão. É preciso é haver mais coisas destas, se fosse possível na província, sempre era mais fácil elas deslocarem-se. (Um grupo de trabalhadoras agrícolas de Sousel — Cooperativa Estrela Vermelha).

Se tivesse havido uma maior colaboração pela parte de certos sindicatos — o que não aconteceu, concretamente, no Sindicato dos Bancários — tinham-se realizado plenários, discutido os temas propostos para debate e nós viríamos mais bem preparados para o Encontro.

Apesar de tudo acho que esta iniciativa é extremamente importante porque nós andamos todas muito desmobilizadas e pouco interessadas, não só nos problemas específicos das mulheres, mas da sociedade em geral. Estes Encontros são necessários para nos esclarecermos umas às outras, pois há muitas mulheres que só não participam na vida sindical porque estão condicionadas pela vida que levam, pelos pressocellos que têm. Estou convencida de que se se fizerem mais encontros, mesmo a nível regional, as mulheres acabarão por vir à luta. (Bancária — Banco Viseiense)

Penso que este Encontro foi maravilhoso. Não teve uma organização muito boa, é facto, mas estão aqui mulheres de todos os ramos de actividade a conviver umas com as outras, estabelecidas, dizendo o que sentem e o que pensam. Não acredito que depois deste Encontro as mulheres saiam daquela desmobilizadas. Acho que é importante salientar o facto de, pela primeira vez na nossa História, se terem encontrado tantas mulheres a discutirem aquilo que lhes diz respeito e é fundamental para o avanço da Revolução. E são mulheres trabalhadoras, note-se. (Operária metalúrgica — Coimbra)

— O reconhecimento de que os problemas das mulheres fazem parte do conjunto dos problemas de todo o nosso povo por uma sociedade mais justa onde não tenha lugar a

mulher trabalhadora, integrada na luta geral dos trabalhadores portugueses, o Encontro reuniu 932 participantes — representando cerca de 200 sindicatos, uniões e federações sindicais, comissões de trabalhadores e unidades colectivas de produção — e cerca de mil observadores devidamente credenciados pelas respectivas organizações sindicais.

A mulher trabalhadora na indústria, agricultura e serviços; a mulher trabalhadora na saúde e na assistência; a participação da mulher na vida sindical; e a mulher trabalhadora na terceira idade foram temas amplamente debatidos. Para além da riqueza das experiências trazidas de todos os pontos do país, dos contactos travados entre trabalhadoras dos mais diversos sectores, há a salientar a importância fundamental de que se reveste a realização dum Encontro desta natureza, o primeiro na história do movimento sindical português.

O significado da organização das mulheres foi claramente definido: é quase metade da população trabalhadora que inicia um processo de revisão de valores que a levará à rejeição do papel que a força lhe atribuíram. E porque a luta das mulheres só tem significado quando enquadrada num conceito de classe e no contexto mais vasto da luta de todos os oprimidos e explorados, ficou bem patente no Encontro a profunda convicção de que a consolidação da Revolução e a construção de uma nova sociedade sem exploradores nem explorados, só será uma realidade quando essa poderosa força revolucionária, de que as mulheres são portadoras, se estender a todos os campos e actividades da luta de classes que se trava no nosso País.

### UM PONTO DE PARTIDA

Os objectivos do trabalho realizado foram sintetizados em quatro pontos:

— O reconhecimento de que o direito das mulheres ao trabalho e à prática deste direito sem quaisquer discriminações exige uma política que tenha em conta os interesses gerais dos trabalhadores portugueses e de que não é possível a sua

# TRABALHADORES DE BELMONTE NA QUARTA SEMANA DE LUTA

Entraram já na quarta semana de greve os 160 trabalhadores da fábrica de Confecções Belmonte, cujo proprietário, Manuel Casimiro Pereira Martins, com o aproximar da constituição do primeiro governo definitivo se revelou alérgico à organização sindical na empresa.

Transcrevendo um comunicado da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário recordamos o início da luta dos trabalhadores daquela empresa:

Nos fins de Junho, Casimiro Martins, o patrão, resolveu mandar Damas Moura, operário e delegado sindical, para a caldeira dizendo que lhe descia a categoria (o que é manifestadamente ilegal face ao Contrato Colectivo de Trabalho). Ao mesmo tempo afixou pela fábrica uns papéis com esta declaração e dizendo que aquele operário só podia ir à casa de banho acompanhado — e que ninguém mais podia contactar com ele.

Os trabalhadores imediatamente paralisaram o trabalho em solidariedade, exigindo a sua reintegração no posto antigo, o que não conseguiram, tendo-lhe ainda sido imposta uma suspensão até à efectivação de averiguações disciplinares. Meteu-se um fim-de-semana e na segunda-feira seguinte o patrão mandou suspender outro delegado sindical, Octávio Mendonça, por ter provocado a «greve selvagem» que atrás referimos.

Como o patrão não cedesse a organização operária pôe-se em marcha e organizam-se piquetes nas instalações proibindo a retirada de mercadorias. Resistindo a todas as provocações e calúnias, muitas das quais por parte de indivíduos que trabalham nos

serviços administrativos em contacto estreito com o patrão, os operários das Confecções Belmonte mantêm-se em greve lutando pelos direitos dos seus companheiros de trabalho para que amanhã não sejam eles também os atingidos pelas atitudes ditatoriais do patrão.

### MINISTÉRIO DO TRABALHO

Favorecendo o patrão não faltam os advogados (a questão é pagar) e a falta de firmeza — que agora, como já se verificou, ainda é maior — do Ministério do Trabalho, que cada vez mais (veja-se o caso da Coronado) defende os interesses dos patrões, encurtando assim a sua actividade.

No passado dia 21, a Comissão de Trabalhadores da empresa, a entidade patronal e os representantes dos Sindicatos dos Lanifícios da Covilhã e do Vestuário de Coimbra reuniram-se no Ministério do Trabalho. Agostinho, dirigente sindical da Covilhã, informa:

— A entidade patronal não quis chegar a acordo, após uma reunião de mais de seis horas. Manteve a posição que todos conhecíamos, ou seja, a suspensão dos dois delegados sindicais. João Evangelista explica a deslocação à capital:

— Os trabalhadores deliberaram ir a Lisboa no dia 13, em reunião realizada na delegação da Covilhã do Ministério do Trabalho, após a ruptura das negociações, estando presentes o patrão e o seu advogado Antunes Pinto.

E um jovem operário acrescenta para dar uma ideia do que é o patrão: — O Casimiro sempre teve aversão aos delegados

## NOTÍCIAS DO TRABALHO

- Na Têxtil Manuel Gonçalves — onde há longos meses se encontram ilegalmente suspensos 17 trabalhadores — realizaram-se eleições para a comissão de trabalhadores. Apresentou-se uma lista única, composta por um engenheiro, dois encarregados e outro pessoal, na sua maioria não ligado ao sector de produção, mas à comissão sindical que negociou o regresso do patrão. Os resultados da votação são aluciantes: 709 votos a favor da lista única (dos patrões), 1015 votos nulos e 1446 abstenções!
- O novo ministro do Trabalho, Marcelo Curto, mandou reabrir a Coronado, selada por ordem do anterior ministro do Trabalho. No entanto, o problema das 36 trabalhadoras irregularmente despedidas em Fevereiro continua por solucionar.
- Recomeçaram as negociações entre os operários da indústria conserveira e as entidades patronais, na sequência de uma fase vitoriosa da luta encetada pelos trabalhadores em todo o país.
- Os ajudantes de farmácia poderão entrar em greve se, até ao próximo sábado, o Ministério do Trabalho e a Associação das Farmácias não solucionarem as questões que impedem o reatamento das negociações com vista à conclusão de um novo Acordo Colectivo de Trabalho.
- A esmagadora maioria dos 1500 trabalhadores dos estaleiros de Viana do Castelo decidiu — apenas com 38 votos contra — antecipar a hora de começo do trabalho, a fim de obviar aos cortes de energia. Recorde-se que os estaleiros acabam de receber um importante contrato de uma empresa armadora italiana, que ascende a milhares de contos.
- Os trabalhadores da indústria da panificação suspenderam, temporariamente, a forma de luta que tinham prevista para anteontem — distribuição gratuita de pão — uma vez que o Ministério do Trabalho, em nota oficiosa, se comprometeu a actuar com vista à solução dos problemas que opõem os trabalhadores da panificação e a entidade patronal.
- Mais uma multinacional põe em risco o direito ao trabalho de 179 trabalhadores. Trata-se da empresa Dann e Hellman, de Mem Martins, que pertence ao grupo inglês Hammsley.
- Os trabalhadores rodoviários do distrito de Setúbal decidiram adiar a greve progressiva prevista para o passado sábado, até que o novo governo dê uma resposta à justa exigência dos trabalhadores, nomeadamente no cumprimento do Acordo Colectivo de Trabalho e na revogação dos decretos antioperários. Na base da greve encontra-se a exigência do pagamento dos retroactivos devidos pela entrada em vigor, no passado mês de Novembro, de novas condições laborais e tabelas salariais.
- Os Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, Electricistas do Sul, Metalúrgicos, Rodoviários e Cobradores elaboraram um comunicado comum repudiando as manobras desencadeadas pelos patrões da «Dardo», que põe em causa — desrespeitando os princípios consignados na Constituição — o direito ao trabalho de 27 trabalhadores.
- Desde o passado dia 21 que se encontram em greve os 1100 trabalhadores da empresa metalúrgica Oliveira e Ferreirinha, do Porto. Os trabalhadores acusam o patrão de se recusar a pagar o subsídio de férias.
- Uma moção aprovada pela Assembleia Geral dos trabalhadores da Caixa Geral dos Depósitos considera o projecto de decreto-lei sobre comissões de trabalhadores e controlo de gestão, aprovado na última sessão do Conselho de Ministros do VI Governo Provisório como «um duro golpe nas conquistas dos trabalhadores». Os trabalhadores da CGD, que consideram tal medida antipopular e reaccionária, reafirmam a sua disposição de lutar para que não sejam recuperadas pelos capitalistas as conquistas duramente alcançadas pelos trabalhadores.
- Desde Maio que as 23 operárias da fábrica de confecções «Cabrel», na Marinha Grande, não recebem os seus salários. Tal facto insere-se numa manobra patronal mais vasta, uma vez que a entidade patronal deixou de adquirir as matérias-primas necessárias. As 23 trabalhadoras estão, assim, à beira do desemprego.

sindicais na empresa. E chegou mesmo a afirmar que havia de acabar com eles.

### AS COSTAS QUENTES

Sentindo as costas quentes, no fim do mês de Junho o patrão começou a sua tarefa de acabar com os delegados sindicais. É António Damas Moura, o primeiro delegado suspenso que declara:

— Chamou-me ao gabinete e obrigou-me a entregar as chaves da fábrica e do relógio, deixando-me apenas a da caldeira. Em seguida, disse-me que eu passaria para a caldeira quando sou mecânico de máquinas.

Não contente, proibiu-me de sair da secção e contactar com os meus colegas. Para ir à casa de banho, que fica dentro da fábrica, teria de ir acompanhado por um indivíduo que ele indicasse. E tinha pessoas a vigiar-me. Por último mandou afixar um aviso onde se lia: Proibida a entrada a qualquer trabalhador dentro da casa da caldeira. Como se eu fosse um cão raivoso! — desabafou.

Comunicou com o Sindicato dos Lanifícios da Covilhã que entrou em contacto com a Inspeção de Trabalho. Foi enviado um funcionário, juntamente com um dirigente sindical, para averiguar o que se se passava. Encontraram os trabalhadores paralisados que afirmavam a sua disposição de «não retornarem ao trabalho sem a integração do companheiro Damas na categoria anterior».

Mas de imediato nova prepotência é praticada pelo patrão decretando a suspensão de outro delegado sindical, Octávio Mendonça, responsabilizando este operário por ter provocado uma «greve selvagem».

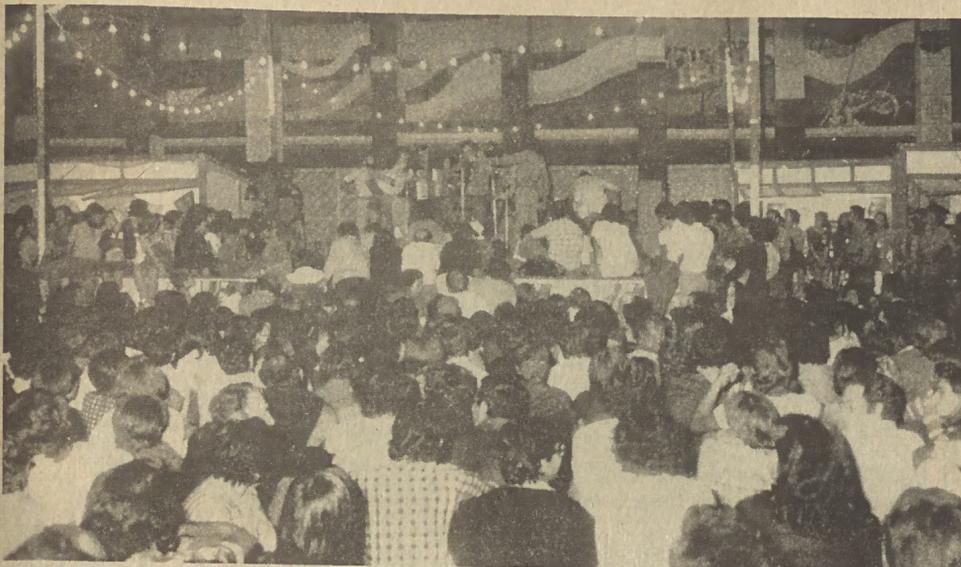
### PARALISAÇÃO

É a partir dessa altura que se mantém a paralisação total com piquetes de vigilância nas instalações da fábrica. Contudo, parte do pessoal administrativo tem procurado fazer o jogo do patrão, chegando a deslocar-se às aldeias próximas e a outras empresas, para junto dos trabalhadores, lançarem as maiores calúnias, procurando assim quebrar a unidade dos operários da empresa que sabem ser esta a arma mais importante para derrotar a escalada repressiva do patrão que com o mudar dos tempos já anda a sonhar com a exploração.

Entretanto, nas reivindicações agora apresentadas pelos trabalhadores, defendendo os seus legítimos direitos, constam os seguintes pontos: Cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho, em vigor há mais de um ano e sem ter sido aplicado até agora, pagamento de todos os subsídios e débitos em atraso aos trabalhadores; pagamento das dívidas à Previdência e a outros organismos conforme previsto na lei.

A situação é clara e os trabalhadores têm demonstrado que não vergam na sua luta, tanto mais que contam com a solidariedade de outros operários (todos os apoios monetários podem ser enviados para o Sindicato de Vestuário de Coimbra, Rua Visconde da Luz, 34, Coimbra) e só assim podem garantir que amanhã não serão eles também os atingidos pelo apetite voraz do patrão.

Esta fosse a firmeza do Ministério que, dizem, ainda se chama do Trabalho.



# EMIGRANTES COMUNISTAS REÚNEM-SE EM ALCÂNTARA

A reunião pôde contar com a participação de muitas camaradas que, manifestando o interesse pela realidade que se vive no País, deram também o testemunho das suas preocupações como comunistas e das preocupações de milhares de emigrantes

Várias dezenas de camaradas, emigrantes vindos de alguns países da Europa, estiveram presentes no domingo último, no Centro de Trabalho de Alcântara, numa Reunião de Comunistas Emigrados, cuja realização tínhamos já anunciado no número anterior do nosso jornal.

Militantes que os quilómetros não afastaram das realidades do seu país, estes camaradas manifestaram um vivo interesse e participaram activamente nos assuntos debatidos na Ordem de Trabalhos desta primeira parte da reunião, pois que uma segunda parte ficou prevista para o dia 8 de Agosto, no mesmo local, altura em que serão analisadas e aprovadas as conclusões.

Aproveitando o facto de muitos emigrantes gozarem as suas férias no período que decorre, a reunião pôde contar com a participação de muitos camaradas que, manifestando o interesse pela realidade que se vive no país, deram também o testemunho das suas preocupações como comunistas e das preocupações dos milhares de emigrantes espalhados por essa Europa fora.

Vivendo uma situação de explorados em países estrangeiros, numa altura em que a crise do capitalismo os coloca em posições extremamente desfavorecidas em relação às suas condições de vida e de trabalho, esses camaradas puderam resumir nas suas intervenções as receitas que a social-democracia e outras formas de governo da burguesia usam para procurarem fugir a problemas como os da inflação, desemprego e outros.

Efectivamente, os países importadores de mão-de-obra procuram desenvolver-se da grave situação a que o próprio sistema capitalista fatalmente os conduziu através de medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores.

Na primeira fila das vítimas da sua política encontram-se, como não podia deixar de ser, os emigrantes de várias nacionalidades, cuja mão-de-obra explora, e, entre estes, os nossos compatriotas.

As restrições à imigração contam-se entre as primeiras medidas tomadas pelos vários governos da Europa capitalista, muitas vezes nem sequer salvaguardando o direito ao reagrupamento familiar, problema fortemente sentido pelos emigrados.

A cassação completa da emigração ou a substituição dos emigrantes por nacionais de certos países foi outra forma

que afectou milhares de trabalhadores que viram ameaçados os seus empregos, assim como aqueles que viram governos ao serviço dos monopólios procurarem substituir a imigração pela exploração directa nos países de mão-de-obra barata, lançando as tácticas imperialistas de exportação de capitais.

Estes e muitos outros problemas foram, das mais diversas formas, abordados pelos camaradas presentes, nas intervenções referentes à Ordem de Trabalhos, que versou da parte da manhã o ponto sobre o Associativismo e, da parte da tarde, pontos respeitantes à Informação e meios de Comunicação Social, à actividade sindical e à colaboração com os partidos irmãos.

No início da segunda parte da reunião, o camarada Manuel Teixeira, membro da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, depois de apresentar por

intervenções tinham referido a contribuição do associativismo e o papel das associações democráticas dos trabalhadores portugueses emigrados como meio primordial de ligação entre os comunistas e as mais amplas massas de emigrantes, cuja finalidade é fundamentalmente trabalhar no sentido de promover o desenvolvimento cultural dos nossos compatriotas, a sua ligação com a pátria distante e organizar a defesa dos seus direitos no terreno tantas vezes inóspito onde vendem o seu trabalho.

Algumas dificuldades foram apontadas: a atitude das autoridades nos países para onde se deslocam não facilita de modo algum — por vezes chega mesmo à ameaça e à coacção — as necessárias diligências de legalização das estruturas associativas. A falta de apoio — promessas não feitas, entretanto — da Secretaria de Estado da Emigração, o

envidar esforços no sentido de que sindicatos amigos e partidos irmãos levem a cabo a publicação de materiais em português, a par da necessidade, apontada muito firmemente pelos camaradas presentes de melhorar a distribuição de propaganda do nosso Partido, assim como a distribuição do «Avante!» e de outros periódicos democráticos.

No capítulo da actividade sindical, foi sublinhada a necessidade de os camaradas procurarem inteiramente a orientação, em cada caso dos partidos comunistas de cada país, os quais definem as linhas mestras da actividade das respectivas classes operárias em cujas lutas os portugueses emigrados se deverão integrar. Dificuldades (mas uma vez o desconhecimento da língua e dos direitos dos trabalhadores) impedem muitas vezes os nossos compatriotas de compreenderem claramente os processos em que se

## ENTUSIASMADA AFLUÊNCIA POPULAR ÀS JORNADAS DE SOLIDARIEDADE COM OS POVOS IRMÃOS DAS EX-COLÓNIAS

Está prevista para breve a realização de jornadas de solidariedade com manifestações de cultura africana em vários pontos do país

Quase 8 mil pessoas conheceram durante este último fim-de-semana um ambiente de solidariedade e convívio no Mercado do Povo, em Belém, onde foi promovida uma grandiosa jornada de amizade para com os povos das ex-colónias.

A iniciativa, que coube às Associações de Amizade com os novos países de expressão portuguesa (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), saldou-se num grande êxito não só como convívio popular mas também como jornada de solidariedade militante.

Falámos com Silveira Ramos, membros das Associações de Amizade Portugal-Cabo Verde e Portugal-Guiné-Bissau; A jornada que promovemos atingiu os objectivos em vista. Ficámos, no entanto, surpreendidos com a grande afluência da população aqui ao Mercado do Povo. Não esperávamos tanta gente...

A alegria dos presentes manifestou-se sob várias formas: através do canto, da dança, da entoação, das palavras de ordem em apoio aos movimentos de libertação

— MPLA, FRELIMO, PAIGC e MLSTP. E o convívio durou até às três da manhã...

Entretanto, na sexta-feira já tinham decorrido várias sessões culturais que incluíram a representação da peça "O Grande Cidadão", pelo Grupo Atlético de Campolide e a exibição do Grupo de Acção Cultural de Moçambique e do Grupo de Cabo-Verdianos e Guineenses.

Na sábado, uma assistência numerosa e interessada ouviu as intervenções de Rousa Coutinho, Caldeira Rodrigues, Luis Moita, Blasco Hugo Fernandes, Silas Cerqueira, Eduardo Rosa, Pedro Borges, Daniel Reis e Silva Graça, entre outros, durante o colóquio subordinado ao tema "Descolonizar e Cooperar", onde estiveram também presentes os embaixadores eng.º Júlio Samedo, da Guiné-Bissau, dr. Corsino Fortes, de Cabo Verde e dr.º Graça Amorim, de São Tomé e Príncipe. Este encontro contou igualmente com a participação de vários membros das Associações.

Entre as várias intervenções salientou-se a de João Barreto, trabalhador rural numa

cooperativa, ex-colono em África até 1952 e exilado no estrangeiro, que caracterizou a política colonialista dos governos salazaristas e evocou calorosamente vários antifascistas nascidos nas ex-colónias portuguesas e que foram vítimas — tal como os democratas em Portugal — das perseguições da PIDE.

A projecção de filmes — outro dos atractivos da jornada — assistiram muitas centenas de pessoas, que apreciaram várias películas sobre a vida das populações das ex-colónias e sobre a sua luta, como "A Chegada do Primeiro dirigente do PAIGC a Cabo Verde", "Viva a FRELIMO", "Guiné-Bissau — nascimento de uma nação", "Sambizanga", "Do Rovuma ao Maputo", entre outros.

O programa de domingo foi dividido em duas sessões: uma sobre literatura e outra de canções e danças populares. A primeira reuniu num ambiente de amizade e cooperação Manuel Ferreira, o antropólogo moçambicano dr. Ernesto Stephen e os declamadores Norberto Barroca, Marília Gama, Alda Rodrigues, Maria Herculano e Maria Adelaide Borges.

Foram lidos poemas africanos de combate e resistência de cinco autores portugueses: Manuel Alberto Valente, Manuel Geraldo, Assis Pacheco, César Oliveira e César Pratas. Tal como estava previsto, a sessão da noite foi preenchida com um canto livre onde participaram o Grupo Cultural de Moçambique, Grupo da Associação de Cabo-Verdianos e Guineenses, o cantor angolano Roberto (militante do MPLA) e os portugueses Zeca Afonso, Adriano Correia de Oliveira, o grupo Intróito, Vitorino, Aristides e Samuel.

Durante os três dias das Jornadas de Solidariedade e Amizade, estiveram patentes na galeria do Mercado do Povo exposições muito interessantes com fotografias, cartões e documentos dos movimentos de libertação e das organizações sociais formadas por patriotas africanos, e com artigos de artesanato.

Devido ao interesse manifestado, serão realizadas noutras cidades do país idênticas manifestações de cultura africana.

## FOMENTAR A SOLIDARIEDADE COM A JUVENTUDE ANGOLANA

Alarga-se a solidariedade para com a República Popular de Angola e a juventude europeia (incluindo a portuguesa) também participa nesse movimento.

Finalizando uma digressão por diversos países europeus, esteve em Portugal uma delegação da Organização da Juventude do MPLA, que manteve contactos com a UJC e a UEC e, posteriormente, com camaradas do Comité Central do PCP, nomeadamente Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC e director do nosso jornal e Albano Nunes.

Manuel Teodoro Quarta, do departamento das Relações Exteriores da Juventude do MPLA e Joaquim Martins, do departamento de Informação e Propaganda da mesma organização, foram os dois jovens angolanos que visitaram o nosso país no âmbito de uma campanha internacional de solidariedade para com a República Popular de Angola promovida pela FMJD (Federação Mundial da Juventude Democrática).

Manuel Teodoro falando ao

«Avante!» e depois de ter referido as deslocações efectuadas à Checoslováquia, Polónia, Hungria, Finlândia, Dinamarca, França, Itália e Grécia, onde contactaram com diversas organizações juvenis dos respectivos países, acrescentou que desses encontros surgiram em muitos casos acordos proporcionando um apoio efectivo à República Popular de Angola, de juventude para juventude, no que diz respeito a material escolar, medicamentos, livros, material desportivo, instrumentos musicais e mesmo donativos monetários. Mais adiante e focando a solidariedade que encontrou nos países visitados acrescentou:

— Quase todos os países vão participar na brigada Júlio Mella, brigada de jovens médicos que já esteve na Guiné-Bissau em 1973. Aliás os primeiros médicos devem chegar a

Luanda ainda antes do fim do mês de Julho.

Abordando o encontro da delegação de que faz parte com elementos da UJC e da UEC frisou que era intenção de ambas as partes desenvolver as relações em todos os domínios, se possível fomentando o intercâmbio de delegações. Salientou ainda que as referidas organizações juvenis portuguesas iriam ajudar a criação de uma biblioteca que está nos projectos da Juventude do MPLA.

Relativamente ao encontro com os elementos do Comité Central do PCP, Manuel Teodoro referiu o apoio prometido pelas Edições «Avante!» e salientou que a sua delegação era portadora de saudações do Partido Comunista Português para o presidente Agostinho Neto e para o povo angolano.

No prosseguimento da conversa e abordando os

problemas presentes da juventude angolana focou a questão do analfabetismo no seu país, afirmando:

— O grande número de analfabetos que hoje existe foi a oferta do colonialismo. Pensamos que a juventude tem um papel importante a desempenhar nesta tarefa.

Sobre este assunto Joaquim Martins acrescentou:

— A nacionalização do ensino, tornado obrigatório e gratuito (obrigatório dos 6 anos até aos 14 mas gratuito para qualquer idade), tem levado a uma participação activa não só da juventude mas também do povo angolano.

Falando da situação presente na República Popular de Angola, Joaquim Martins acrescentaria:

— É flagrante a participação activa do nosso povo na reconstrução nacional. Muitas das fábricas que foram destruídas ou abandonadas estão novamente a laborar. A recolha do café está a ser feita com a participação de todos.

Entretanto, depois de informar que Luanda foi a capital escolhida para a realização dos II Jogos Pan-Africanos da Juventude, a efectuar em 1978, antes do XI Festival Mundial da Juventude Estudantil, que decorrerá em Havana, no mês de Julho, Manuel Teodoro falou por último da Organização de Pioneiros de Angola (OPA), salientando que ainda este mês decorreu um Encontro Nacional, em que estiveram presentes António Jacinto, ministro da Educação e Cultura e Lúcio Lara, do Bureau Político do MPLA, coroando assim todo um trabalho preparatório efectuado.

## EXPOSIÇÃO NA COVILHÃ SOBRE A MULHER NA RDA

Contactando com a realidade da República Democrática Alemã na construção do socialismo, os trabalhadores e o povo da Covilhã visitaram a exposição sobre «A Mulher na RDA», que decorreu no Salão de Turismo daquela cidade.

Promovida pelo núcleo local da Associação de Amizade Portugal-RDA, a exposição, que focava o papel da mulher na sociedade socialista da República Democrática Alemã, foi inaugurada no passado dia 15 de Julho.

Assinalando a inauguração realizou-se no ginásio da Escola do Ciclo Preparatório um colóquio com a presença de Ernest Otto Schwabe que na sua palestra focou o tema

«Os trabalhadores e o IX Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha». No final, estabeleceu-se diálogo entre o orador e a assistência, que se mostrou interessada pelas múltiplas conquistas obtidas pelos trabalhadores da RDA, fazendo inúmeras perguntas.

«O nosso chefe é uma mulher — um dos temas da exposição — explicava o papel activo que a mulher tem hoje na nova sociedade da República Democrática Alemã, «onde muitas mulheres aprendem a governar e a dirigir, com conhecimentos profissionais e compreensão humana», contribuindo assim para os objectivos da construção do socialismo, ou seja «tudo pelo bem do homem, pela felicidade do povo», como afirmou recentemente Erich H o n n e c k e r , primeiro-secretário do Comité Central do PSUA.

Comentando um aspecto da exposição que mais a sensibilizara uma operária têxtil afirmava para uma companheira de trabalho que a acompanhara, a exemplo de centenas de trabalhadoras da cidade e do concelho que visitaram a exposição:

«As mulheres na nossa terra ainda estão muito presas. Quando é que teremos condições de vida que nos permitam cuidar bem dos filhos e trabalhar sem ser a exploração que é hoje?

desconhecimento das facilidades que a lei concede e o desconhecimento da língua, tornam por vezes heróico o esforço unitário dos emigrantes para se organizarem. Pois que de um esforço unitário se trata.

Todas as dificuldades fazem — raramente, é certo — cair iniciativas plenas de entusiasmo e soçobrar esperanças. Alguns embrões associativos caem nas seduções dos subsídios oferecidos por organizações de cariz religioso que se procuram manipular, alguns outros estiolam por falta de meios. Mas o trabalho já realizado, antes e depois do 25 de Abril, patenteia o espírito combativo de muitos emigrantes. Por todo lado as associações democráticas dos portugueses têm levado a cabo um trabalho inestimável no campo cultural, com os seus grupos de teatro, coros, e um esforço grande na divulgação da situação política e das suas perspectivas em Portugal, com a realização de colóquios.

Todo este esforço conduziu em muitos lados à ideia de que as associações espalhadas pela Europa se deveriam estruturar melhor e, até, da necessidade de avançar para a formação de uma Federação Europeia das Associações dos Portugueses Emigrados.

Também mereceu especial interesse o problema da informação. Dominada pela direita, quase exclusivamente, a informação que chega aos nossos compatriotas menos esclarecidos não é de molde a dar-lhes um conhecimento concreto da realidade do processo democrático em Portugal. Já muito se disse sobre as campanhas de desinformação que a burguesia dos outros países, de mãos dadas com a reacção interna, leva a efeito, com uma dupla finalidade: impedir a solidariedade dos trabalhadores desses países e ao mesmo tempo conduzir a dúvidas e receios infundados aos emigrantes portugueses.

A Informação, sob os mais diversos aspectos, assume o carácter de arma principal nas mãos dos imperialistas nos seus próprios países. As formas de resposta a uma tal situação apareceram na reunião de Alcântara, com sendo o reforço do trabalho, já desenvolvido em alguns lugares, de informação na própria língua desses países e, conforme as circunstâncias,

encontram integrados. Foi novamente sublinhada a necessidade da colaboração dos camaradas com os partidos irmãos, salvaguardando os aspectos específicos da sua luta pela informação sobre o Portugal que vivem à distância, aspectos esses para os quais foi reafirmada a necessidade de um maior acompanhamento político através da organização do Partido.

## SINDICALISTAS CHECOSLOVACOS EM PORTUGAL

A convite da Intersindical Nacional, uma delegação do Conselho Central dos Sindicatos Checoslovacos visita o nosso país no decorrer do próximo ano.

Entretanto, esteve recentemente na República Socialista da Checoslováquia um grupo de militantes da Inter, que estabeleceu contactos com membros do Conselho Eslovaco dos Sindicatos.

Esta delegação portuguesa visitou durante a sua estadia várias empresas ligadas aos sectores alimentar, têxtil, agrícola e centros de saúde, nas regiões de Praga, capital da RSC, e Bratislava, tendo dialogado com trabalhadores e com elementos das respectivas estruturas sindicais.

## PORTUGUESES CONDECORADOS NA BULGÁRIA

O camarada Koubatinski, Presidente do Conselho Nacional da Frente da Pátria Búlgara, distinguiu com a medalha de ouro daquela organização os antifascistas portugueses José Tengarrinha e Blasco Hugo Fernandes, pela acção desenvolvida em prol da unidade das forças democráticas.

Os dois elementos do MDP/CDE, que foram agraciados com a mais alta condecoração da Frente da Pátria, já regressaram a Lisboa, depois de terem visitado a República Popular da Bulgária e à República Popular da Polónia, a convite daquela Frente e da Frente de Unidade Nacional.



A delegação da Juventude do MPLA que em Lisboa se encontrou com uma representação do Partido Comunista Português, constituída pelos camaradas António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC e Albano Nunes, membro do Comité Central

# QUE MÚSICA VAMOS OUVIR NA FESTA

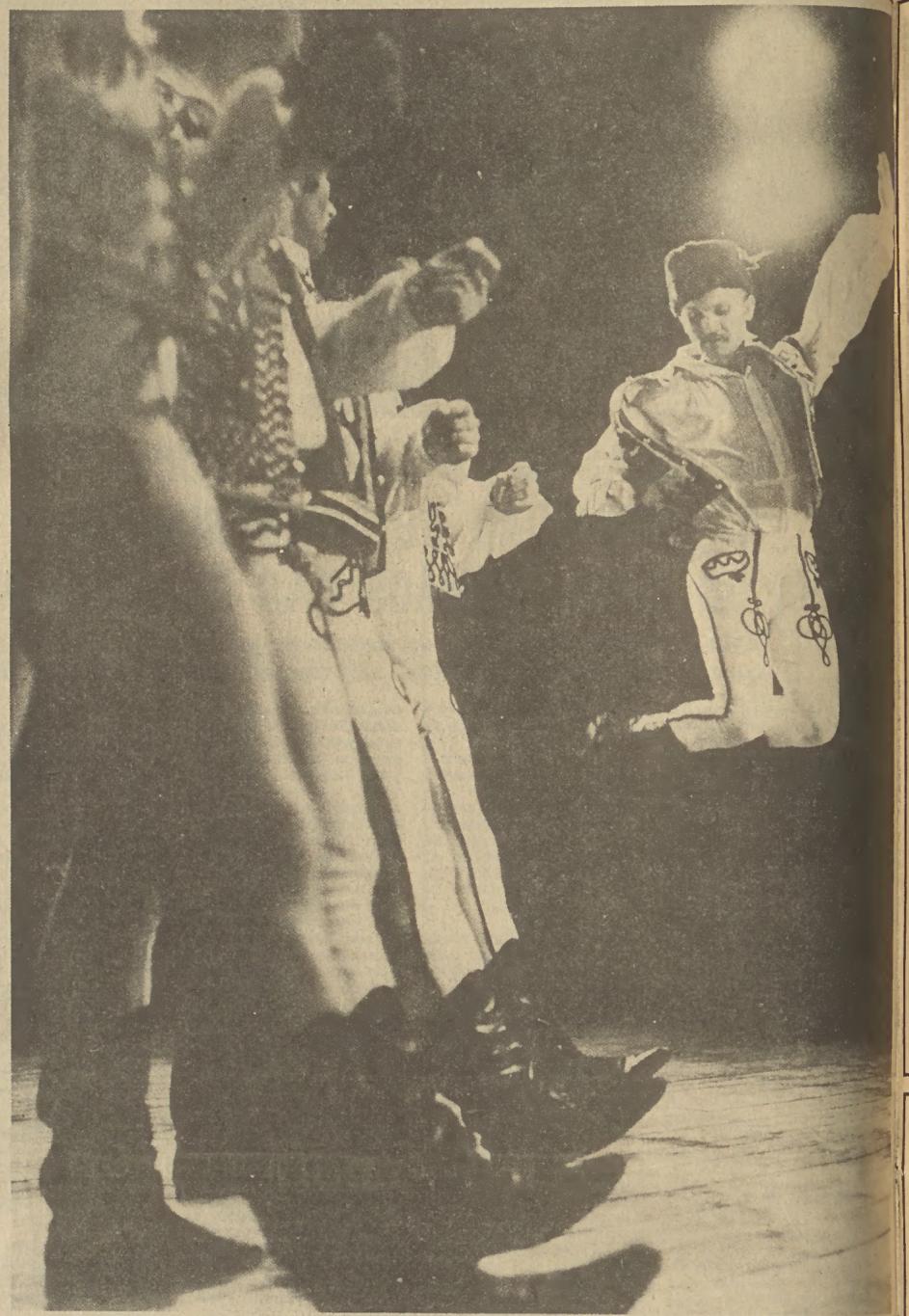
## CANÇÃO POLÍTICA

Indo buscar as suas origens numa longa história da utilização da música no combate dos povos pelo futuro, a *canção política*, a canção de texto conheceu nos últimos anos uma explosão que a par e passo acompanha as vitórias contra a opressão e a exploração.

Utilizando intensamente os meios técnicos postos ao dispor do homem (a possibilidade de reprodução musical por discos e fitas magnéticas, a expansão da telefonia o surgimento de aparelhagens que permitem a ampliação da voz e de instrumentos de fácil transporte mas fraco volume sonoro como é nomeadamente o caso da viola) milhares de

músicos em todo o mundo, com especial destaque para os jovens, trouxeram à luta uma forma de comunicação, de mobilização, de esclarecimento que o povo português conhece bem.

A canção política é hoje mundial. Na Festa do «Avante!» teremos os músicos portugueses, conhecidos por todo o povo, escutados em comícios, em manifestações, em festas, afirmando uma vez mais o seu empenhamento na construção da democracia e do socialismo, actuando agora em condições de poderem dar à sua afirmação política a qualidade formal de que são capazes. A seu lado, as vozes de todo o mundo ao serviço da luta de todos os homens.



## MÚSICA FOLCLÓRICA

Profundamente ligada à vida e ao património cultural dos povos, do seu trabalho, das suas lutas, a *música folclórica* conheceu nos últimos anos um interesse que opções de classe definiram: a cultura ao serviço da burguesia tenta aproveitar as tradições musicais populares para através de formas abastardadas, tentar veicular a sua ideologia decadente (como o nacional-cançonetismo dos «serões para trabalhadores» do fascismo!); as forças progressistas lutam pela conservação e valorização do verdadeiro património popular como expressão verdadeira e criadora da

vitalidade das massas populares. Nos países socialistas, a música folclórica reconquistou todas as suas potencialidades através não só da sua valorização como de uma intensa divulgação. Nos países capitalistas, cantores e músicos procuram na inspiração popular as formas que façam das suas obras criações do povo e para o povo.

Na Festa do «Avante!» teremos grupos folclóricos de países socialistas, bem como o folclore português e africano libertado da opressão e da adulteração fascista, virado para a vida de povos livres que constroem a liberdade.

## JAZZ

Nascido da herança cultural da África negra, caldeada com as influências musicais europeias, o *jazz* nasce como uma expressão absolutamente característica dos negros americanos. Evolução instrumental das expressões musicais dos escravos transportados para o continente americano, o *jazz* definiu-se numa utilização característica de um tipo determinado de instrumentos (de uma forma geral, ex-instrumentos de bandas militares vendidos ao desbarato após a Guerra da Secessão), utilização onde de uma forma geral se descobre um tipo de execução que tenta dar ao som instrumental as modalidades e expressão tão características da música vocal

negra (espirituais, *gospel-song*, etc.). O predomínio da riquíssima tradição rítmica africana introduz no *jazz* outro dos seus traços da música característicos.

Evoluindo, o *jazz* manteve toda a sua capacidade de expressão musical de uma raça perseguida, segregada e oprimida, ao mesmo tempo que recebia e assimilava influências dos mais diversos géneros musicais, universalizando-se e enriquecendo-se.

A sua presença é a presença do povo negro americano, a presença na música da sua luta, da sua vida, da sua história.

A Festa do «Avante!» contará com um grupo de grandes intérpretes da América negra!



M  
O

Ex  
cultu  
enric  
univ  
lugar  
So  
obsc  
cláss  
as fe  
povo  
Fe  
«Ava  
de m  
que  
noite  
portu  
com  
com

F

Ter  
expr  
pos  
simu  
elab  
Pa  
color  
músi  
uma  
que  
músi  
cons  
brav  
euro  
anal  
leitur  
um i

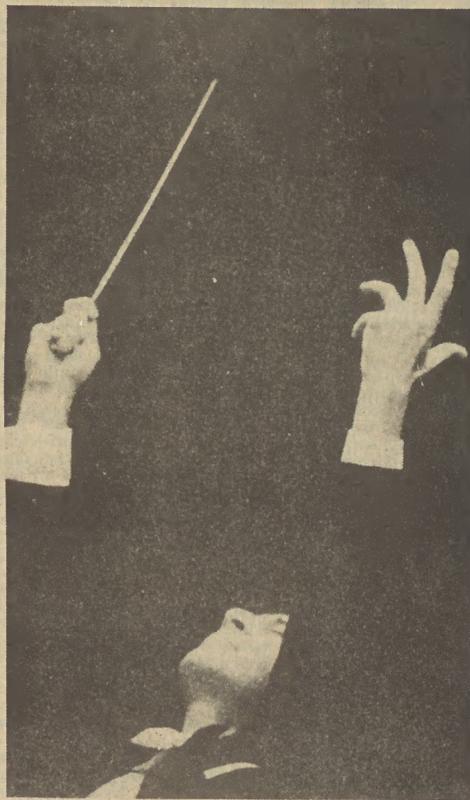
# FESTA DO «AVANTE!»

## MÚSICA CLÁSSICA

Expressão artística profunda enraizada na cultura da humanidade, intimamente ligada ao enriquecimento cultural do homem, linguagem universal, a *música clássica* tem também um lugar na Festa do «Avante!».

Sonegada às grandes massas por políticas obscurantistas e elitistas da burguesia, a música clássica é mais uma das riquezas humanas que as forças progressistas querem entregues ao povo que as criou e forjou.

Festa popular, festa para o povo, a Festa do «Avante!» trará para o ar livre, para os auditórios de milhares de trabalhadores, para assistências que não terão de vestir casacas e vestidos de noite, intérpretes de todo o mundo, intérpretes portugueses para apresentarem, tão livremente como foram criadas, obras dos grandes compositores de todo o mundo.



## FOLK SONG

Termo que designou essencialmente a expressão musical do povo americano, é possível afirmar-se que a *folk song* é simultaneamente um fenómeno de folclore e uma elaboração criativa sobre esse mesmo folclore.

Para os emigrantes brancos europeus que colonizaram a América nos séculos XVIII e XIX, a música dos seus países de origem constituía uma das poucas heranças a conservar das terras que haviam deixado. Erguendo um país novo, as músicas e danças por eles próprios executadas constituíam o quase único divertimento em terras bravias e desabitadas. Cortados da cultura europeia, filhos pobres da Europa aristocrática, o analfabetismo generalizado e a dificuldade de leitura concediam à balada, à canção com texto, um importante papel como narrador de notícias e

experiências. O papel da balada americana nas lutas dos trabalhadores, como elemento de agitação e de consciencialização foi pioneiro e fez escola.

Mantendo características instrumentais e corais, fundindo-se e recebendo a influência da tradição musical negra americana, especialmente após as grandes lutas da década de 60 em que o racismo e a segregação se viram atacadas por forças progressistas de americanos de todas as raças, a *folk song* influenciou profundamente a canção política em todo o mundo.

Teremos, pela voz de intérpretes ao serviço da luta e da fraternidade dos povos, a *folk song* na Festa do «Avante!».

# AS IDEIAS E O TRABALHO NA FESTA DO «AVANTE!»

Existe a preocupação de discutir todos os aspectos relacionados com a Festa em todos os organismos do Partido, a fim de poder tirar-se o melhor proveito possível dessas discussões e levar à prática as muitas ideias que vão surgindo

Trocando impressões com um camarada da DORL pudemos obter alguns elementos significativos acerca do trabalho a nível da Organização do Distrito de Lisboa, para a Festa do «Avante!».

Como em outras Organizações Regionais, foi criada pela DORL uma Comissão Distrital virada para as tarefas de organização da Festa. Nas Comissões Concelhias e principais empresas foram também constituídas Comissões que têm ajudado muito à mobilização para os trabalhos, se bem que seja ainda necessário levar à discussão em muitos organismos do Partido a sua contribuição para a grande jornada de Setembro, na FIL.

Organização e propaganda são aspectos fundamentais do trabalho a levar por diante. Organização para a distribuição das tarefas e sua coordenação, propaganda para que de facto a Festa possa alcançar não só o interior do Partido mas sobretudo a grande massa dos trabalhadores, trazê-los ao convívio e à participação numa realização que se quer (e se conseguirá que seja) a nível nacional e mesmo internacional.

A Informação e Propaganda da DORL trabalha na feitura de um autocolante alusivo à Festa, cujo desenho inspirará um grande painel a ser colocado na fronteira do Centro de Trabalho instalado no antigo Hotel Vitória. Pensam os camaradas que, por ser um ponto de passagem dos mais concorridos da cidade, a colocação ali de um grande painel apelando para a

Festa do «Avante!» terá grande impacto.

Como iniciativas de propaganda que irão brevemente ser passadas à prática podemos ainda referir que a célula dos artistas de espectáculos vai iniciar todo um programa composto de pequenos números de teatro a representar nas zonas de maior circulação, onde simultaneamente será dinamizada a venda da EP. A este respeito soubemos que mais de vinte mil cupões foram já distribuídos na organização do distrito e que têm encontrado bom acolhimento.

A venda processa-se deste modo a um bom ritmo, sendo no entanto de referir algumas dificuldades surgidas: nota-se uma certa falta de propaganda fora dos limites do nosso jornal, segundo os camaradas, e assim pensa-se dinamizar melhor essa propaganda, melhorando também as explicações sobre pormenores técnicos. De facto não é a primeira vez que se registam enganos — um camarada que ao vender a EP esquece retirar o talão para o entregar à organização, outro que acaba por não o entregar a tempo. Explicar o que é a EP, o seu papel na contribuição para os fundos do Partido e as vantagens que a Entrada Permanente dá ao seu possuidor, deve ser objecto de constante propaganda e esclarecimento nos locais de trabalho.

Existe também a preocupação de se discutir todos os aspectos relacionados com a Festa em todos os organismos do Partido, a fim de poder tirar-se o melhor proveito possível dessas discussões e de levar à

prática ideias que vão surgindo e de resolver problemas que certamente se levantam.

Gostaríamos de poder divulgar aqui muitas das ideias que encontraram já a sua concretização, e fá-lo-emos apenas em parte. Cada organização, cada camarada traz às vezes consigo montes de ideias e quase todos se batem pela procura da melhor, que possa dar um cariz de originalidade à nossa Festa. Por outro lado muitas organizações são ciosas de certas surpresas que não revelam. Estabelece-se deste modo um clima de fraternal emulação, todo o trabalho entra numa espécie de fase competitiva, cada um procurando fazer melhor. Não há dúvida de que o dia 24 de Setembro promete muito mais do que poderíamos esperar. Nesse primeiro dia da Festa muitas surpresas nos serão finalmente reveladas!

O nosso plano de continuarmos, porém, a abordar alguns organismos do Partido, procurando trazer a público algo do que virá a ser a grande realização popular e cultural do ano, irá para a frente. E hoje revelaremos mais um pouco, limitando-nos ao Distrito de Lisboa. Regista-se uma boa mobilização em alguns concelhos onde se tem avançado para a constituição de comissões específicas da Festa e para reuniões alargadas de discussão sobre a mesma. E para o próximo fim-de-semana um «contingente» de cinquenta camaradas vão dar início aos trabalhos de montagem nas instalações da FIL, o que dá uma ideia da antecedência com que se prepara uma realização deste tipo. E não é sem

tempo, como se costuma dizer, pois que, além das grandes empresas cujas células estão representadas num vasto e bem visível sector do grande pavilhão, será necessário preparar as instalações de sectores profissionais, de organizações locais em que se exporão aspectos da vida do Partido antes e depois do 25 de Abril. Lembramos a Freguesia de Carnaxide que nos mostrará o que eram os bairros de lata e as novas construções da área, numa exposição sobre o problema da habitação.

Não podemos deixar de

contarmos publicar o que os camaradas da comissão para a Festa da célula da Sorefame nos quiserem revelar. Entretanto, adiantamos desde já que nos foi dado observar alguns trabalhos em alumínio anodizado, placas com reproduções a cores, emblemas...

Ainda a realizar pela DORL, uma exposição que abarca os problemas mais prementes da situação actual, o papel dos comunistas no que já foi levado a efeito nos vários domínios e as propostas que os comunistas fazem nesses campos, sobre questões do Ensino, Transportes, Habitação, Saúde e Assistência, Informação, Preços e Salários, problemas da Mulher e ainda sobre aspectos da Constituição — um documento para o qual nunca é demais chamar a atenção dos trabalhadores e do povo, pois que aí se encontram consagradas as suas mais valiosas conquistas.

A Festa representará um esforço muito concreto virado para aspectos muito concretos da nossa realidade.

## REGULAMENTO DOS SORTEIOS

A REALIZAR EM 31/7, 31/8 e 25/9/76

PARA ATRIBUIÇÃO DE BRINDES AOS PORTADORES DE ENTRADAS PERMANENTES «EP»

- Os sorteios realizar-se-ão na Feira Internacional de Lisboa — Praça das Indústrias — Lisboa, às 23 horas de cada um dos dias indicados, salvo alteração por motivo de força maior, a anunciar no jornal «Avante!» com a maior antecedência possível.
- Somente os portadores de Entradas Permanentes — EP têm direito a participar nos três sorteios dos brindes e desde que os respectivos talões dêem entrada nos serviços centrais da Festa do Avante-Feira Internacional de Lisboa, até uma hora antes da hora marcada para o respectivo sorteio.
- Todos os talões cuja entrada nos serviços centrais se tenha verificado nas condições da norma n.º 3, serão colocados num recipiente e convenientemente misturados de modo a que os respectivos números não fiquem visíveis.
- A extracção dos talões do recipiente onde se contiverem será feita pelas pessoas da assistência que para tal se queiram oferecer, a pedido da organização, até ao limite de dez pessoas.
- Os números premiados serão publicados no jornal AVANTE.
- Os brindes serão entregues contra a apresentação da EP premiada, após identificação do portador que passará o competente recibo.
- O direito de receber os brindes prescreve 90 dias após a realização do sorteio respectivo.
- O facto de ter sido premiada num sorteio não retira à EP respectiva o direito de participar nos restantes sorteios.

São os seguintes os brindes a que se habilitam todos aqueles que já compraram EP's para a Festa do «Avante!». Esta lista diz respeito ao 1.º Sorteio. Mas ainda haverá mais dois, com outros prémios. Compra já a tua EP! Habilita-te aos brindes:

- |      |        |   |   |
|------|--------|---|---|
| 1.º  | Brinde | — | Uma mobília de sala no valor de 32 mil e quinhentos escudos                       |
| 2.º  | «      | — | Uma televisão portátil no valor de nove mil e duzentos escudos                    |
| 3.º  | «      | — | Um gira-discos no valor de quatro mil e setecentos escudos                        |
| 4.º  | «      | — | Uma bicicleta no valor de dois mil e oitocentos escudos                           |
| 5.º  | «      | — | Um aparelho de rádio no valor de dois mil e duzentos escudos                      |
| 6.º  | «      | — | Um aparelho de rádio no valor de dois mil e duzentos escudos                      |
| 7.º  | «      | — | Livros no valor de dois mil e quinhentos escudos                                  |
| 8.º  | «      | — | Livros no valor de dois mil escudos   |
| 9.º  | «      | — | Livros no valor de mil e quinhentos escudos                                       |
| 10.º | «      | — | Livros no valor de mil escudos  |
| 11.º | «      | — | Livros no valor de quinhentos escudos   |
| 12.º | «      | — | Um assinatura da Revista Internacional (12 números) no valor de duzentos escudos  |
| 13.º | «      | — | Uma assinatura da Revista Internacional (12 números) no valor de duzentos escudos |
| 14.º | «      | — | Uma assinatura da Revista Internacional (12 números) no valor de duzentos escudos |
| 15.º | «      | — | Uma assinatura da Revista de Economia (10 números) no valor de duzentos escudos   |
| 16.º | «      | — | Uma assinatura da Revista de Economia (10 números) no valor de duzentos escudos   |
| 17.º | «      | — | Uma assinatura da Revista de Economia (10 números) no valor de duzentos escudos   |
| 18.º | «      | — | Uma assinatura do «Avante!» no valor de duzentos escudos                          |
| 19.º | «      | — | Uma assinatura do «Avante!» no valor de duzentos escudos                          |
| 20.º | «      | — | Uma assinatura do «Avante!» no valor de duzentos escudos                          |

# SEMANA

## REFORMA AGRÁRIA

### UNIR OS TRABALHADORES DEFENDER A REFORMA AGRÁRIA

Várias vezes temos afirmado — e nunca é de mais repetir — que a Reforma Agrária constitui uma das conquistas fundamentais da Revolução Portuguesa.

Pela primeira vez nos campos do Alentejo e Sul do Ribatejo se alteraram profundamente as relações de produção, deixando de haver exploração do homem pelo homem, desaparecendo o desemprego, produzindo-se em benefício da economia nacional. Com a formação de Cooperativas e de Unidades Colectivas de Produção, trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores, unidos e organizados, avançaram decididamente na emulação do trabalho como o bem social, com uma dedicação e consciência de classe que não conhece horários de trabalho nem dias de folga.

A Reforma Agrária assim o exigia e os trabalhadores do campo mostraram saber assumir as suas responsabilidades e ultrapassar dificuldades que não foram nem são pequenas.

Todavia, a reacção não desarma. Fortalecidos pelos apoios encontrados aos mais diversos níveis do poder político e económico, os antigos grandes senhores da terra lançaram-se no ataque à Reforma Agrária. Utilizam os métodos que melhor servem aos seus objectivos e um deles é, sem dúvida, o aproveitamento da acção dos esquerdistas.

Com efeito, quando os grupos pseudo-revolucionários esquerdistas procuram arrastar os trabalhadores das unidades colectivas para reivindicações irrealistas, fomentam a divisão e fragmentação dessas unidades, atacam os trabalhadores que ocupam cargos de direcção e gestão, mais não fazem que favorecer as forças reacionárias.

Se os trabalhadores rurais, iludidos com vantagens imediatas, permitissem a desagregação das cooperativas e unidades colectivas estariam a condenar à morte todo o trabalho realizado e conquistas alcançadas, voltando, num breve prazo, à antiga vida de miséria e opressão.

Permitir que os esquerdistas levem para dentro das herdades da Reforma Agrária formas de acção próprias de uma empresa capitalista seria abrir as portas aos agrários que, logo que os trabalhadores estivessem desunidos e, portanto, enfraquecidos, voltariam a dominar e explorar.

Combater a acção divisionista dos grupos esquerdistas, desmascará-los e esborçar as suas práticas do seio dos trabalhadores é, pois, uma tarefa de quantos se encontram empenhados na defesa e consolidação da Reforma Agrária. Porque combater tais práticas é combater simultaneamente a reacção, os grandes agrários, únicos beneficiários da divisão dos trabalhadores.

A Reforma Agrária não pode perder-se. Defendê-la é defender uma conquista fundamental da Revolução. Estar alerta contra todos os perigos que a espreitam é um dever de todos os trabalhadores.

## LEI DO ARRENDAMENTO RURAL É PARA SE CUMPRIR

**A Lei do Arrendamento Rural é uma importante conquista das massas trabalhadoras. Dá-la a conhecer a todos os rendeiros é uma tarefa imperiosa**

A aplicação da Lei do Arrendamento Rural actualmente em vigor representa a garantia de estabilidade e segurança social do rendeiro e, também, dos justos direitos dos senhorios.

Todavia, a grande maioria dos senhorios ricos não só se tem negado ao cumprimento da lei como se tem "esforçado" para a deturpar e mesmo impedir que ela se torne do conhecimento dos rendeiros. Por outro lado, a acção das entidades responsáveis nada tem contribuído para que o consagrado na lei seja levado à prática.

É assim que, malgrado a obrigatoriedade do contrato de arrendamento escrito — medida que vem pôr termo a situações profundamente injustas, em que os rendeiros estavam sempre dependentes dos proprietários da terra — até à data apenas 20 por cento dos senhorios o tenham feito. Cabe aqui recordar que, para além dos 8 meses concedidos pela lei para os senhorios fazerem o contrato escrito, o Ministério da Agricultura lhes concedeu, com todos os prolongamentos que tem havido, mais sete meses — o que perfaz um total de quinze meses! Tempo mais do que suficiente para se cumprir a lei, como se pode verificar.

Perfeitamente justa, portanto, a exigência dos rendeiros para que não se consinta nem mais um adiamento do prazo, pois essas prorrogações alargam sempre o campo de manobra dos ricos e absentistas, que se servem da máquina dos tribunais e advogados desonestos e das influências caciquianas, para exercerem pressões e violências contra os caseiros.

De salientar que, conforme se conclui do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 201/75, é o senhorio que tem a obrigação de reduzir o contrato a escrito e não o rendeiro.

deturpações por parte dos donos da terra, na mira de enganar os rendeiros — enquanto a antiga legislação do arrendamento permitia que os senhorios arrendassem apenas uma parte do prédio rústico e reservassem para si algumas culturas (normalmente as consideradas de maior rendimento), a actual lei estabelece que o contrato engloba tudo o que estiver preso ao solo, incluindo os edifícios considerados neces-

sários à exploração agrícola: armazéns, estábulos, pocilgas e edifícios habitacionais.

Desta forma, é completamente legal o facto de alguns senhorios estarem a exigir o pagamento, em separado, de edifícios existentes no solo alugado. Cabe aos rendeiros desmascarar tais indivíduos e exigir a sua punição.

A lei do Arrendamento está em vigor. É preciso exigir o cumprimento da lei.

## ASSEMBLEIA POPULAR DE GONDOMAR

**Os trabalhos do II Plenário da Assembleia Popular de Gondomar prosseguem no sábado**

Representantes de 34 organizações de base participaram nos trabalhos do II Plenário da Assembleia Popular de Gondomar, que decorreram no ginásio da Escola Industrial e Comercial daquela localidade. Como convidados estiveram presentes membros do Movimento de Intervenção de Saúde (MIS) e do FAOJ.

Os problemas que mais vivamente interessaram os participantes foram o aumento do custo de vida e a falta de géneros, bem como a situação da mulher, da criança e dos reformados.

«É necessário — afirmou um dos presentes — integrar as mulheres na vida social e na discussão dos problemas do dia-a-dia, até porque elas são mais de metade da população portuguesa». A quase ausência de mulheres no plenário comprovou de facto que é preciso modificar o seu estatuto na sociedade, tendo como objectivo colocá-las em igualdade de circunstâncias com o homem. A propósito, um dos intervenientes observou: «Temos de ser nós a dar o exemplo e a discutir em casa todos os problemas para, depois, podermos ter as nossas companheiras junto de nós em todos os plenários ou reuniões; se elas agora ainda não se encontram mobilizadas para as tarefas do movimento

popular a culpa é em parte nossa».

A situação dos reformados, que ainda não mereceu das autoridades governamentais a atenção que lhe é devida, foi amplamente discutida, tendo sido apontada a discriminação a que têm sido votados milhares de homens e mulheres, outrora activos e presentemente sujeitos a subsídios de miséria.

Sobre a organização popular, tema que iniciou os trabalhos, reconheceu-se a necessidade da realização de sessões de esclarecimento e outras reuniões, como medida indispensável para a

mobilização activa e constante das massas trabalhadoras.

Os trabalhos prosseguem no próximo sábado para discussão dos temas relacionados com a administração local. Serão igualmente analisados os seguintes pontos: organizações populares e a dinamização desportiva, cultural e recreativa; problemas dos trabalhadores e lei do arrendamento.

Por fim, será eleito o Secretariado da Assembleia Popular de Gondomar e aprovada a proclamação final deste II Plenário.

## FALECEU UM CAMARADA

Faleceu na passada segunda-feira o nosso camarada António dos Santos, velho militante do movimento operário e da resistência antifascista, que após o 25 de Abril se dedicou com toda a sua capacidade e saber à luta pelo fortalecimento do PCP e pela consolidação da democracia portuguesa.

Pertenceu, durante a clandestinidade, à Juventude Comunista e mais tarde ao Partido. Preso várias vezes pela PIDE, comportou-se sempre com a coragem e

firmeza que caracterizam os verdadeiros comunistas, chegando a ser condenado pelo Tribunal Militar de Santa Clara.

Presentemente, o camarada António dos Santos era membro da célula do PCP da freguesia de S. Vicente, sendo responsável pela Secção de Propaganda e difusão do «Avante!».

Aos familiares de António dos Santos, o nosso colectivo reafirma os sentimentos do seu profundo pesar.

# MARN — FORÇA ORGANIZADA DOS RENDEIROS DO NORTE

**O MARN é já hoje a expressão da vontade de milhares e milhares de rendeiros em luta por uma vida melhor, livres da opressão e exploração**

Surgido como uma necessidade imperiosa de organização e defesa dos interesses dos rendeiros do Norte, o MARN é hoje um grande movimento. Como objectivo fundamental propôs-se a união de todos os rendeiros, a união de todos os pequenos e médios agricultores, a união com os trabalhadores rurais do Norte.

Mais que qualquer outro o MARN tem lutado pelo cumprimento da Lei do Arrendamento Rural, no essencial justa e favorável aos que trabalham a terra. Mais que qualquer outro o MARN tem lutado contra a prepotência e arbitrariedades dos senhorios, claramente dispostos a ignorar a legislação em vigor e prosseguir a exploração de uma classe até agora tão desprezida como a dos rendeiros.

O «Avante!» ouviu representantes do Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte. Das suas palavras, fica-nos a certeza da sua firme disposição de prosseguirem na defesa intransigente dos seus direitos estabelecidos na Lei e consagrados na actual Constituição Portuguesa.

«AVANTE!» — Tem-se assistido nos últimos tempos a uma grande mobilização por parte dos rendeiros, sobretudo a Norte do País e desde que existe o MARN. Gostaríamos que fizessem um breve resumo da vossa actividade, nos dissessem como é que conseguiram mobilizar os rendeiros, que fazem parte de uma camada bastante dispersa, habituada a um certo isolamento, e quais os resultados positivos do vosso trabalho.

MARN — A mobilização dos rendeiros iniciou-se com a realização de uma série de reuniões locais, em que se fez notar a necessidade da classe se organizar para defender os seus interesses e em especial a Lei do

Arrendamento Rural, atacada desde o início pelos grandes senhores do capital.

No início, antes da formação do MARN, este trabalho junto dos rendeiros estava a ser feito através das «Ligas Agrárias», mas estas nunca conseguiram grande coisa devido ao boicote dos técnicos que nelas trabalhavam. Podemos mesmo citar o caso de alguns rendeiros que foram pedir auxílio ao SADE e não só não foram apoiados convenientemente como tiveram problemas e despesas maiores.

Como verificámos que através das Ligas não conseguíamos o apoio de que carecíamos — porque o rendeiro é pobre, não tem dinheiro para se defender do senhorio e porque, por outro lado, se não conseguíamos arranjar um advogado honesto e capaz éramos levados, enganados, — surgiu a iniciativa de formação do MARN.

O MARN tem tido o apoio de diversos advogados, veterinários, regentes agrícolas, que têm desenvolvido um trabalho intensivo no esclarecimento e defesa dos interesses dos rendeiros. Sempre que surge algum problema e é pedida ajuda ao MARN os nossos técnicos acompanham o caso do princípio ao fim, se necessário, até ao tribunal.

O trabalho realizado tem sido muito intenso, muito sério, muito honesto e muito duro, mas orgulhamo-nos de poder dizer que até à data os senhorios ainda não conseguiram levar a melhor. Se bem que haja muito por fazer, o facto é que já existem alguns contratos de arrendamento passados a escrito, como manda a lei e continuamos a avançar.

Penso que podemos afirmar que, se não existisse o MARN, se não existisse este grande movimento, não haveria Lei do Arrendamento no Norte. Hoje o MARN tem um peso muito maior do que se possa pensar. Se nos perguntarem quantos sócios temos, não sabemos dizê-lo, porque não nos interessa formar uma sociedade. Interessam-nos mais saber que somos um grupo de pessoas que lutam pelos interesses dos rendeiros; tornarmos-nos num sociedade seria arranjar despesas; assim, o esforço é de todos e se uns podem dar mais um bocadinho outros darão menos e todos beneficiam dos mesmos direitos. Mais tarde, se a formação de uma sociedade for viável, então pensaremos nisso.

«AVANTE!» — Para além das conquistas alcançadas, o MARN está a tornar-se numa experiência de organização muito importante no Norte. Vamos pensar — com um pouco de optimismo — que a

Lei do Arrendamento Rural é totalmente cumprida. O MARN desaparecerá?

MARN — Não há qualquer interesse no desaparecimento do MARN, pois ele interessa aos rendeiros, aos pequenos e médios agricultores, à Reforma Agrária.

Para além disso, uma vez cumprida a Lei do Arrendamento outros problemas surgirão, pois os grandes senhores do capital não vão desistir facilmente. Se não nos pegarem por uma coisa pegarão por outra, e se o MARN desaparecesse eles estariam muito mais à vontade e nós, os rendeiros, completamente desprotegidos.

Mas muito há ainda a fazer para que se cumpra a Lei do Arrendamento Rural. Por exemplo, não se justifica que as acções de despejo sejam tratadas em tribunal, pois se existe uma Comissão Arbitral para resolver esses casos — como aliás está

previsto na Lei — não se justifica que os mesmos sejam tratados através do Ministério da Justiça, como se os rendeiros que trabalham as terras (que os senhorios lhes querem tirar) fossem alguns criminosos. É mesmo devido a este motivo que muitos rendeiros têm medo de exigir o cumprimento da Lei, dado que quando o fazem lhes é logo movida uma acção em tribunal.

Parece-nos que os problemas do campo deverão ser resolvidos com os que trabalham a terra e não nos gabinetes, pois a maior parte desses senhores do Governo podem saber muito de secretaria mas da terra só sabem comer o que ela dá.

Por tudo isto o MARN não desaparecerá. Muito pelo contrário, será necessário fortalecê-lo e desenvolvê-lo, pois o MARN é a força dos rendeiros unidos e organizados.

## RENDEIROS DE FAFE DEBATEM PROBLEMAS

O I Encontro de Rendeiros de Fafe constituiu uma expressiva manifestação da vontade daqueles trabalhadores agrícolas em lutarem pela defesa dos seus interesses e pelo cumprimento da Lei do Arrendamento Rural, que já está em vigor.

Cerca de 900 rendeiros da região encheram por completo o salão do quartel de bombeiros locais a fim de participarem na reunião previamente convocada pelo Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte (MARN).

No decorrer da reunião, dirigida por António de Sousa e Albino Teixeira, ambos do secretariado do MARN, foram

debatidos aspectos do Decreto-Lei n.º 201/75, nomeadamente a redução a escrito do contrato de arrendamento, o fim da parceria agrícola, o pagamento das rendas em dinheiro e as benéficas.

O boicote dos senhorios aos descontos para a Previdência rural foi condenado em diversas intervenções. Por seu turno, um dos agricultores presentes reclamou medidas governamentais que minimizem os prejuízos dos pequenos e médios agricultores devido à seca. Foi reivindicado igualmente a colocação dos organismos oficiais ao serviço dos camponeses.



Um jovem atleta português, Carlos Lopes, acaba de alcançar nos XXI Jogos Olímpicos um magnífico resultado, ao classificar-se em 2.º lugar na prova dos 10 mil metros e conquistando assim uma medalha de prata. Já um galardão idêntico havia sido obtido, dias antes, por outro representante nacional, o atirador Armando Marques, mas o êxito de Carlos Lopes, dada a expectativa que se havia criado à sua volta, teve um significado especial. Foi um prémio merecido para o voluntarioso e simpático corredor português, e que igualmente premia a equipa técnica que o apoiou e todos aqueles que, através das condições de preparação propiciadas aos atletas portugueses, facilitaram a obtenção de resultados superiores aos conseguidos nos anteriores Jogos Olímpicos. Mas as competições de Montreal têm revelado outros motivos de interesse, nomeadamente o grande sucesso da participação dos atletas dos países socialistas, cujas classificações globais têm amplamente superado as dos países capitalistas. E não se diga que a política nada tem a ver com desporto... Deste assunto falaremos proximamente, ainda em relação com as Olimpíadas.

## PATRÃO AGRIDE TRABALHADOR

Foi agredido pelo proprietário da firma «Justina», o camarada Armando Francisco da Silva, polidor, que recebeu tratamento aos ferimentos no Hospital S. João do Porto. O espancamento verificou-se na tarde do passado dia 21. Na manhã desse dia, aquele trabalhador comunista havia sido punido com três dias de suspensão pelo patrão, que alegou «baixa de produção».

Recorrendo à agressão e

aos castigos arbitrários este, como outros patrões, procura impedir e dificultar a organização e a luta dos trabalhadores. Contudo, tal como a repressão não impediu a luta durante o fascismo nem o 25 de Abril, também a repressão e a violência do patronato reacccionário não serão agora suficientes para impedir a organização, a luta e a vitória final dos trabalhadores.

economia  
**EC**

VITAL  
MOREIRA

**A CONSTITUIÇÃO  
E A POLÍTICA  
ECONÓMICA**

## FEIRA DE SANTIAGO TRADIÇÃO RENOVADA

Conforme estava previsto foi inaugurada no passado sábado dia 24, em Setúbal, a Feira de Santiago. Frequentada por milhares de pessoas, esta realização tradicional do concelho contou, para além de muitos pavilhões de divertimentos e comerciais, com a participação de stands de livros, em representação muito mais pequena que a do ano anterior. De destacar o pavilhão das Edições «Avante!», como sempre visitado com interesse.

Uma exposição sobre actividades teatrais, uma outra sobre a organização e as lutas dos trabalhadores do concelho, levada a efeito pelo Secretariado das Comissões de Trabalhadores, e muitas outras iniciativas lembravam aos visitantes o quanto é diferente esta Feira das de outros tempos.

De salientar o notável trabalho das camaradas da organização concelhia do PCP, que se apresentaram com um grande stand, extraordinariamente frequentado. Num vasto espaço reservado a uma exposição de cartazes alegóricos à história das lutas não apenas do nosso mas também de outros povos, podíamos ver uma bem documentada exposição sobre o «Avante!», na qual estava incluído o Primeiro número saído na clandestinidade! E, ali perto, uma tipografia que fez parte do aparelho clandestino da imprensa do Partido, era manejada pelo camarada

Manuel Gonçalves, militante veterano, por cujas mãos tantas vezes passaram aqueles materiais, caracteres tipográficos, rolos de impressão. O camarada trabalhava silenciosamente, fazendo-nos recordar tempos duros e virando-nos para a luta pela consolidação da democracia e pela conquista de dias melhores.

Ainda no pavilhão do Partido, um centro de vendas, bastante concorrido, mostrava, a par de materiais políticos e de folhetos que eram distribuídos, toda uma série de bugigangas, emblemas e outros materiais, revertendo o produto da sua venda para os fundos do Partido. O pavilhão dispunha ainda de uma espaço reservado ao convívio onde os camaradas dispuseram mesas e cadeiras, permitindo aos visitantes petiscar e descansar um pouco trocando impressões com responsáveis da organização que, sempre presentes, atendiam com esclarecimentos todos os que ao visitar o stand do Partido Comunista Português vinham no sentido de saírem de lá mais ganhos para a compreensão dos problemas que se põem aos trabalhadores portugueses.

No dia seguinte ao da inauguração da Feira, domingo passado, um Canto Livre animou a noite.

A Feira virá a findar no dia 6 do próximo mês — duas semanas de alegria e convívio populares em Setúbal.

## APROVEITAR O EXEMPLO DA FESTA DE MALPICA

Em Malpica do Tejo, no distrito de Castelo Branco e a poucos quilómetros da fronteira espanhola, todos os anos se realiza a festa de S. Domingos, que vai de 3 a 6 de Agosto, e que regista grande afluência, tanto da gente da terra como das povoações próximas.

No ano passado, e pela primeira vez, a comissão de festas para além de ter apresentado à população um lucro de 48800\$00 — nunca visto antes — teve também a preocupação de tornar públicas as contas das despesas e das receitas, bem discriminadas, para que todos pudessem ver o que se tinha gasto e o que rendera a festa.

E foi um espanto. Pela primeira vez o povo de Malpica via como fora antes intrujado e que desta vez o dinheiro não desaparecia misteriosamente (nos anos anteriores, as comissões que estiveram a organizar as festas ou afirmavam que dera prejuízo ou então apresentavam lucros ridículos que depois eram entregues como donativos) podendo constatar que as despesas feitas e discriminadas no papel afixado em lugares públicos

correspondiam à verdade.

Foi assim em 1975. E a comissão daquele ano empregou o dinheiro no melhoramento da terra, arranjando o largo onde as festas se realizam e transformando uma vereda, na qual as pessoas mal podiam passar, numa estrada larga onde um camião não ficava apertado, estrada essa que também vai dar ao largo da festa.

Numa altura em que quase todas as aldeias por este Portugal levantam arraiais e os foguetes começam a estrear para comemorar a sua festa anual, o exemplo de Malpica deve ser recordado e seguido por todos, para que os lucros que a maior parte das festas de província onde isso sucede não caiam em saco roto, beneficiando uma meia dúzia de parasitas, mas sirvam os verdadeiros interesses das populações contribuindo para o melhoramento das povoações e dos seus habitantes.

Cabe às populações defenderem os seus interesses para que a injustiça e a exploração desapareçam definitivamente do nosso país. Malpica é um exemplo.

## FESTA DE VERÃO EM TORTOSENDO

Aproveitando a época de Verão, quando muitos emigrantes vêm de férias ao seu país natal, a organização do PCP de Tortosendo realiza no próximo dia 14 de Agosto uma grande festa — a Festa de Verão — aproveitando para isso o pavilhão do Clube Unidos.

Desejando um convívio franco entre militantes e simpatizantes comunistas, que

estará aberto a todos os democratas antifascistas, está prevista uma sessão de canto livre, baile com conjunto, e ainda outras iniciativas.

É intenção dos organizadores integrar na festa as cooperativas de Malpica e S. Gonçalo. Entretanto, e segundo informaram, não faltarão o caldo verde e a sardinha assada.

## TEATRO PARA O POVO

Começou em 15 do corrente o I Festival de Teatro, promovido pelo Centro Cultural de Setúbal, nesta cidade. Organizado e apoiado pelo teatro de Animação de Setúbal (TAS), pelo Secretariado de Estado da Cultura, pela Comissão de Cultura e Recreio da Câmara Municipal de Setúbal, pelo Inatel e pelo Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ), o Festival constitui uma iniciativa que tem tido entre a população do concelho uma ampla divulgação, e encontrou um interesse e uma participação notável.

Todas as noites, num pequeno largo da cidade, o Sapalinho, um espectáculo teatral é levado à cena, perante as duas a três centenas de espectadores que não deixaram nunca de

comparecer e assistir, por um preço verdadeiramente popular, dez escudos, a teatro de qualidade, trabalho a que muitos grupos cénicos têm dedicado o melhor do seu esforço. Até à data apresentaram-se perante o público setubalense o Teatro Experimental do Porto, a Seiva Trupe, também do Porto, o Teatro Cultural de Évora, o Teatro de Animação de Setúbal, o Grupo de Teatro de Campolide, o Centro Cultural das Caldas, os Cómicos e os Boneceiros.

O Festival continua. Até 5 de Agosto. Uma iniciativa cujo impacto cultural não se irá apagar tão depressa e que nos faz pensar que há mais cidades pelo país fora à espera de visitas destas. Os organizadores e participantes pensam decerto o mesmo.

# O CAMARADA VÍTOR LOURO ENTREVISTADO PELO «AVANTE!»

Tentativas de ingerência na vida das Cooperativas e da sua desagregação interna e externa; utilização de condicionantes económicas e técnicas para limitar a liberdade das Cooperativas; tentativas múltiplas e mais ou menos subtis de recuperação capitalista – eis alguns dos principais perigos que ameaçam a Reforma Agrária, pormenorizadamente referidos por Vítor Louro em declarações ao «Avante!»

Como várias vezes temos afirmado a política dos comunistas é a mesma dentro e fora do Governo: uma política de defesa dos interesses dos trabalhadores. Ao terminar a sua actividade como Secretário de Estado do VI Governo provisório o camarada Vítor Louro presta contas do trabalho realizado. E fala-nos de importantes problemas como o crédito agrícola, as expropriações, o aumento da produção e da área cultivada, a lei do Arrendamento Rural. Fala-nos também dos principais riscos que ameaçam a consolidação e o prosseguimento da Reforma Agrária, que é preciso enfrentar com unidade, organização e firmeza, ao mesmo tempo que desmascara as falsidades e as calúnias da reacção e dos seus porta-vozes.

“AVANTE!” — Ao terminar a acção dos comunistas na Secretaria de Estado da Estruturação Agrária, gostaríamos que fizesse o ponto em que ficam alguns dos principais problemas para os quais tivemos um trabalho particularmente dedicado.

V.L. — Começemos por falar nas áreas expropriadas. Encontram-se expropriadas cerca de 650 mil hectares de terras, estando mais 280 mil hectares a aguardar a assinatura do ministro ou simplesmente a publicação no “Diário da República”. Isto significa que chegaremos a cerca de 930 mil hectares expropriados, quando é certo que estão ocupados cerca de 1 100 mil, ou seja, ficam a faltar menos de duzentos mil hectares para expropriar, de tudo aquilo que está ocupado. Todavia, nós estimamos em cerca de 1 600 mil hectares a área expropriável.

O avanço realizado parece-nos importante porque torna as situações mais sólidas, menos reversíveis, o que, só por si, consegue dar muito mais segurança aos trabalhadores agrícolas organizados nas suas cooperativas. Verifica-se, na realidade, em certas cooperativas onde as terras não estão na sua totalidade expropriadas, que subsiste um certo grau de desconfiança relativamente ao futuro.

Outro aspecto em que a acção desenvolvida foi bastante intensa respeita ao crédito agrícola. Bastante intensa apesar das contrariedades surgidas desde o início. Com efeito, o crédito agrícola era inicialmente, quando os comunistas entraram para a Secretaria de Estado, da responsabilidade do Secretário de Estado da Estruturação Agrária, de quem dependia o organismo especializado nessa matéria.

Simplemente, a partir de um despacho do camarada António Bica, que permitia o alargamento do Crédito Agrícola de Emergência para salários, o Ministro da Agricultura chamou a si a responsabilidade do crédito pelo que, a partir de então, o Secretário de Estado se limitou a apresentar os problemas, a informar os processos, o que, mesmo assim, foi muito mais importante do que pode parecer à primeira vista. Embora o sucesso tenha sido relativo. Por exemplo, o crédito esteve totalmente parado entre 19 de Fevereiro e 9 de Junho, durante quatro meses. Quatro meses que foram essenciais para a realização dos trabalhos de sementeira da Primavera e de preparação das colheitas. Esteve parado por responsabilidade exclusiva do ministro que proibiu a partir daquela data, 19 de Fevereiro, a concessão de novos financiamentos para aquisição da maquinaria para as Unidades Colectivas de Produção, a fim de poder organizar todos os processos que já existiam. Esta medida poderia ter sido tomada de outra maneira e, de qualquer modo, não era necessário ter sido tão prolongada, pois que pouco mais de mês e meio ou dois meses após esta decisão existiam já os elementos necessários para se tomarem medidas bem assentes para o futuro.

Portanto, muitas cooperativas viram completamente comprometidas as possibilidades de realização das sementeiras de Primavera na escala que desejavam, e a própria aquisição de maquinaria para as colheitas foi extraordinariamente dificultada, obrigando-as a processos mais ou menos expeditos, totalmente abandonadas à sua sorte.

Além disso, desde meados de 75 que o Instituto de Reorganização Agrária (IRA) solicitou à Caixa Geral de Depósitos — seu financiador habitual — um empréstimo de 1 300 mil contos para fazer face às necessidades previstas para apoio aos pequenos e médios agricultores, às Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção. Em Setembro de 75, sob a responsabilidade do

salientar que o Governo que toma estas medidas é o responsável pelo atraso no pagamento às cooperativas de muito milhares de contos que lhes são devidos pela Junta dos Produtos Pecuários, pela Junta das Frutas, pelo Instituto dos Cereais, por outros organismos de coordenação económica.

É uma característica do funcionamento das relações económicas entre o Estado e

caluniosas orquestradas contra os trabalhadores agrícolas que corajosamente emprenderam a Reforma Agrária e que, trabalhando contra tudo e contra todos conseguiram esta notável realização, sem apoio, pelo menos em tempo oportuno, por parte do aparelho de Estado.

Outro aspecto que importa salientar diz respeito à Lei do Arrendamento Rural que é, insisto em dizê-lo, uma das leis fundamentais da Reforma Agrária. Na realidade, ela interessa a mais de 300 mil agricultores, dos quais a maior parte são pequenos e médios, até agora sujeitos a duras condições de exploração por parte de um injusto regime de arrendamento e de parceria agrícola, finalmente modificado através do Decreto-Lei 201/75.

As tentativas de aniquilar esta importantíssima lei têm sido numerosas, mas por isso mesmo e porque ela corresponde no essencial aos interesses dos rendeiros, tem-se verificado uma consciencialização cada vez maior destes últimos, acompanhada pela sua organização para a defesa da Lei do Arrendamento. De tudo isto resulta que, dos cerca de 300 mil contratos que se esperava serem passados a escrito apenas cerca de 50 mil se encontram neste momento nessas condições. Contudo, a partir de 27 de Julho, os senhorios que não legalizaram os contratos de arrendamento serão responsabilizados por isso e sofrerão as sanções previstas na lei.

## ESTAR ALERTA PARA DEFENDER A REFORMA AGRÁRIA

“AVANTE!” — De forma muito sucinta, do ponto da situação em que fica a Reforma Agrária — que nos parece não ser necessário desenvolver mais, porquanto todos estes aspectos têm vindo agora a um pouco mais frequentemente ao público — importa fazermos uma reflexão sobre os perigos que encontra no seu avanço, a partir de agora. Alguns deles, aliás, já claramente desenhados desde os últimos meses. O que tens a dizer sobre isto?

V.L. — Analisando o panorama que se apresenta, considero que existem três espécies de problemas com que se irá defrontar o avanço e consolidação da Reforma Agrária. Em primeiro lugar, as tentativas de ingerência na vida das cooperativas, e de desagregação interna e externa das mesmas. Por outro lado, a utilização de condicionantes económicas e técnicas para cercar a liberdade das mesmas cooperativas. Por último, tentativas múltiplas da recuperação capitalista da Reforma Agrária.

Começando pela ingerência e desagregação das cooperativas, podemos afirmar que estão em marcha algumas

medidas neste sentido. Por exemplo, a resistência oposta até agora ao reconhecimento de Unidades Colectivas de Produção. Estas Unidades que representam estádios mais evoluídos do associativismo agrícola, largamente vantajosos para o

concessão de crédito são de tal maneira graves que não podemos dissociar esta questão dos objectivos políticos que a provocam. Tentativas houve já de através da concessão de créditos se obter um certo controlo das cooperativas. Por exemplo, a que o Ministério pretendeu

assistência técnica prestada pelo aparelho de Estado que pode condicionar fortemente o êxito da produção ao nível da própria descapitalização das Unidades Colectivas de Produção, onde o problema se põe com mais acuidade.

Tem-se assistido a um suceder de despachos ministeriais mandando devolver, aos anteriores proprietários, gados, máquinas, receitas provenientes de colheitas, mandando fazer o pagamento coercivo de dívidas dos agrários a partir dos fundos já realizados pelas cooperativas, etc. Isto é extraordinariamente importante porque se faz a descoberto de quaisquer medidas legais e contra as mais elementares normas técnicas, mesmo em termos estritamente capitalistas. Quando se está a mandar devolver aos agrários, que são os responsáveis pela sistemática exportação de capitais a partir do sector da agricultura, dinheiro que já não foi realizado sob a sua responsabilidade mas sim sob a dos trabalhadores, está a diminuir-se o volume de capital circulante, e capital de exploração da empresa, ao mesmo tempo que não se lhe está a fornecer, pela via do crédito, uma importância que compense aquela.

Deste modo, está a prosseguir-se, agora sob os auspícios do aparelho de Estado, a descapitalização do sector agrícola, e a comprometer financeiramente a possibilidade da realização dos trabalhos necessários às culturas do próximo ano.

As situações que atrás referi surgem bastante agravadas pela política seguida no Ministério, de saneamento de técnicos progressistas da zona de Reforma Agrária, atraindo-os simplesmente para a cidade, para os gabinetes. Tememos que haja tendência para prosseguir com essas medidas que atingiram em Abril passado cerca de 40 técnicos e que depois têm atingido esporadicamente um ou outro. Os resultados da substituição desses técnicos por outros comprometidos com o antigo regime, inclusivamente, estão bem à vista, pois os atrasos na elaboração dos trabalhos

necessários são evidentes, a desconfiança pela parte dos trabalhadores é perfeitamente justificada e o prejuízo que disso resulta para a Reforma Agrária é enorme.

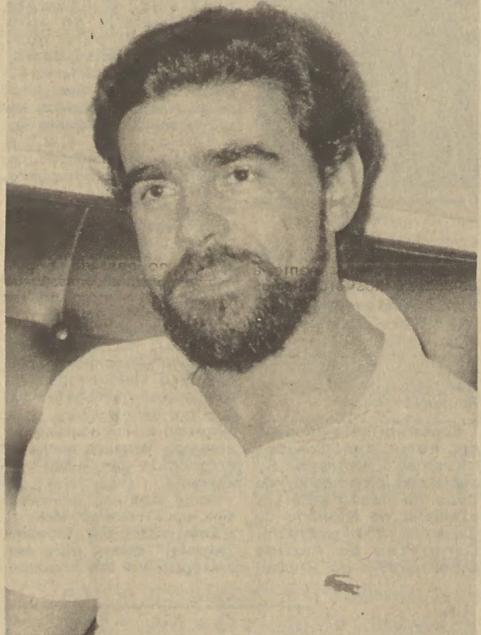
Quanto à recuperação capitalista da Reforma Agrária há que referir a utilização dos circuitos comerciais a montante e a jusante das cooperativas, pois haverá quem pretenda, provavelmente, recuperar para o capitalismo por via da comercialização o que foi perdido no campo da produção.

Outro aspecto que surge extraordinariamente saliente é o da chamada nacionalização dos complexos agro-pecuários, fazendo-os fugir à aplicação das leis gerais da expropriação e nacionalização dos solos, e que se traduzem em acções de indemnizações aos agrários, aos capitalistas accionistas desses complexos, e ainda furtando a exploração dos mesmos ao controlo e à participação activa dos próprios trabalhadores agrícolas.

Sem dúvida que a desanexação de herdades das cooperativas já constituídas se insere também neste ponto, porquanto ela se faz muitas vezes fomentando os sentimentos capitalistas nos trabalhadores agrícolas.

Para completar esta descrição sumária dos principais riscos que envolvem a Reforma Agrária, refiro apenas mais os seguintes, por serem uma tentação a que não resistirão as forças reacçãoárias: a regulamentação das cooperativas, para as obrigar a um modelo compatível com os seus interesses capitalistas; o agravamento das condições de utilização das terras pelas cooperativas, bem como dos bens de equipamento; e o próprio sistema de segurança social dos trabalhadores, tentando, através da exploração do elevado sentido de solidariedade que existe entre os trabalhadores agrícolas, que sejam as cooperativas a arcar com as responsabilidades do Estado para com os trabalhadores velhos e doentes.

Enfim, um vasto campo onde, sem dúvida, a luta continua.



camarada António Bica conseguiu-se ainda o empréstimo de uma parcela de 100 mil contos, mas o financiamento da restante quantia (1 200 mil contos) só em fins de Maio foi finalmente satisfeito e em termos tais que neste momento ainda não se encontra à disposição efectiva de nenhum dos utilizadores. As dificuldades inicialmente criadas pelo Ministério das Finanças e agora prosseguidas pelo Ministério da Agricultura, conduziram a uma situação em que grande parte dos créditos utilizados através do Crédito Agrícola de Emergência (crédito a curto prazo) pelas cooperativas foram aplicados em investimentos que careciam de financiamento a médio e a longo prazo.

## INCAPACIDADE GOVERNATIVA OU SABOTAGEM ECONÓMICA?

A par desta situação em que o aparelho de Estado se mostrou perfeitamente incapaz de responder a necessidades imperiosas da produção agrícola, surge um conjunto de medidas por parte do Governo a tentar controlar, condicionar a utilização dos créditos, que se traduz inequivocamente numa ingerência na vida interna das cooperativas.

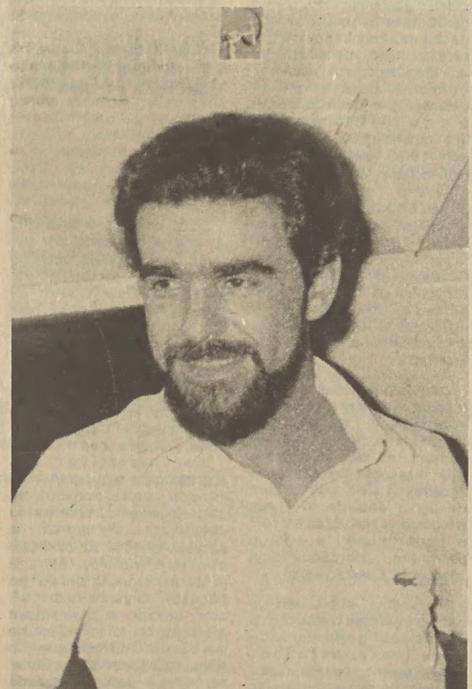
Veja-se, por exemplo, o facto de este Governo, que não foi capaz de pôr à disposição delas o crédito de que careciam, se ter apressado a fazer uma circular segundo a qual as cooperativas seriam obrigadas, embora “democraticamente”, no momento em que recebessem as receitas provenientes das culturas dos cereais, a pagar a totalidade do crédito de que eram devedoras. Uma tal medida comprometeria financeiramente o próximo ano agrícola, sendo curioso

as cooperativas que me parece dever ser salientado. Por um lado, o Estado não concede os créditos que deveria conceder. Por outro, às cooperativas e pequenos e médios agricultores paga com atraso de meses os produtos que estes lhe entregam. Assim, os produtores vêm-se obrigados a recorrer ao Crédito Agrícola de Emergência para suportarem nesse entretanto os encargos que deveriam ser suportados pelas suas receitas, receitas que o Estado tem em dívida para com eles. Quer dizer, os custos de produção o resultado desnecessariamente aumentados em 6%, que é o juro pago ao C. A. E.

“AVANTE!” — Muitas especulações têm sido feitas em relação à Reforma Agrária, nomeadamente no que respeita aos resultados obtidos desde que os trabalhadores tomaram conta das terras. O que se passa na realidade?

V.L. — O nível das produções obtidas é um facto indelmentável. Note-se que este ano se produziu mais cerca de 450 mil toneladas de trigo de Inverno, aveia e cevada do que nos últimos dez anos, isto é, produziu-se mais 61%. Este aumento da produção não se deve apenas às condições favoráveis do ano agrícola mas, principalmente, a um aumento significativo da área cultivada. Cultivaram-se este ano nos 8 distritos da Reforma Agrária, destes cereais referidos (trigo, aveia e cevada), mais 157 mil hectares do que em média nos últimos dez anos, isto é, mais 25%.

A diferença de produção em relação ao ano anterior representa, só em trigo, um acréscimo do valor de cerca de 1 554 mil contos, dos quais 1 530 mil se devem aos distritos da Reforma Agrária. Estes resultados desmascaram, portanto, a falsidade das campanhas



processo de socialização da agricultura, têm encontrado por parte do Ministério forte resistência.

Também o lançamento de intrigas e calúnias, visando provocar a desconfiança nos trabalhadores que executam certas tarefas, nomeadamente as que são da responsabilidade das Comissões Directivas, procura minar por dentro as próprias cooperativas. Mas não só. Também a própria desagregação física das cooperativas é pretendida por certas forças, em termos de facilitar a desanexação de herdades a elas pertencentes. Têm sido utilizados variados pretextos, como a pretensa falta de democraticidade nas decisões iniciais sobre anexação, ou falta de liberdade no trabalho, ou quaisquer outros de natureza idêntica. Tais argumentos são utilizados por forças aparentemente progressistas e também pelos agrários, à sua sombra, com o objectivo claro de recuperarem as terras. É evidente que quando se consegue dividir os trabalhadores estes se tornam mais vulneráveis, nomeadamente ao “namoro” que lhes fazem os agrários, alguns dos quais se afirmam dispostos a voltar às herdades na qualidade de “trabalhadores”...

No que se refere ao condicionamento económico e técnico, importa salientar que as consequências de falta de

activar a partir de fins de Março, relativa ao Crédito Agrícola de Emergência, que obrigava as cooperativas a apresentarem um conjunto de elementos de tal maneira elaborados que era quase totalmente impossível à grande maioria fazê-los, a isso representava o corte puro e simples do referido crédito. Corte, aliás, que por outros motivos foi feito a vários cooperativas durante o mês de Abril e que mostram a disposição em que os órgãos do Poder estarão de utilizar o crédito como arma de chantagem, virada contra as cooperativas.

A importância do crédito é tal que grande parte das Unidades Colectivas de Produção não subsistiria sem ele: ele é fundamental para incrementar a produtividade, para intensificar os regimes culturais e, consequentemente, para permitir manter e aumentar o número de trabalhadores que hoje estão nas Cooperativas.

Uma outra zona de dificuldades ainda dentro deste ponto é a que consiste nos ataques lançados quer por responsáveis ministeriais quer por forças reacçãoárias contra as estruturas sindicais, sabendo como se sabe que estas estruturas são a espinha dorsal da defesa dos trabalhadores, são o seu baluarte de resistência e organização para as grandes tarefas que urge desenvolver.

Ainda neste campo se vê uma acção concertada de esquerdistas e reacçãoários, com o mesmo tipo de ataques, a mesma tentativa de destruição dessas estruturas e a utilização de reivindicações salariais utópicas que, a serem postas em prática, acarretariam a curto prazo o extermínio económico e financeiro dessas cooperativas.

## A LUTA CONTINUA

Por medidas de condicionamento económico e técnico das cooperativas quero significar o que já atrás referi relativamente ao crédito, mas também a qualidade da

O aparelho de Estado mostrou-se perfeitamente incapaz de responder às necessidades imperiosas da produção agrícola.

Cultivaram-se este ano, nos 8 distritos da Reforma Agrária, mais 157 mil hectares do que em média nos últimos anos.

A lei do Arrendamento Rural é uma das leis fundamentais da Reforma Agrária. Mas tem de ser cumprida.

A importância do crédito é tal que grande parte das Unidades Colectivas de Produção não subsistiria sem ele.

Está a prosseguir, agora sob os auspícios do aparelho de Estado, a descapitalização do sector agrícola e a comprometer financeiramente a possibilidade de realização dos trabalhos necessários às culturas do próximo ano.

NA FESTA DO «Avante!»

FESTIVAL DE TEATRO E FESTIVAL DE CINEMA



dias 24, 25 e 26 de Setembro

Feira Internacional de Lisboa

de novo à venda

## INTRODUÇÃO AO MARXISMO

Uma concepção científica do mundo e da história humana. A Lei do desenvolvimento social. A luta de classes. A sociedade socialista. A sociedade comunista. A concepção marxista da natureza e um guia para a acção.

Emile Burns

Edições SEARA NOVA

A FLORESTA EM BREMERHAVEN

Olga Gonçalves

PRÉMIO RICARDO MALHEIROS 1976

A Academia das Ciências acaba de conferir o Prémio Ricardo Malheiros a um dos raros textos de ficção voltados para a realidade portuguesa posterior a 25 de Abril.

Numa perda aléida, um pequeno grupo de pessoas fala de si e dos seus problemas mas vive as emoções, os conflitos e as esperanças de todos nós.

Colecção Ficcionistas Portugueses Preço: 60\$00



SEARA NOVA

MERCADO COMUM — FATALIDADE OU OPÇÃO? C.A.E.M. (COMECON) — ALTERNATIVA OU NÃO?

As relações de economia internacional num programa de Governo Socialista analisados por SÉRGIO RIBEIRO

na 6.ª-feira, dia 30 de Julho, pelas 21.30h, na LIVRARIA POPULAR DOS OLIVAIS

Um debate que não deve perder sobre um assunto que interesse e preocupa todos os portugueses.

# XXIII ANIVERSÁRIO DO ASSALTO A MONCADA

Em 26 de Julho de 1953, ano do centenário do nascimento de José Martí, um grupo de patriotas cubanos chefiados por Fidel Castro tentam o assalto ao quartel Moncada. Fracasso militar. Repressão. Mas impacto político de relevo, sobretudo quando é conhecido o projecto político dos revolucionários, graças à intervenção de defesa do comandante Fidel Castro perante os juizes, «A História me absolverá» — um manifesto de mobilização popular. A ditadura de Batista seria esmagada mais tarde!

Em 25 de Janeiro de 1898 o cruzador couraçado "Maine" da Marinha dos Estados Unidos entrava no porto de Havana numa visita de "cortesia". Nesta altura, a guerra de libertação outrora conduzida com inteligência e coragem por José Martí, atinge uma das fases mais duras. A luta contra a opressão estendeu-se a toda a ilha.

A derrota da Espanha é um facto. As tropas do general espanhol Weyler — o homem dos campos de concentração — desenvolvem uma violenta repressão contra o exército "mambi", que mesmo após a morte de José Martí e António Macedo prossegue a luta com habilidade suficiente para manter a campanha pela libertação, à frente da qual se encontra Máximo Gomes. Os crimes das tropas de Weyler vão aliás servir de pretexto ao presidente dos EUA, McKinley, para intervir diplomaticamente

monopólios norte-americanos. Os Estados Unidos poderão agora intervir na ilha a pretexto de "proteger as vidas, os bens e as liberdades" dos seus concidadãos... Mais: a emenda dá também ao Governo de Washington o direito de estabelecer uma base naval em Guantanamo.

Mal a guerra tinha terminado, uma multidão de negociantes cai sobre a ilha. A história que começa nessa época é a história da dominação cada vez mais violenta dos capitais americanos sobre os sectores mais rentáveis da economia: o açúcar, o tabaco, as minas, os transportes, os bancos, os serviços públicos, etc. Em 1959, Cuba detinha o segundo lugar, logo a seguir à Venezuela, para os investimentos norte-americanos no continente da América Latina, com um total de 955 milhões de

eleições de 1944 por Grau San Martín, exilado nos Estados Unidos, Batista regressa a Cuba em 1952 para concretizar um novo golpe de força, violando a Constituição do país).

A reentrada do ditador ocorreu numa fase importante da organização antifascista: desenhava-se um novo horizonte de luta com o avanço de um movimento patriótico e revolucionário, paralelamente aos progressos do movimento operário. Esta etapa de resistência e de mobilização para o combate anti-imperialista já se iniciara em 1923 pela Reforma Universitária, o "Protesto dos 13" e o "Movimento dos Veteranos e Patriotas", prossegue com a fundação da Confederação Nacional Operária e do Partido Comunista de Cuba em 1925, concretiza-se em 1933 pelas poderosas manifestações de operários e estudantes que provocam a saída de Machado.

Mas este movimento é sem dúvida afectado pelo "macartismo" dos anos da guerra fria, durante os quais os comunistas são eliminados das direcções sindicais, se necessário pelo crime, para deixar a entrada livre aos amigos dos conciliadores com o imperialismo e com o patronato, orientados pelo "gangster" Eusébio Mujal.

É nestas condições de divisão da classe operária e de decepção generalizada perante a actuação desagregada da República dependente que se assiste ao golpe militar de Fulgêncio Batista.

O ditador ao serviço do imperialismo retoma, sem qualquer resistência, o Poder. Que tarefas se colocavam então ao movimento revolucionário cubano?

Em 26 de Janeiro de 1953, realiza-se nas ruas da capital uma manifestação comemorativa do aniversário do nascimento de José Martí. Milhares de jovens, Fidel Castro à frente, marchando em filas disciplinadas. Ao mesmo tempo começa clandestinamente nos arredores de Havana um período de instrução militar.

Em 26 de Julho de 1953, uma centena e meia de jovens, lutadores corajosos pela Independência, na sua maioria membros do Partido do Povo Cubano, tentam o assalto de Moncada, um quartel de Santiago de Cuba — uma espécie de fortaleza, a mais poderosa da ditadura. Porquê Santiago de Cuba? Porquê o quartel Moncada?

Por um lado, Santiago de Cuba foi sempre o foco da luta pela Independência, contra a tirania. Fidel Castro pensava que uma vez o quartel ocupado, o povo sublevar-se-ia, incluindo as classes médias e rurais. Por outro lado, o quartel Moncada era o segundo da ilha por ordem de importância, e a sua tomada teria repercussões no exército de Batista. O objectivo do movimento revolucionário é muito claro: chamar o povo à sublevação utilizando a estação de rádio de Santiago, distribuir as armas tomadas em Moncada e colocar a província de Oriente em estado de insurreição a fim de que esse exemplo seja seguido em toda a ilha para derrubar o regime.

Em 26 de Julho começava tradicionalmente as festas de Carnaval em Santiago.

Um dia favorável para se lançar o assalto... Foi um fracasso militar. A repressão feroz, mais de setenta jovens torturados e assassinados. Os outros foram a tribunal em 21 de Setembro de 1953. Fidel Castro, comandante do grupo, estava entre os sobreviventes. Relvindicou, durante o processo, toda a responsabilidade do assalto. O advogado Fidel Castro assegurou a sua própria defesa. A intervenção, dirigida às massas populares, que durou cerca de 5 horas, terminou com esta frase histórica: "Pouco importa a vossa condenação, a História me absolverá".

O comandante Fidel

Castro é condenado a quinze anos de prisão. Reencontra na penitenciária da ilha de Pinos o seu irmão Raul, condenado a 13 anos de prisão, e os outros sobreviventes de Moncada. Perante a emoção provocada em todo o Mundo pelas condenações, Batista é obrigado a ceder à pressão da solidariedade internacional que de imediato protestou vigorosamente contra a prisão dos revolucionários cubanos. Em 15 de Maio de 1955, Fidel e os seus companheiros abandonam a ilha de Pinos. Refugia-se com o irmão no México para ali preparar o regresso à luta. E a luta continuou!



A Sessão no Barreiro de solidariedade com a revolução cubana

## COMEMORADO NO BARREIRO O 26 DE JULHO

Uma grandiosa jornada de solidariedade internacionalista para com o povo trabalhador de Cuba

O 23.º aniversário do assalto ao quartel Moncada por um grupo de patriotas cubanos chefiados pelo jovem advogado Fidel Castro foi comemorado no nosso país com uma jornada promovida na vila do Barreiro pelos núcleos locais da Associação de Amizade Portugal-Cuba, do Secretariado 1.º de Maio (organização popular unitária) e do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC).

As iniciativas que enquadraram o programa da jornada, onde participaram com entusiasmo centenas de democratas, decorreram na sala de cinema do Sindicato dos Ferroviários, tendo a jornada sido iniciada na passada segunda-feira com uma sessão a que esteve presente, como convidado de honra, o embaixador da República Socialista de Cuba, no nosso país, camarada Francisco Astray Rodríguez.

Augusto Valegos, membro do Secretariado 1.º de Maio do Barreiro, começou por saudar o heróico povo trabalhador de Cuba e recordou tarefas desenvolvidas pelo movimento revolucionário cubano, resultante da unidade patriótica das três organizações que contribuíram, cada uma no seu lugar e por seu lado, para a liquidação do Governo reaccionário de Batista e da dominação imperialista na ilha de Cuba: o Movimento 26 de Julho, dirigido por Fidel Castro; o Partido Socialista Popular, que desde a sua fundação se define como o marxista-leninista e o Directório Revolucionário de 13 de Março, cuja base era constituída pelos estudantes revolucionários.

Presentes na sessão o

governador civil de Setúbal, Helder Madeira, que presidiu; o presidente da Comissão Administrativa do Barreiro, Helder Fraguas; representantes da Intersindical Nacional, da Associação de Amizade Portugal-Cuba, da Comissão Administrativa e da Comissão Única dos Trabalhadores da CUF; do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) e do Sindicato dos Ferroviários do Sul; militantes da Comissão Concelhia do Barreiro do PCP e camaradas das Edições "Avante!" e do organismo dos Pequenos e Médios Comerciantes.

O camarada Rogério Paulo salientou, durante a sua intervenção, que "estava em Cuba quando se deu a hecatombe no Chile, comandada pela CIA", tendo referido, ainda, que se o mesmo não sucedeu em Angola, o facto se deve ao auxílio fraternal e à solidariedade activa do povo cubano.

Entretanto, foram lidas mensagens de apoio à luta desenvolvida pelos povos da América Latina contra o imperialismo e a opressão. A assistência exclamou vibrantemente, e em coro: "Liberdade para os presos políticos chilenos! Liberdade para os presos políticos latino-americanos! O Chile Vencerá!"

### PRESEÇA DAS EDIÇÕES "AVANTE!"

No decorrer da sessão, vivida num ambiente de fraterna solidariedade

internacionalista, foram entregues várias recordações ao embaixador cubano, por parte de trabalhadores da Mundet, Secretariado 1.º de Maio, Associação Portugal-Cuba e Sindicato dos Ferroviários do Sul, salientando-se um exemplar do "Relatório do Comité Central ao I Congresso do Partido Comunista de Cuba",



O embaixador de Cuba no uso da palavra

uma edição da Editorial "Avante!", que foi oferecida pelo camarada Francisco Melo, director das publicações comunistas.

O camarada Alexandre Cabral falou da biografia de José Martí e do seu papel na Revolução cubana.

Encontro-me aqui para, em nome das Edições "Avante!", entregar ao camarada Embaixador de Cuba no nosso país um exemplar do Relatório do Comité Central ao I Congresso do Partido Comunista de Cuba,

destinado ao querido camarada Fidel Castro.

A edição de obras que transmitem a experiência acumulada pelo movimento comunista e operário internacional e as realizações dos países socialistas, fontes de ensinamento e de confiança para todos quantos lutam pela liquidação da exploração do homem pelo homem, pela paz e pelo socialismo, é um dos objectivos da actividade das Edições "Avante!" — iniciou assim a sua intervenção o camarada Francisco Melo, que, mais adiante, sublinhou:

Nas duras condições do fascismo, o exemplo revolucionário do povo cubano foi para nós, comunistas portugueses, uma razão mais de luta e de perseverança na luta, uma razão mais de certeza na vitória sobre o fascismo. Os êxitos de Cuba revolucionária enchem de alegria os nossos corações e redobram as nossas energias. Sentiamo-los como nossos!

Depois de referir que as Edições "Avante!" escolheram as comemorações do 23.º aniversário do assalto a Moncada para lançarem o livro "José Martí e a Revolução Cubana", da autoria do camarada Alexandre Cabral, Francisco Melo evocou os companheiros Adriana Corcho e Efrén Monteagudo, que perderam a vida aquando do atentado terrorista contra o embaixador de Cuba, em Lisboa.

Sobre esse acto criminoso diria, ainda, Francisco Melo: Esta oferta das Edições "Avante!" estava para ser entregue no dia seguinte

aquele em que se deu o covarde atentado contra a vossa Embaixada que, como na altura vos expressámos, perpetrado por assassinos a soldo do fascismo e do imperialismo levou mais uma vez a dor a dor a um povo que é a própria imagem do entusiasmo e da alegria, suscitando a nossa mais viva repulsa. Esse atentado impediu que a oferta que hoje iremos entregar-vos se fizesse então, e obrigou-nos a adiá-la para outra oportunidade.

O embaixador cubano, camarada Astray Rodríguez, usou finalmente da palavra, tendo começado por agradecer as lembranças que lhe foram oferecidas e o exemplar da obra "Relatório do Comité Central ao I Congresso do Partido Comunista de Cuba", destinada ao comandante Fidel Castro, primeiro-ministro da República Cubana.

Após ter saudado a população do Barreiro, terra que — sublinhou — tem tradições revolucionárias, no passado contra o fascismo, no presente na luta pelo avanço da democracia rumo ao socialismo, o camarada Astray Rodríguez declarou:

O povo cubano celebra hoje as conquistas da Revolução triunfante, em 1959. O assalto ao quartel Moncada, seis anos antes, figura na história dessa mesma revolução como um marco significativo, a partir do qual se avançou mais firmemente. Em Portugal, também o socialismo avança. Há 3 anos não seria possível prever que hoje aqui estaríamos a comemorar a revolução cubana.

Referindo-se à luta das classes trabalhadoras em Portugal, o diplomata cubano salientou o esforço desenvolvido pelas organizações democráticas, pelos partidos da esquerda e pelas massas trabalhadoras em defesa das conquistas populares: as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, o direito à greve, as liberdades democráticas, o respeito pelas leis consignadas na Constituição da República Portuguesa.

Os trabalhadores portugueses, representados por diversos sindicatos — Construção Civil, Ferroviários, Metalúrgicos, Pânico e Têxteis — divulgaram, a propósito das comemorações do 26 de Julho, um comunicado onde integram a jornada realizada no Barreiro "no espírito internacionalista que une todos os explorados e oprimidos e que nos há-de — também a nós — abrir as portas da sociedade socialista".

Durante as comemorações esteve patente uma exposição de serigrafia, pintura, gravura, cartazes e fotografias de Cuba, que foi inaugurada pelo embaixador da RSC. Ontem, último dia da jornada, realizou-se à noite um colóquio sobre "A Revolução Cubana na Libertação dos Povos", promovido pelo núcleo do Barreiro do CPPC.

**CIDADE DO LIVRO E DO DISCO NA FESTA DO «Avante!»**  
dias 24, 25 e 26 de Setembro  
Feira Internacional de Lisboa

### FIDEL CASTRO EVOCA O 26 DE JULHO

Longos anos após o assalto a Moncada, em 1971, Fidel Castro Ruz, primeiro-ministro da República Socialista de Cuba, visita o Chile de Allen. Durante uma conferência de imprensa concedida em Santiago, o chefe dos revolucionários que haviam tentado o assalto a Moncada analisa assim o 26 de Julho:

«Começámos por atacar o quartel de Moncada. Eramos 160, porque 120 deviam tomar de assalto o quartel Moncada e 40 uma outra fortaleza situada na cidade de Bayamo. Cometemos o erro de dividir as nossas forças. Deveríamos ter concentrado os 160 homens sobre o objectivo principal. Mais tarde, desembarcámos em Cuba com 82 homens. Tivemos que vencer enormes dificuldades.

«Hoje, com os homens que participaram na primeira acção, estudada a região de Sierra Maestra, ter-nos-íamos deslocado para aí e teríamos atacado uma pequena guarnição para conseguirmos armas. Teríamos assim começado a luta evitando o caminho escuro de Moncada e do «Granma».

«Não é que Moncada fosse inexpugnável. Nós poderíamos muito bem ter tomado a fortaleza. Analisando hoje a acção à luz da nossa experiência, consideramos que isso era realizável. Se tivéssemos podido controlar esse regimento — era o segundo do país em importância — isso teria permitido avançar consideravelmente a data da vitória da Revolução. Mas era uma via muito menos segura porque dependia de impoderáveis...

«Em caso de fracasso pensávamos simplesmente retirar para as montanhas com armas. Se tivéssemos alcançado a vitória nesse momento, teríamos sido um grupo de homens sem preparação, quase sem experiência. No fim de contas, a luta de Sierra Maestra ensinou-nos muito em todos os planos: ensinou-nos a combater, a enfrentar problemas difíceis. Esses vinte e cinco meses de luta desenvolveram em nós as virtudes do homem do povo...

«Pergunto-me o que teria acontecido se tivéssemos conseguido a vitória em 1953, quando não tínhamos praticamente experiência e a relação de forças era muito menos favorável.

«Os acontecimentos produziram-se de tal modo que chegámos à vitória no próprio minuto, no próprio segundo em que a situação internacional nos oferecia um mínimo de possibilidades de sobreviver em circunstâncias particularmente difíceis...»

junto de Espanha. Os americanos oferecem-se então para comprar Cuma (parcela do território cubano): as autoridades espanholas recusam terminantemente.

Em 15 de Fevereiro o "Mayne" explode. Morrem 266 marinheiros norte-americanos. A imprensa "yankee" pressiona... Os agentes dos serviços secretos americanos intensificam a sua acção... Foi a guerra, a derrota espanhola, a ocupação militar americana de Cuba durante quatro anos. Terminava o domínio colonialista do moribundo império espanhol.

Começava a opressão neocolonialista do imperialismo americano. Segue-se o tratado de paz, que coloca a ilha sob administração provisória de um governador militar americano, assistido por uma força de ocupação, que ficará em Cuba até à "legalização do domínio imperialista": foram quatro anos.

A Constituição cubana vai ser alterada. Através da célebre "emenda Platt" é instituído um controlo dos EUA sobre a política externa de Cuba, limitando o direito aos cubanos de contrair empréstimos, permitindo e incentivando a entrada dos

dólares. Os dólares entravam, mas saíam em muito maior número, transformados em lucros fabulosos para os monopólios norte-americanos. Desemprego, habitações

insalubres, desnutrição, analfabetismo, este o atestado de "segurança" oferecido pelo imperialismo ao povo de Cuba. Em 1958, 16,4 por cento de desempregados permanentes. Através de uma sondagem realizada um ano antes só 11 por cento das famílias de operários agrícolas consumiam leite e só 4 por cento tinham possibilidades para comprar carne. Segundo a mesma sondagem de 1957 era revelado que existiam cerca de 14 por cento de tuberculosos e 44 por cento de analfabetos nos meios rurais.

A história política deste período é, essencialmente, a da submissão dos meios dirigentes ao Governo americano, aos interesses dos monopólios. É a história de uma sequência de fraudes eleitorais, de repressão, de mentira, de ódio ao progresso. A onda de barbaridades e de crimes cometidos pelos diferentes aparelhos de Estado impostos pelos EUA atinge uma ferocidade extrema durante o mandato de Fulgêncio Batista (vencido nas

### ALEXANDRE CABRAL JOSÉ MARTÍ e a revolução cubana

Brevemente à venda

Uma distribuição CDE Central Distribuidora Livros Av. Santos Dumont 27 - Lisboa 1

Foi a imagem de Martí que iluminou o longo período de trevas, de atrocidades, de assassinatos, de desenfreada contusão, que o imperialismo norte-americano, de braço dado com a burguesia indígena, impôs ao sacrificado e heróico povo cubano. E lhe serviu de guia na longa caminhada, que vai de 1898 até à revolta de 1930 e ao levante de 1953 e à vitória final de 1 de Janeiro de 1959. E continuou a sê-lo, no período exaltante da reconstrução nacional, da implantação da primeira pátria socialista na América Latina.



## CUBA — ANGOLA: ABRAÇO FRATERNAL

A visita a Cuba do camarada Agostinho Neto constitui exemplo e símbolo do verdadeiro internacionalismo, exemplo e símbolo da solidariedade das forças que lutam pelo progresso

"Angola precisa neste momento de heróis da paz" — afirmou o camarada Fidel Castro no decurso de um comício comemorativo do assalto ao quartel de Moncada, em que esteve presente, como hóspede de honra, o camarada Agostinho Neto.

De paz foram as intervenções pronunciadas. De construção de um novo país, saída de uma guerra de anos, duplamente vitorioso contra o colonialismo e as ambições imperialistas que se ergueram como barreira, acenando o espantanhado do neocolonialismo. As conversações versaram fundamentalmente o reforço da assistência técnica — os médicos, os engenheiros, os professores, os técnicos, que hoje faltam em terras de Angola para a batalha da reconstrução.

A guerra foi vencida. Inicia-se a luta mais difícil. Mas empolgante, virada finalmente para um futuro mais palpável.

Cuba recebeu Agostinho Neto com incedíveis demonstrações de amizade, de militante internacionalismo — expressão da prática de solidariedade que tem sido uma constante.

Em comunicado emitido a propósito do aniversário de Moncada e da chegada de Agostinho Neto, a Central de Trabalhadores de Cuba (CTC) reitera a sua "solidariedade militante com a República Popular de Angola e com todos os povos que, libertados do jugo imperialista, lutam pela sua emancipação nacional e independência definitiva".

Num gesto pleno de significado, foi outorgada a medalha da ordem "Playa Giron" ao presidente do MPLA e da República Popular de Angola — símbolo da vitória sobre um mundo que está a morrer, que sofre severos golpes no continente africano — o mundo imperialista. Vitória para que os povos de Cuba e de Angola contribuam, e continuem a contribuir, pela acção desenvolvida nos seus próprios países, pela solidariedade a todos os povos que ainda não se libertaram do jugo imperialista.

A presença de Agostinho Neto em Cuba, o teor das conversações realizadas, aponta para as novas tarefas

que se abrem ao povo angolano. As tarefas da construção pacífica. De criação de um país novo, pelas mãos de um povo que de há muito não conhecia a liberdade. E finalmente, à medida das necessidades e dos interesses desse povo.

Não estão ainda por completo aniquiladas as tentativas das forças da reacção para pôr em causa a evolução progressista e independente de Angola. As provocações dos pequenos grupos armados que circulam ainda nalgumas zonas do território angolano, junta-se toda uma propaganda verbal da direita que inventa novas vitórias de movimentos fantoches desmantelados, se esforça por dar um quadro de guerra e de instabilidade onde estão a ser lançados os fundamentos da paz. Mas é fundamentalmente na batalha da paz — dura e difícil batalha — que está hoje empenhado o povo angolano. Pese ao imperialismo, mais uma vez derrotado.

A visita do camarada Agostinho Neto a Cuba constitui também prova e símbolo do verdadeiro internacionalismo, a solidariedade entre as forças que lutam pelo progresso. Uma solidariedade incompreendida pelas forças da reacção. Uma solidariedade temida, desdouradamente apresentada como ingerência pelos que mais se esforçam para impedir o acesso do povo angolano à liberdade. Os fundamentos dessa "ingerência" estão à vista — é todo um povo que aplaude, apaixonadamente, um homem que é símbolo da luta de um outro povo, ligados pelos fortes laços das batalhas vencidas em comum.

"Peço ao povo cubano — disse Fidel Castro a terminar o seu discurso — que compreenda as necessidades de Angola. Assim, apelo para os jovens que queiram colaborar nas tarefas civis da nova nação africana que partam para África".

O povo angolano poderá contar com o entusiasmo e a força de trabalho de muitos homens novos de um mundo livre, na reconstrução do seu país devastado. Uma realidade incompreensível e desesperante para as forças da reacção. Uma realidade que todos os escrivinhadores ao serviço do capital não conseguirão denegrir.

# SEMANA INTERNACIONAL

## INGERÊNCIA — UMA CONSTANTE DA POLÍTICA IMPERIALISTA

Milhares de parisienses desfilaram nas ruas da capital francesa, após convocação do Partido Comunista Francês, para protestarem contra as manifestações ingerências dos «grandes» ocidentais na política interna italiana.

Pela Europa perpassa um sopro de indignação. Todas as forças, todos os países progressistas, erguem o seu protesto contra a inadmissível ingerência nos problemas internos de Itália, contra a violação do articulado aprovado em Helsínquia.

Em Moscovo, o «Izvestia» afirma que «este género de ameaças se dirige, indirectamente, a todos os aliados dos Estados Unidos, no âmbito da NATO e de outras organizações» e, em particular, a Portugal e à França.

«Esta prevenção — sublinha o jornal soviético — foi calculada com o objectivo de influenciar a evolução dos acontecimentos em Portugal e em França, ou seja, em todos os locais em que as forças de esquerda estejam a um passo da conquista de posições mais sólidas».

Os desmentidos dos «grandes» do mundo do capital, surgem anacrónicos. O secretário de Imprensa da Casa Branca desmentiu que na cimeira de Porto Rico tivesse sido elaborado um acordo formal para bloquear a ajuda económica à Itália, no caso de os comunistas entrarem no governo de Roma. Mas Ford, em Conferência de Imprensa, não negou tais acusações, manifestando mesmo os seus receios ante a possível participação comunista no governo italiano. Por sua vez, o secretário de Imprensa esclareceu que o presidente Ford concordava com as afirmações de Schmidt, não tendo feito embora qualquer referência a um acordo.

Enquanto Ford e Schmidt entrelaçam lamentos e ameaças quanto à evolução política de uma Europa que destrói cânones antigos e tende a subverter a ordem capitalista, com as forças de esquerda a abeirarem-se cada vez mais do poder, o embaixador Carlucci dedica-se a estranhas deambulações por terras de Portugal. A inauguração oficial da Assembleia Regional dos Açores, onde prevalece uma maioria do PPD, realizou-se com a presença, na mesa da presidência, do embaixador dos Estados Unidos em Lisboa. Carlucci teve contactos com dirigentes locais do PPD e do PS, antes e depois da inauguração da Assembleia Regional.

As declarações de Carlucci nada esclarecem, antes confundem mais a estranha teia das suas actividades.

«Eu não tenho qualquer conhecimento da existência de espões da CIA em Portugal, nem de algum pretendido golpe de Estado. Acho que Portugal está a viver uma hora de tranquilidade e nós estamos a colaborar com o seu governo democrático», afirmou Carlucci. «A política dos Estados Unidos desde o 24 de Abril é uma política de apoio ao processo democrático português», declarou também.

A pergunta sobre os motivos que o tinham levado aos Açores, exactamente no momento da inauguração da sua Assembleia Regional, teve uma resposta deveras curiosa — «Por acaso»...

# VIRAGEM À DIREITA NO PERU

### Afastadas dos órgãos do poder as principais figuras da revolução peruana, iniciou-se um período em que estão a ser liquidadas algumas das conquistas populares dos últimos oito anos

Uma das primeiras medidas do novo governo militar do Peru foi a proibição de todos os tipos de greve. Num comunicado emitido pelo Ministério do Trabalho, ameaça-se com o despedimento todo o trabalhador que entre em greve ou se manifeste pela cessação do trabalho. Tal decisão é fundamentada no facto de que todo o território nacional está sob o estado de emergência e com as garantias individuais suspensas.

O mesmo motivo foi invocado para justificar a proibição dos desfiles programados no âmbito das comemorações do Dia da Independência.

As reuniões políticas, sociais, sindicais, ou de qualquer outro género, só são possíveis mediante uma autorização do Comando da Zona de Segurança Nacional respectiva, sempre e quando sejam solicitadas com um mínimo de 24 horas de antecedência.

Com o objectivo de «manter a ordem» nos estabelecimentos escolares, o governo publicou um decreto que autoriza os directores

regionais do Ministério da Educação a fecharem as escolas temporariamente, perante actos de «indisciplina colectiva».

Não só no campo político e social se manifestam sintomas de recuo. No campo económico — decisivo na orientação geral de um país — são evidentes tais sintomas.

A desnacionalização das pescas, sector vital da economia peruana, a abertura de novas áreas de exploração petrolífera às multinacionais, que envolve nomeadamente a exploração das bases da independência e a abertura real dos interesses do imperialismo, são factores particularmente graves. A programação de um encontro — entre o presidente peruano e Gensel, não deixa de ser significativa.

O novo governo surge ainda com uma pintura revolucionária. Declara mesmo que não se desviará do «Estatuto Revolucionário», mantendo-se vigilante na defesa de todas as conquistas da revolução. Mas a prática — único critério da verdade —

desmente o conteúdo das suas palavras.

O actual quadro político da América Latina, em que se inserem os recentes acontecimentos no Peru, tem a marca indubitável da ingerência do imperialismo americano. A Bolívia, o Chile, o Uruguai, a Argentina, o Equador, são degraus do caminho aberto por Washington nos esforços para manter vastos espaços do continente americano como coutada sua. As manobras desenvolvidas nesse sentido têm o dedo da CIA.

Não se poderá entretanto atribuir em exclusivo à ingerência externa a provisoriedade das várias tentativas de criar sistemas políticos progressistas ou anti-imperialistas na América Latina. Os factores internos têm forçosamente o seu peso. As deficiências e erros de orientação. As dificuldades com que os vários regimes progressistas tiveram que se debater.

A evolução recente dos acontecimentos — indubitavelmente negativa — não pode retirar aos povos do continente o seu estatuto

revolucionário. Nos próprios países em que as forças progressistas foram momentaneamente derrotadas, mesmo quando essa derrota, pela violenta repressão desencadeada, provocou inestimáveis perdas nas fileiras dos mais consecuentes defensores das massas trabalhadoras, organiza-se a resistência dos povos, as massas populares refazem estruturas para uma acção libertadora, contando com uma dolorosa experiência que as levará por caminhos mais seguros.

Idêntico movimento ganha nova força noutras nações há mais tempo sujeitas ao processo repressivo da dominação capitalista.

O Peru progressista de ontem conquistará de novo, em conjunto com outros países do continente, a situação política hoje posta em causa. Num grau superior de desenvolvimento.

A América Latina revolucionária avança, com a lição das derrotas sofridas, no desbravamento dos caminhos que a conduzirão à definitiva vitória sobre as forças do capital.

## «PROIBIÇÕES PROFISSIONAIS» NA RFA E BERLIM OCIDENTAL

Decorreu em Estrasburgo um Encontro dos Partidos Comunistas dos Países da Europa Capitalista, com a participação de 15 partidos irmãos, entre os quais o PCP, representado pelo camarada Vítor Neto, colaborador do Comité Central. No final foi aprovado um Apelo, de cujo teor damos destaque noutra local.

O Encontro, realizado no dia 7 do corrente, teve como objectivo tomar medidas concretas tendentes a criar um movimento de denúncia das «proibições profissionais» e de solidariedade aos comunistas e democratas da RFA atingidos por essas medidas. No decorrer dos trabalhos foi evidente a vontade de colaboração de todos os Partidos, no espírito da Conferência de Berlim a que vários representantes se referiram.

A realização deste Encontro que fora decidida em Dezembro passado, constituiu, só por si, um acto de solidariedade para com a luta dos comunistas e dos democratas oeste-alemães em defesa dos princípios democráticos e das normas constitucionais do seu país.

O representante do nosso Partido, a dado passo da sua intervenção afirmou:

«Nós comunistas portugueses conhecemos bem o valor da solidariedade porque beneficiámos dela nos negros anos da ditadura fascista e também já depois do 25 de Abril de 1974, nos momentos em que as forças reacionárias internas e o imperialismo tentaram esmagar a nossa Revolução.

«Mas pensamos que a solidariedade às lutas dos outros povos representa não só um dever moral e um momento alto do internacionalismo, mas também uma forma de luta por objectivos que são comuns a todos os povos amantes da liberdade e do progresso social.»

Depois de referir que as «proibições profissionais» na função pública, na RFA e em Berlim Oeste é dos exemplos mais significativos das práticas discriminatórias nos países capitalistas, o nosso camarada salientou o facto de que apenas em 1968 o Partido Comunista Alemão, DKP, ter podido formar-se na legalidade, embora a discriminação anticomunista não tenha desaparecido. Foi precisamente em plena gestão social-democrata, em 1972, que retomou vigor a tradição das «proibições profissionais», através de lei que, sob o pretexto de afastar da função pública os «extremistas e inimigos da constituição» afasta na prática os comunistas e outros progressistas.

## DOCUMENTO APROVADO NA REUNIÃO DE ESTRASBURGO

Os Partidos comunistas dos países da Europa capitalista reunidos em 7 de Julho de 1976, em Estrasburgo, condenam como intoléráveis as libertades as «proibições profissionais» de que são vítimas os cidadãos na RFA, em primeiro lugar os comunistas, mas também sindicalistas, social-democratas, progressistas, pacifistas.

Na totalidade dos «Länder» da RFA, centenas de milhares de inquiridos policiais foram levados a efeito, centenas de milhares de «proibições profissionais» foram recenseadas, enquanto milhares de processos se encontram em instrução. Estas práticas antidemocráticas foram ilegalmente extensivas a Berlim-Occidental.

No momento em que, em face da crise, crescem as aspirações dos povos pelo progresso social, pelo alargamento dos seus direitos democráticos e pela paz, o grande capital procura cercar as libertades fundamentais. Pretende assim impedir a concretização destas aspirações. As práticas antidemocráticas na RFA constituem um precedente e um ponto de apoio para os ataques contra as libertades em outros países da Europa capitalista.

«Por esse motivo que a acção da oposição pública contra as «BERUFSSVERBOT» é uma luta pelas libertades individuais e colectivas em toda a parte.

A acção dirigida pelos democratas na RFA e em Berlim Occidental e a solidariedade que largamente se desenvolve nos nossos países impuseram os primeiros recuos. É possível, é necessário ir mais longe.

Não estamos animados de qualquer sentimento de hostilidade contra o povo da Alemanha Federal. Pelo contrário, este movimento de solidariedade internacional entende ser um apoio para todas as forças democráticas que, na RFA e em Berlim Occidental, se erguem contra actos que violam tanto a Declaração Universal e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem como a lei fundamental da RFA e a Constituição de Berlim Occidental.

Os partidos comunistas, que lutam pela liberdade de expressão e de pensamento, apelam a todos os democratas, qualquer que sejam as suas concepções políticas, filosóficas ou religiosas, a unirem-se e a agir para apoiar os democratas da RFA e de Berlim Occidental e a agir a seu lado para que todas as medidas de «proibições profissionais» fiquem sem efeito, que os textos em virtude dos quais estas medidas são tomadas sejam revogados, que todos os que delas são vítimas sejam reintegrados nos seus direitos.

Estrasburgo, 7 de Julho de 1976

## 55.º ANIVERSÁRIO DO PC SUL-AFRICANO

### A 30 de Julho de 1921 nasceu, na República Sul-Africana, o primeiro Partido Comunista do continente africano

Fundado na base de várias organizações socialistas da África do Sul, em particular a Liga Socialista Internacional, encabeçada pelos destacados dirigentes da classe operária, W. Andrews, Ivon Jones e Sidney Banting, o Partido Comunista Sul-Africano, desde os primeiros dias da sua existência, desencadeou uma decidida batalha contra o mundo do capital, as suas degradantes expressões do racismo e do colonialismo.

A actividade do Partido Comunista Sul-Africano, a coerência da sua linha de orientação, influiu poderosamente não só na organização e dinamização do operariado da África do Sul, mas na organização e dinamização do movimento das massas trabalhadoras de todo o continente, no

amadurecimento político e ideológico de muitos destacamentos da luta nacional libertadora. Este um dos maiores méritos do Partido.

Nascido numa sociedade sujeita ao jugo do capital, ferozmente racista, centro de agressão no seio do continente africano, o Partido Comunista Sul-Africano enfrentou de imediato um problema básico: a luta contra o regime de Pretória, que procura dividir o movimento operário através da discriminação racial, não podendo alcançar qualquer êxito sem a acção conjunta de trabalhadores brancos e africanos, sem a incorporação neste movimento de resistência de amplas massas da população não branca — que não só constitui a esmagadora maioria das

classes trabalhadoras, como é a mais atingida pelas vexatórias medidas repressivas da clique de Vorster.

No Congresso do Partido realizado em 1924 foi decidido, como linha de orientação básica, centrar a sua actividade no meio da população africana, o que desempenhou um papel decisivo na formação e no reforço do movimento operário no sul de África e do próprio Partido Comunista, que desde então se transformou na principal força política dos operários e de toda a população trabalhadora do país.

No final dos anos 20, o Partido Comunista Sul-Africano cresceu em prestígio no meio da população oprimida, e muitos dos seus

dirigentes — John Marks, Nzula, Kotane, e outros — desempenharam um papel de destaque na formação de sindicatos não brancos no país e de outras organizações patrióticas progressistas.

Os resultados reais desta justa política fizeram-se sentir, imediatamente, na actuação de diferentes formas de resistência da população activa ao regime racista. Sob a direcção dos comunistas, formam-se sindicatos de operários não brancos, que exigem aumentos salariais e melhoria das condições de trabalho. Rebentam as primeiras greves, promovem-se campanhas contra as leis racistas e, em particular, contra a discriminação racial na indústria.

A intensificação das actividades do Partido Comunista, o seu progressivo enraizamento nas massas trabalhadoras, o papel de direcção da luta de resistência que assumiu por todo o país, teve como resposta de Vorster a repressão. Muitos comunistas morreram nas salas de tortura ou vítimas do terror dos racistas brancos.

Em 1950 foi aprovada na África do Sul a lei «da supressão do comunismo». Visava-se assim aniquilar o Partido Comunista, frear o movimento operário sul-africano. O Partido Comunista da África do Sul foi ilegalizado, seguindo-se-lhe outras organizações progressistas, em primeiro lugar o Congresso Nacional Africano (ANC).

Com estas medidas não foi, nem poderia ser, asfixiado o ideal do marxismo-leninismo, o partido que consubstancia tal ideal, a luta heroica das massas trabalhadoras sul-africanas. Criaram-se simplesmente novos entraves a uma luta já de si muito difícil.

Rescontuado na clandestinidade, o Partido Comunista Sul-Africano, reunido em 1926, aprovou o novo programa «O caminho da libertação da África do Sul», que constitui uma fase qualitativamente nova na sua actividade em defesa das massas oprimidas, na luta contra o regime de «apartheid». No Congresso realizado em 1926, o Partido propôs-se abrir o caminho para uma revolução nacional-democrática, derrubar o estado colonialista dos senhores brancos e criar, na África do Sul, um estado democrático e independente.

Apesar da violência da repressão, novos passos estão a ser dados nesse difícil caminho. Avança-se decididamente na mobilização das massas sul-africanas para a sua definitiva libertação. Este o ponto de honra de qualquer partido comunista.

Pela sua prática, pela coerência da sua linha ideológica, o Partido Comunista Sul-Africano merece o respeito, a activa solidariedade de todas as forças progressistas. Saberá sem dúvida alcançar, pela melhor via, os objectivos propostos.

# SOOU A HORA DA LIBERTAÇÃO!



Na REVISTA N.º 6/1976 INTERNACIONAL

JÁ À VENDA Nas livrarias e centros de Trabalho do PCP Distribuição CDL Central Distribuidora Livraria — Av. Santos Dumont, 57-C — LISBOA-1

### • BASES DO PODER POPULAR

Um texto de NITO ALVES, membro do Bureau Político do Comité Central do MPLA, ministro da Administração Interna da RPA

### • DEPOIS DA VITÓRIA

Um texto de JORGÉ REBELO, membro do CC e do Comité Executivo da FREILMO, ministro da Informação da RPM

### • A DUPLA ESTRATÉGIA DE VORSTER

Um texto de ALFREDO NZO, secretário-geral do Congresso Nacional Africano da África do Sul

## A DITADURA BRASILEIRA TEME AS ELEIÇÕES

### Apesar de todas as restrições, a ditadura fascista reconhece que será derrotada • Cerca de 40 milhões de brasileiros irão às urnas no pleito municipal • Proibido o acesso dos candidatos à Rádio e à Televisão • O custo de vida subiu mais de 62 % em um ano • Terror e corrupção não dão tranquilidade ao general Geisel

A ditadura militar fascista brasileira, não contente, com as restrições já impostas ao povo brasileiro através do AI-5 (Acto Institucional) que lhe permite toda a espécie de arbitrariedades, apoiada numa legislação fascizante, vem aprovar em pleno ano eleitoral a chamada «Lei Falcão», que proíbe o acesso à rádio e à televisão de todos os candidatos a prefeitos e vereadores no pleito municipal de Novembro de 1976, não permitindo igualmente a abordagem de temas nacionais básicos tais como:

- dívida externa que sobe a mais de 24 bilhões de dólares e pode chegar até ao fim do ano a um montante de 26 a 27 bilhões;
- política salarial, mais conhecida pelos trabalhadores como «lei do arrocho salarial», em que os aumentos concedidos são sempre inferiores ao índice da inflação e da alta do custo de vida (retrato sem retoque do «milagre brasileiro»);
- entrega da Petrobrás

sob o nome de contrato de riscos, contrariando uma das conquistas nacionalistas do povo brasileiro em várias décadas de luta em defesa do petróleo e do seu monopólio estatal;

— soberania nacional, violada através da desnacionalização das empresas brasileiras aos monopólios imperialistas, em particular norte-americanos;

— política externa independente e cooperação com todos os povos, contrariando o papel de «polícia do Continente», intervindo abertamente contra os seus vizinhos Bolívia, Uruguai, Paraguai, Argentina e até mesmo Chile, traduzindo-se num expansionismo como sócio menor do imperialismo lanque;

— reforma agrária, cuja realidade nacional é de cerca de 12 milhões de camponeses sem terra, enquanto a polícia, o exército e grupos armados pelos latifundiários perseguem, prendem, ameaçam e assassinam posseiros índios e camponeses sem terra, bem como trabalhadores agrícolas. Não só os latifundiários são senhores das terras, mas igualmente as multinacionais que, através de facilidades governamentais, ocupam extensões de terra acima de 500 mil hectares na região amazônica;

— analfabetismo e infância abandonada, cujas estatísticas oficiais afirmam que numa população maior de 15 anos se contam mais de 18 milhões de analfabetos e cerca de 12 milhões de menores abandonados, isto numa população de aproximadamente 110 milhões.

Estes são alguns dos temas proibidos de serem discutidos nas eleições municipais de Novembro de 1976, numa tentativa de evitar a repetição da derrota eleitoral de 1974.

### AS CAPITAIS NÃO ELEGEM OS SEUS GOVERNANTES

É preciso ter em conta que após o golpe militar de 1964, a partir de 1966, a ditadura militar não permite que as capitais brasileiras nem os municípios das áreas metropolitanas, (em torno das capitais) elejem os seus prefeitos, nem tão pouco os municípios de fronteiras e estâncias hidrominerais, o que representa, em termos de população e eleitorado, mais de 2/3 do total de cinco mil municípios brasileiros. É o que se chama «cassação branca», pois é nessas zonas que reside o maior contingente do proletariado urbano, bem como o eleitorado mais esclarecido e combativo, a base de resistência à ditadura fascista. As capitais brasileiras, particularmente as mais importantes, são consideradas pela ditura como perigosas, basta citar o Rio de Janeiro e cidades industriais como São Paulo, Porto Alegre e Recife, onde o governo ditatorial sempre foi repudiado pelo voto oposicionista.

Não é por acaso que o general Geisel cassou os mandatos dos parlamentares mais consecuentes de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Como afirma o editorial de Julho da VOZ OPERÁRIA, órgão central do Partido Comunista Brasileiro: «Com a cassação de parlamentares do MDB, visa (o governo) lançar o desânimo entre os eleitores que votarão no MDB. Quer fazê-los acreditar ser inútil votar num candidato que

«deve» ser cassado logo depois; quer induzi-los a votarem em branco ou a anularem o voto, à guisa de manifestação de protesto. Com esse expediente, calcula o governo assegurar à Arena a maioria dos votos válidos depositados nas urnas e poder proclamar que a maioria da nação está ao seu lado».

É claro que a ditadura sabe que vencerá as eleições nos municípios e estados pequenos. Apesar do terror, violência, suborno, corrupção, ameaças e toda a sorte de arbitrariedades tenta ainda apelar para a chantagem a fim de ver se consegue uma vitória total nas urnas.

É a VOZ OPERÁRIA de Junho do corrente ano que afirma: «Uma nova vitória eleitoral da oposição este ano, nas condições do presente descontentamento nacional reinante, val libertar enorme potencial democrático e patriótico de nosso povo ainda adormecido ou indeciso, e alargar amplamente as divergências e divisões já existentes no seio do regime, com profundas repercussões em suas fontes de sustentação no exterior e entre os povos vizinhos do Continente».

### DERROTAR A DITADURA, DEVER POLÍTICO DO POVO BRASILEIRO

O governo ditatorial de Geisel, através dos seus porta-vozes, tenta ainda intimidar o eleitorado e em particular o partido de oposição, declarando que se for derrotado este ano não haverá eleições legislativas e governamentais em Novembro de 1978, pois a sua derrota (do governo), significará a dissolução dos actuais

CIÊNCIA  
TECNOLOGIA  
E DESENVOLVIMENTO  
NESTE NÚMERO DE  
economia  
EC

# HUNGRIA: FRENTE POPULAR PATRIÓTICA MOVIMENTO DE MASSAS E UNITÁRIO

Entre as várias organizações de massas da sociedade húngara destaca-se a Frente Popular, pelas suas características mobilizadoras de amplas camadas do povo na luta quotidiana por um futuro mais feliz

Na Hungria o papel dirigente da vida política pertence ao Partido Operário Socialista Húngaro, que conta actualmente com cerca de 750 mil membros (13 % da população). Desenvolvendo uma actividade dinâmica e empreendedora, os membros do Partido estão enquadrados em 24 450 organizações, das quais 7066 na indústria, 4215 na agricultura, 1473 nos transportes, as restantes no comércio e nos outros sectores. Os membros do Partido são a vanguarda organizada do povo húngaro na sua luta pelo socialismo desenvolvido. Mas seria errado supor que o Partido é como que uma locomotiva que arrasta penosamente carruagens desprovidas de força própria. Nada disso.

Uma das principais características das sociedades socialistas e precisamente uma das razões dos seus êxitos é a ampla participação popular nas múltiplas tarefas da construção de um futuro melhor. Na Hungria também é assim. Jovens, mulheres, operários, todos estão integrados em diversas organizações, de natureza regional e nacional, através das quais se processa a sua intervenção activa na vida política, económica, social, cultural, desportiva e recreativa da nação.

Na Hungria, uma dessas organizações é a Frente Popular Patriótica.

Istvan Sáriós: um passado de militante destacado: membro do Partido desde 1939, de 1959 a 1963 primeiro-secretário do Comité do Partido do VI Distrito de Budapeste e depois, até 1970, presidente do Conselho Municipal da capital, de 1970



Quase metade da população activa do país e composta por mulheres

até 1974 director do órgão central do Partido, membro do Comité Central a partir de 1966 e eleito o ano passado como um dos 15 membros da Comissão Política. É este homem de 50 anos, licenciado em Filosofia, desde 1974, secretário-geral da Frente Popular Patriótica, que temos perante nós. Fala-nos com voz calma e pausada.

Ao longe, por detrás da janela do seu gabinete discreto mas confortável, num andar elevado do austero edifício, junto ao Danúbio, onde fica a sede da Frente, distingue-se assiluetada do monte Gellert, do outro lado do rio, com a sua encosta escarpada descendo quase a pique sobre as águas. No alto do monte, no centro de um largo terraço com uma vista maravilhosa sobre a cidade, ergue-se a estátua da Liberdade, construída em 1947 para celebrar a derrota dos nazis e a libertação da Hungria pelo exército soviético. Com 40 metros de altura, o monumento representa uma mulher ostentando a palma da vitória, tendo junto a si um soldado vermelho rodeado de figuras humanas que simbolizam o sucesso sobre as forças da destruição.

Durante a nossa conversa a evocação do monumento surgiu-me várias vezes: a luta firme dos que se encavaram nas organizações unitárias e populares na luta contra o fascismo foi um factor decisivo para o êxito da libertação, ao mesmo tempo que a actividade confiante e não menos firme da Frente Popular de hoje é uma garantia de fidelidade a esse mesmo espírito patriótico do passado.

O socialismo não se constrói por decreto, necessita da intervenção criadora das massas populares e a Frente, juntamente com as outras organizações de massas,

responde precisamente a essa necessidade — diz-nos Istvan Sáriós. As múltiplas actividades que desenvolvemos levam à prática a unidade e a comunhão de interesses de todas as camadas populares. Pratica-se e desenvolve-se a democracia socialista, ajuda-se toda a

e da paz, participação activa na construção total do socialismo. A Frente Popular caracteriza-se, pois, por ser amplamente unitária, aberta a todos os que queiram participar nas suas actividades, sem que isto implique qualquer vinculação de carácter partidário — sendo ao mesmo tempo uma

## Do nosso enviado especial FERNANDO CORREIA

gente a compreender e a participar na vida social e no controlo dos objectivos sociais.

### MOVIMENTO UNITÁRIO

A Frente Patriótica é o movimento de massas mais amplo da sociedade húngara. Está organizada segundo a

organização política e um movimento de massas, não é, de modo nenhum, um partido político. Este carácter unitário está presente desde as suas origens.

— A primeira frente popular na Hungria surge durante a guerra como uma necessidade imposta às forças patrióticas a fim de enfrentar ao mesmo tempo o fascismo, que desde 1919 oprimia o país; a guerra que então assolava a Europa; a possibilidade de uma invasão alemã. A necessidade de enfrentar estes três perigos simultâneos criava as condições para a existência de uma ampla unidade, englobando vastos sectores: o Partido Comunista, o Partido Social-Democrata e o Partido dos Pequenos Agricultores opunham-se ao fascismo; havia a grande massa dos que eram simplesmente contra a

Frente Húngara, Comité de Libertação, Frente Húngara de Libertação Nacional foram os diversos nomes que esta ampla organização unitária utilizou durante a guerra e a ocupação alemã na luta contra o nazismo, utilizando a actividade legal e ilegal, deitando mão aos mais diversos estratagemas e métodos (manifestações, colóquios, homenagens públicas, edição de revistas e outras publicações), para iludir a polícia e mobilizar o povo para a luta libertadora.

Já nas novas condições proporcionadas pelo fim da guerra, a queda do fascismo e a instauração do novo Estado dos trabalhadores, a Frente passa a denominar-se em 1949, Frente Popular da Independência Húngara, para, em 1954, finalmente, adoptar o nome que ainda hoje mantém.

Nacional, precedidas pelas dos membros dos conselhos comunais, municipais e urbanos das províncias. A apresentação das listas de candidatos compete à Frente (quaisquer outros grupos de cidadãos também o podem fazer), incumbindo também às diversas comissões regionais da Frente a organização de todo o processo eleitoral.

Fora dos períodos eleitorais, a Frente garante, através de reuniões e outros contactos, a ligação permanente entre os deputados e conselheiros e o povo que os elegu.

— Um aspecto importante da actividade da Frente relaciona-se com a elaboração das leis. Elas devem ser executadas pelos cidadãos — salienta Istvan Sáriós — e é necessário que sejam consideradas não como uma imposição mas como uma tarefa a cumprir. É por isso que antes da promulgação há reuniões

associações de pais nas escolas, promoção de iniciativas de solidariedade internacional, são outras tantas actividades da Frente Popular. Relativamente a este último aspecto, deve-se acrescentar que, no âmbito da Frente, funciona o Comité de Solidariedade Húngara, através do qual, por exemplo, se proporcionam bolsas de estudo para estrangeiros e se facilita o tratamento médico de lutadores pela liberdade oriundos de diversos países (em 1974 foram assistidos 200 feridos).

### O PARTIDO E A FRENTE

— A participação das pessoas nas actividades da Frente — diz-nos o camarada Sáriós — não implica necessariamente uma adesão completa aos princípios do socialismo. A participação pode-se fazer a



Miskola, uma das principais cidades húngaras, é também um importante centro industrial. Um dos ramos mais importantes é o algodoeiro, que tem ao seu dispor uma avançada tecnologia

**Este ano, o preço da carne vai aumentar na Hungria. Mas a decisão foi prevista em 1971 e desde então têm-se realizado debates públicos que sugeriram a adopção simultânea de outras medidas que minorarão os efeitos daquela, nomeadamente um aumento de salários. Assim se defendem os interesses populares. É assim o socialismo!**

guerra e pela paz; havia ainda todos os patriotas que se opunham firmemente à eventualidade de uma invasão alemã. Tornou-se assim possível a cooperação entre um vasto leque de forças, irmanadas em objectivos comuns, e que efectivamente chegaram a acordo sobre a realização de acções unitárias.

### COLABORAÇÃO NA FEITURA DAS LEIS

A partir de então, diz-nos o camarada Sáriós, a Frente passou a desempenhar um importante papel na vida constitucional do país. De quatro em quatro anos realizam-se as eleições de deputados para a Assembleia

populares para discutir as leis, e muitos projectos têm sido modificados antes da legislação. Por exemplo, a lei da protecção da natureza teve que ser adiada devido às sugestões e críticas aprovadas em reuniões em que participaram milhares de pessoas. Outro caso significativo é o do aumento do preço da carne. Verificou-se que esse aumento se tornava necessário para este ano, mas como temos uma economia planificada e isso já estava previsto há muito, desde 1971, portanto desde há cinco anos, no âmbito das diversas organizações de massas o problema tem vindo a ser discutido, e o aumento vai ser acompanhado de uma série de outras medidas, incluindo um aumento de salários, evitando assim os prejuízos para o poder de compra do povo que uma decisão abrupta necessariamente acarretaria.

Organização de jornadas de trabalho voluntário para resolver problemas concretos, participação na discussão e execução dos planos de desenvolvimento regional, formação e dinamização das

nível de iniciativas isoladas, e é isso que muitas vezes acontece. Podem-se indicar muitos exemplos. Houve os que quiseram ajudar o Vietname, mas já não deram a sua adesão à solidariedade com os países árabes. Há também muita gente religiosa, incluindo padres, que participam activamente em diversas actividades da Frente mas, obviamente, e nós compreendemos isso perfeitamente, não colaboram nas actividades de carácter marcadamente atesta.

Pusemos uma questão final: quais as relações entre o Partido e a Frente?

— O Partido Operário Socialista Húngaro superintende toda a actividade política no país, portanto, também as actividades da Frente em tudo aquilo que estas têm de político. Por vezes, no Ocidente, isto não é muito bem compreendido. Mas o povo húngaro compreende. A existência de um partido único não resultou de uma qualquer ideia preconcebida, mas foi a própria evolução das lutas sociais que proporcionou. Durante os primeiros anos da luta pela consolidação do socialismo, todos os que estavam verdadeiramente interessados na instauração de uma sociedade sem exploradores foram verificando que apenas o nosso partido lutava realmente por esse objectivo, e as grandes massas deram-lhe a sua adesão. As outras forças políticas não foram eliminadas, desapareceram por si próprias no decorrer de uma aguda luta de classes. Os trabalhadores retiraram-lhes o seu apoio e a burguesia, essa, foi deixando de existir como classe. Hoje, vivemos numa sociedade em que não há exploradores, e a direcção política por parte do Partido é compreendida e aceite. Evidentemente que ainda há húngaros que não estão dispostos a dar a sua adesão total e global aos princípios do comunismo, mas como estão, isso sim, interessados no progresso do país, na independência nacional, na construção para todos de um futuro mais feliz, lutam por isso, e a Frente Popular proporciona-lhes exactamente o enquadramento necessário para desenvolverem as suas actividades.

## A HUNGRIA ATRAVÉS DE ALGUNS NÚMEROS



Jovens mães com as suas crianças, depois do trabalho, num parque de Budapeste

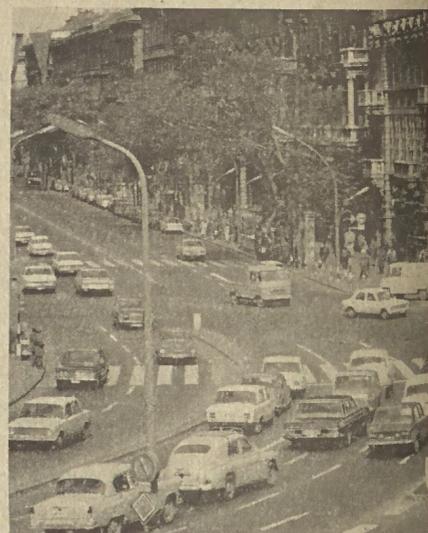
• O órgão central do Partido Operário Socialista da Hungria chama-se "Népszabadság" ("Liberdade do Povo"), e tem uma tiragem média diária de cerca de 750 mil exemplares. Na província são publicados outros diários do Partido, cuja tiragem global chega a atingir os 900 mil exemplares diários. O Partido edita muitas outras publicações, nomeadamente as revistas "Vida do Partido" (130 mil exemplares), "Revista Social" (40 mil exemplares) e a edição em húngaro da revista "Paz e Socialismo" (12 mil exemplares).

• No decorrer do ano passado a população do país aumentou em 156 mil habitantes, atingindo no final do ano passado os 10 milhões e meio. Cerca de metade deste total forma a população activa, trabalhando perto de 2 milhões na indústria, 400 mil na indústria da construção, um pouco mais de 1 milhão na agricultura, silvicultura, administração e economia de águas, 384 mil nos transportes e comunicações e 440 mil no comércio.

• Em 1 de Janeiro de 1975 havia no país 5413 mil mulheres. A percentagem das mulheres no total da população activa aumentou de 42% em 1970 para 44% em 1975.

• O número de pessoas entre os 14 e os 26 anos era de 2209 mil em Janeiro de 1975. 93% dos jovens entre os 15 e os 24 anos terminaram, no mínimo, os oito anos da escola primária.

• Segundo dados relativos a 1975, 94% dos trabalhadores assalariados estão integrados nas diversas organizações sindicais, o que equivale a um total de cerca de quatro milhões de trabalhadores. Destes, 410 mil exercem cargos para que foram eleitos pelos seus camaradas de trabalho, nas diversas comissões e conselhos operários.



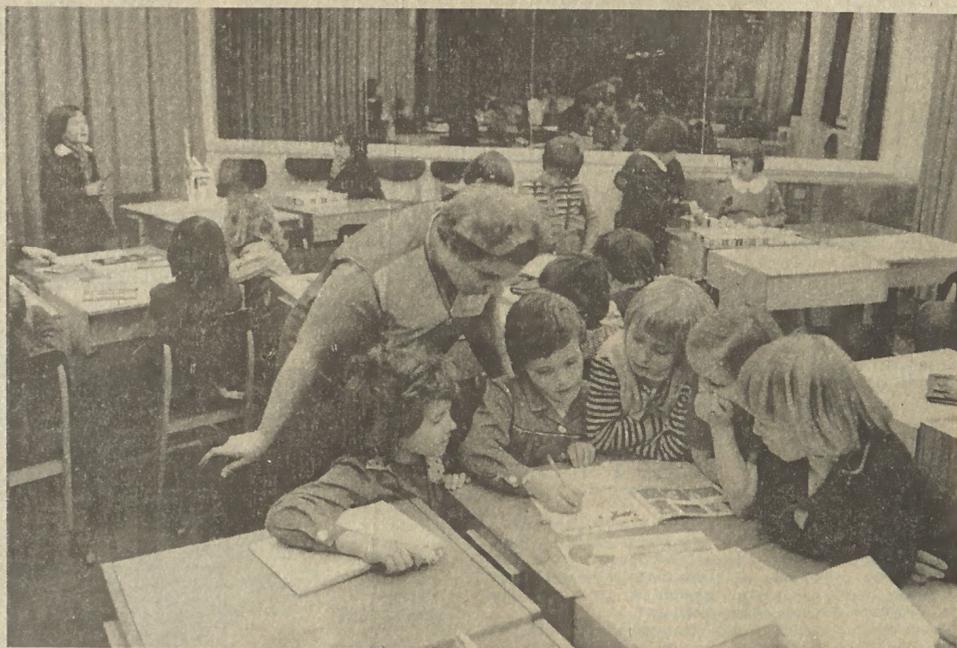
A Avenida Népköztársaság, em Budapeste

• As organizações sindicais desenvolvem uma intensa actividade em benefício dos trabalhadores, pondo à sua disposição um total de 300 "Casas de Cultura", 1500 estabelecimentos culturais de outro tipo e 3492 bibliotecas. A supervisão da protecção no trabalho é assegurada por cerca de duas centenas e meia de funcionários sindicais remunerados e por 120 mil activistas voluntários.

• No ano lectivo de 1974/5 mais de 90% das crianças em idade pré-escolar beneficiaram de uma educação preparatória organizada, frequentando os jardins infantis e os cursos de preparação pré-escolar.

• Entre 1970 e fins de 1974 produziram-se na Hungria 104 filmes de longa-metragem, 487 filmes para a televisão, 38 curtas-metragens com argumento e 1843 curtas-metragens de vários tipos. Em 1974 as 3648 salas de cinema foram frequentadas por cerca de 78 milhões de espectadores, tendo-se exibido 168 filmes de longa-metragem (23 húngaros, 37 soviéticos, 51 de outros países socialistas e 57 de países capitalistas).

• Em 1974 foram apresentadas 11 294 sessões de teatro, a que assistiram mais de 5 milhões de espectadores, dos quais um milhão e meio eram jovens. Entre 1971 e 1974 estrearam-se 274 obras de teatro de autores húngaros.



Na Escola Superior de Pedagogia da pequena cidade de Szombathely o ensino foi modernizado. As aulas práticas dos futuros professores são gravadas por câmaras de Televisão. Os filmes assim obtidos são depois exibidos e cuidadosamente estudados nas aulas da Escola Superior, permitindo assim aos estudantes de pedagogia analisar a sua própria actividade e corrigir os seus próprios erros